

Aula 00

*Câmara de Capão Bonito-SP (Contador)
Inventário - 2024 (Pós-Edital)*

Autor:
Ricardo Campanario

07 de Abril de 2024

Índice

1) Administração de Patrimônio - AULA COMPLETA	3
--	---



ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PATRIMONIAIS

Recursos Patrimoniais

Introdução

A **administração dos recursos patrimoniais** trata de sequência parecida com a de recursos materiais. Atua também ao longo de todo um ciclo constituindo nova cadeia de valor.

Tem início na identificação do fornecedor, passa pela compra e recebimento do bem e, daí para frente, difere um pouco do que temos para a Administração de Materiais. Ao invés de termos a transformação do material e expedição do produto acabado, temos na administração patrimonial as etapas de conservação, manutenção e, dependendo do caso, a alienação do bem patrimonial ao final de sua vida útil.

Perceba, porém, que, em essência, a **maior diferença** entre elas é que a **administração de materiais** trata de materiais (caráter **não permanente**) enquanto a **patrimonial** trata de bens (caráter **permanente**).

O restante refere-se mesmo ao gerenciamento do ciclo produtivo, respeitando as particularidades de cada um.

Segundo Martins e Alt, patrimônio é o "conjunto de bens, valores, direitos e obrigações de uma pessoa física ou jurídica que possa ser avaliado monetariamente e que seja utilizado na realização de seus objetivos sociais".

Dessa forma, a **administração de patrimônio** está relacionada com a **gestão dos direitos e obrigações da organização**. Veja que estamos entrando até mesmo no terreno da contabilidade, pois estamos falando nada mais nada menos do que dos ativos e passivos da instituição.

E, apenas para trazer um pouco mais de luz sobre esse assunto - e de maneira bem superficial -, quando falamos de ativos e passivos vale a pena saber que, em um **balanço patrimonial** a **diferença entre ativo e passivo** de uma organização gera o que chamamos de **patrimônio líquido**, que pode ser positivo ou negativo, dependendo se a empresa tem mais direitos que obrigações ou se a empresa deve ou tem mais compromissos com o mercado do que o valor de seus ativos para saldá-los.

Mas, não se preocupe muito com isso. Foi apenas uma pincelada para você ter um pouco mais de contexto.

Aqui trataremos basicamente do estudo dos bens patrimoniais que podem ser compreendidos como as instalações, prédios, terrenos, veículos e equipamentos das empresas. Estudos mais complexos no campo da contabilidade são o escopo da Administração Financeira e Contábil e não da Administração de Patrimônio!

Voltando à **gestão patrimonial**, veja que estamos falando das **instalações, prédios, terrenos, equipamentos e veículos** da organização. Em relação a eles a Administração Patrimonial deve estar sempre preocupada com duas coisas:



- Estão sendo **operados da melhor forma possível** sob o aspecto econômico, ou seja, será que ainda não atingiram sua vida econômica e precisam ou devem ser substituídos? Para isso inúmeros controles e acompanhamentos devem ser constantemente realizados para que o gestor possa tomar a melhor decisão sobre a utilização do bem atual ou sua substituição.

- A **manutenção está sendo feita de forma eficiente**, reduzindo custo decorrentes de quebras ou máquinas paradas? Aqui o gestor deverá optar entre diferentes tipos de manutenção e o tempo todo estará realizando análises de custo benefício entre investir adicionalmente na manutenção do bem ou trocá-lo de forma definitiva.

Para entender um pouco mais do que estou falando, vejamos em primeiro lugar o que se considera o patrimônio da empresa.



(INST. AOCP/ITEP-RN/Assistente Técnico/2021) Para fins de administração, como podem ser classificados os recursos materiais?

- a) Bens intangíveis e perecíveis e bens tangíveis e não perecíveis.
- b) Bens de natureza não permanente e bens de natureza permanente.
- c) Bens físicos em geral e bens passíveis de serem transformados em físicos.
- d) Bens necessários às atividades e bens desnecessários às atividades.
- e) Bens de características formais e bens de características informais.

Comentário

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

Os bens "materiais" (de forma genérica) podem ser classificados em bens de natureza não permanente (aqueles estudados pela administração de materiais) e os bens de natureza permanente (aqueles que são o foco da administração patrimonial), como vimos acima.

De acordo com Martins e Alt patrimônio é o "conjunto de bens, valores, direitos e obrigações de uma pessoa física ou jurídica que possa ser avaliado monetariamente e que seja utilizado na realização de seus objetivos sociais".

Patrimônio da organização

É importante que você conheça um pouco mais as intersecções entre as áreas de patrimônio, contábil e financeira para que fique claro qual o **escopo** abrangido pela Administração de Patrimônio e, de fato, o que é necessário estudar para a prova.



O chamado "patrimônio" da organização é, contabilmente, constituído pela **diferença entre seus ativos e passivos**, o que gera o chamado "patrimônio líquido", positivo quando ativos > passivos ou negativo, quando ativos < passivos.

Dessa forma, a **gestão do patrimônio** está ligada a **gestão dos ativos e dos passivos** da empresa.

Para **Administração de Patrimônio** só **importa o ativo**. O Passivo fica a cargo da área financeira e contábil da organização.

O **ativo** costuma ser segmentado em função da liquidez de cada um de seus componentes. Temos os **ativos imobilizados** (edifícios, instalações, equipamentos e veículos), **realizáveis a longo e curto prazos** (aqui temos os estoques de matéria prima, materiais em transformação e produto acabados) e **disponíveis** (caixa e bancos).

Em **Administração de Patrimônio** o foco recai sobre os **ativos imobilizados**, também chamados de **permanentes**.

Natureza do Ativo Imobilizado

Entende-se como **ativo imobilizado** todo ativo de natureza **relativamente permanente**, que é normalmente **mantido na empresa** para a **utilização na produção** de mercadorias ou prestação de serviços.

Dessa forma devemos buscar sempre **três características** chave, que devem coexistir, para que um ativo possa ser classificado como fixo ou **imobilizado**:



- ✓ Ter natureza relativamente permanente.
- ✓ Ser utilizado na operação do negócio.
- ✓ Não ser destinado a venda.

Vamos discutir a seguir algumas situações, para entender melhor essa classificação.



É bom deixar claro desde o início que **nenhum bem tem vida ilimitada** na empresa, pois sofrem **desgaste** com o tempo pelo uso e pela obsolescência, sendo que esses desgastes são, inclusive, contabilizados legalmente. Note, portanto, que isso explica a natureza "relativamente" permanente prevista acima.



Outro exemplo ilustrativo em relação às características do ativo imobilizado é um terreno comprado para ser utilizado no futuro para novas construções. Este, ao contrário, não poderá ser considerado um ativo imobilizado pois **não está sendo diretamente utilizado** na operação atual. Veja que ele não cumpre ao menos uma das funções acima listadas.

Ainda nessa linha, e agora endereçando bens destinados à venda, terrenos e edifícios de uma empresa imobiliária, também não podem ser considerados ativos imobilizados pois **são destinados à venda**, assim como veículos de uma montadora ou concessionária.

Já em uma empresa de transportes, seus prédios, garagens, terrenos e veículos são sim considerados ativos imobilizados pois têm **natureza relativamente permanente** (não estão livres do desgaste!), são **utilizados na operação** do negócio e **não são destinados à venda**.



(CEBRASPE/PGDF/Técnico Jurídico Administrativo/2021) São condições para que um ativo seja classificado como fixo ou imobilizado: ter natureza relativamente permanente, ser utilizado na operação do negócio e destinar-se à venda.

- a) Certo
- b) Errado

Comentário:

É basicamente a condição que acabamos de estudar, porém a banca tenta enganar o candidato dizendo que o ativo fixo ou imobilizado pode ser destinado a venda. Não pode! Para que um ativo seja classificado como fixo ou imobilizado ele deve:

- Ter natureza relativamente permanente.
- Ser utilizado na operação do negócio.
- Não ser destinado a venda.

Dessa forma a afirmativa está ERRADA.

Classificação dos Bens Patrimoniais

Material permanente e de consumo

Os bens patrimoniais possuem as mais diferentes espécies de classificação, variando de autor para autor. Vamos entender um pouco mais as principais e que têm maior incidência em provas.

Antes disso vale lembrarmos da segmentação adotada em materiais, que os dividem em permanentes e de consumo. Vamos retomar esse conceito antes de prosseguir.

MATERIAIS PERMANENTES OU DE CONSUMO

Este é um conceito herdado da contabilidade. Os materiais podem ser segmentados em duas categorias:

- Material de **Consumo**: utilização geralmente **limitada a 2 anos**. Após isso perde sua identidade física ou tem a utilização limitada.
- Material **Permanente**: durabilidade **maior que 2 anos** e/ou não perde sua identidade física quando incorporado a outro bem.

Note que acrescentei acima o termo "geralmente". Por que fiz isso? Porque se o item tiver alguma das características abaixo, mesmo que tenha vida útil maior que 2 anos, poderá ser enquadrado como material de consumo. Entenda abaixo os critérios usados para a identificação de um material como permanente, de acordo com a Portaria 448/2002 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Cuidado para não se confundir pois a redação aqui é confusa. A Portaria quer dizer que se o material apresentar qualquer uma dessas características ele deixa de ser permanente e é considerado de consumo!



Art. 3º - Na classificação da despesa serão adotados os seguintes parâmetros excludentes, tomados em conjunto, para a identificação do material permanente:

I - Durabilidade, quando o material em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos;

II - Fragilidade, cuja estrutura esteja sujeita a modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irreversibilidade e/ou perda de sua identidade;

III - Perecibilidade, quando sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou que se deteriora ou perde sua característica normal de uso;



- IV - Incorporabilidade, quando destinado à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal; e
- V - Transformabilidade, quando adquirido para fim de transformação.

Bem, agora que já entendemos a divisão entre materiais permanentes e de consumo, vamos nos aprofundar na classificação dos bens patrimoniais.



(QUADRIX/CREFITO-4/Almoxarife/2021) Material permanente é aquele que, em razão de seu uso corrente, perde normalmente sua identidade física e(ou) tem sua utilização limitada a cinco anos.

- a) Certo
- b) Errado

Comentário:

Ao contrário, material permanente é aquele que apresenta durabilidade maior que 2 anos (e não que tem utilidade limitada a 5 anos) e/ou aquele não perde sua identidade física quando incorporado a outro bem.

Dessa forma a afirmativa está ERRADA.

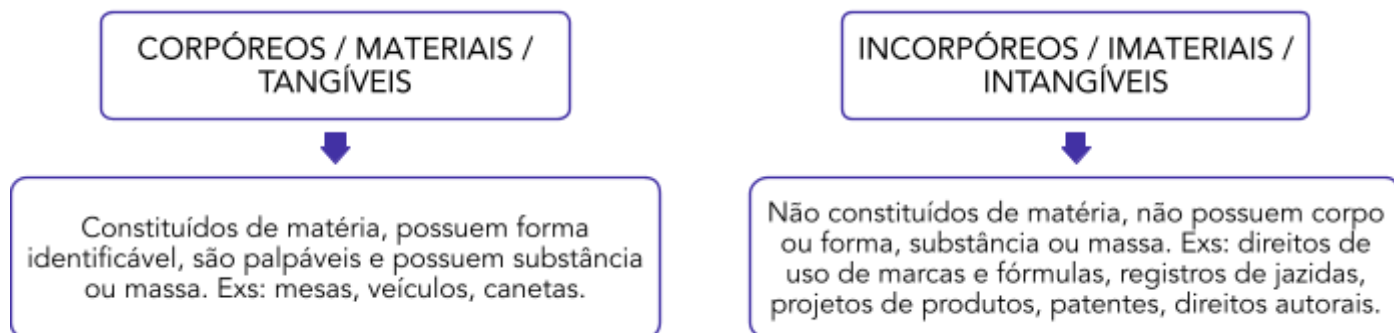
Classificação dos bens

De modo geral os bens patrimoniais são classificados em Equipamentos ou Prédios / Terrenos / Jazidas.

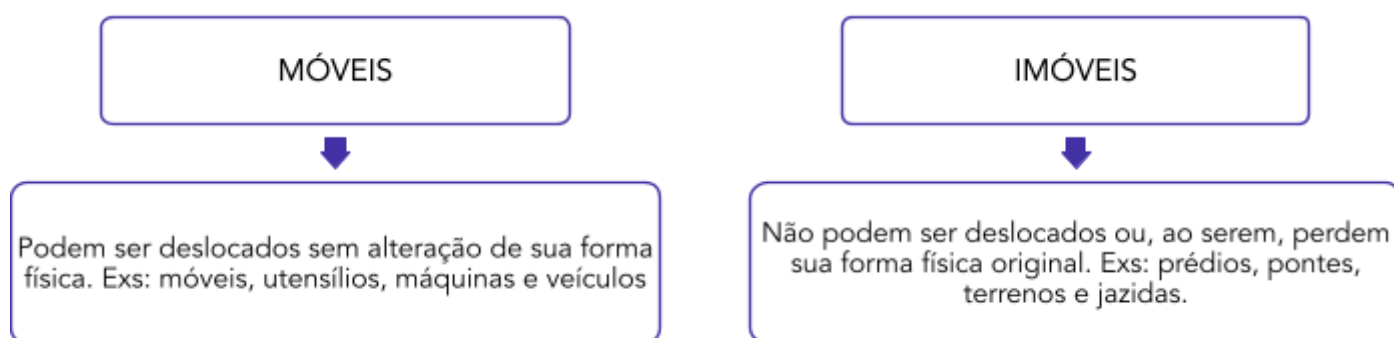


Outra classificação típica dos bens é em relação a sua constituição material: temos os bens corpóreos / materiais / tangíveis e os incorpóreos / imateriais / intangíveis.

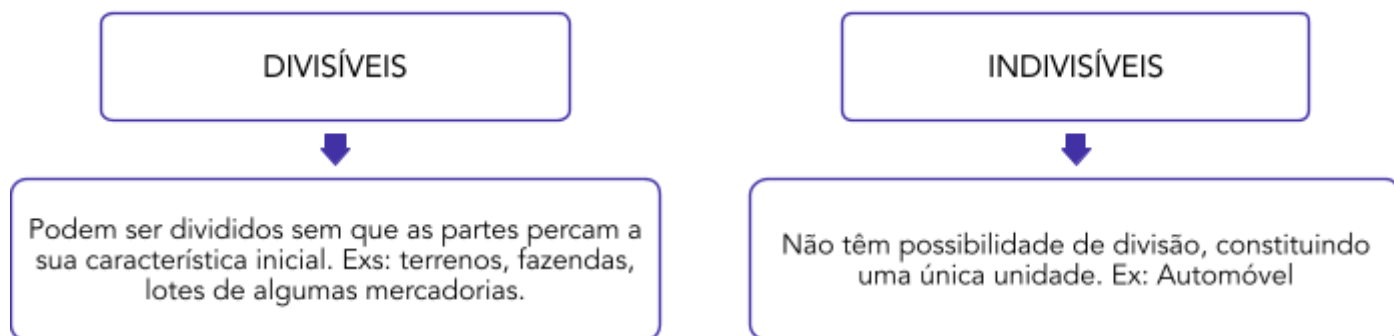




Temos ainda a classificação quanto a **mobilidade** e aí os bens podem ser considerados **móveis** ou **imóveis**:

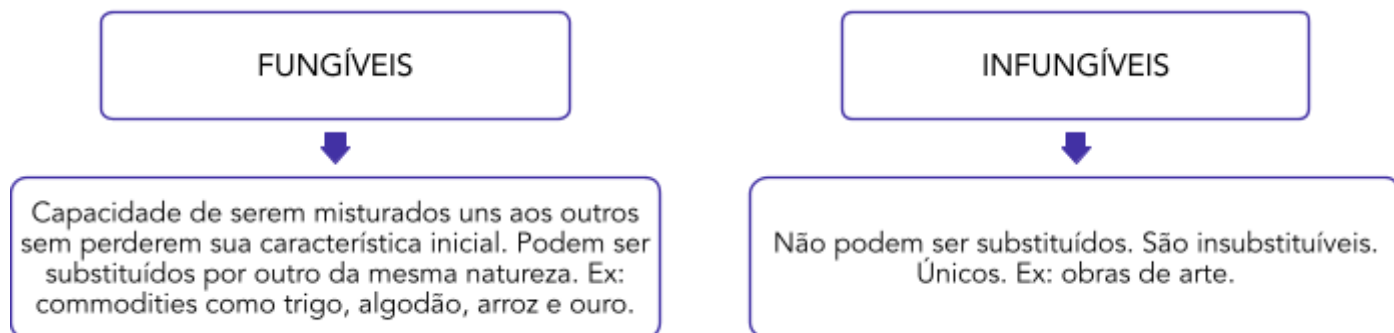


Avançando na classificação dos bens patrimoniais, temos agora a segmentação quanto a **divisibilidade**. Os bens podem ser **divisíveis** ou **indivisíveis**.

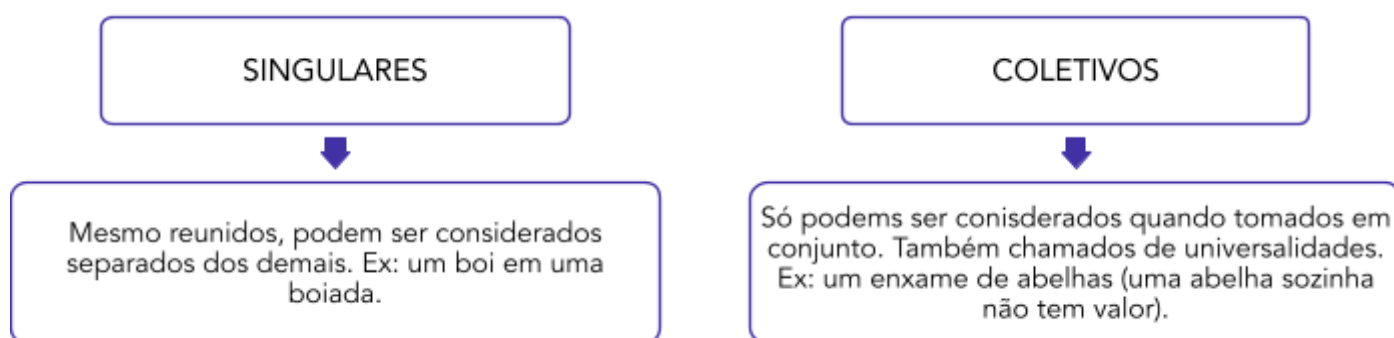


Mais adiante temos a segmentação dos bens patrimoniais com base na sua **fungibilidade**. Temos dessa vez os **fungíveis** e os **infungíveis**.

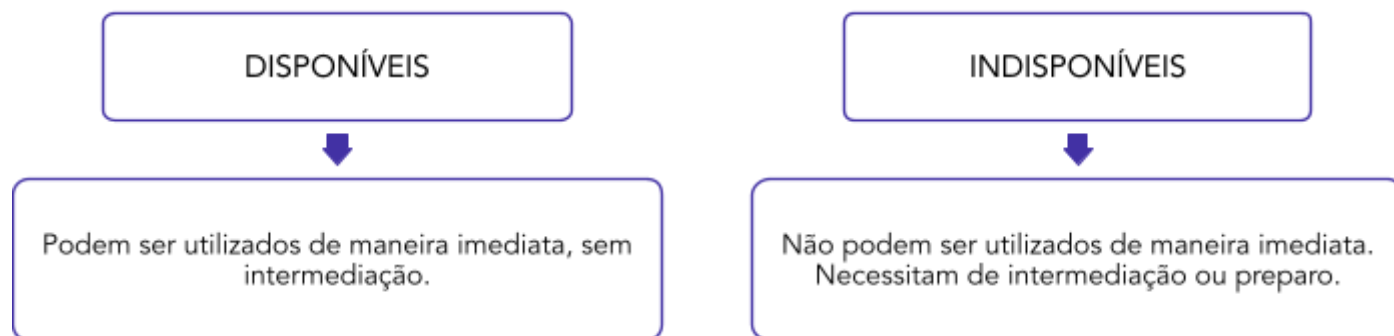




Temos ainda a segmentação dos bens patrimoniais com base na sua **singularidade**. Dessa feita temos os **singulares** e os **coletivos**.



Por fim temos ainda a divisão dos bens patrimoniais quanto a sua **disponibilidade**. Podem ser **disponíveis** ou **indisponíveis**.



Na área **contábil-financeira e/ou fiscal**, é comum encontrarmos uma outra divisão para os bens:

Bens de Capital ou Industriais - bens utilizados na geração de novos produtos e serviços (máquinas, equipamentos, instalações, matérias primas). Dividem-se em matérias prima e componentes (geralmente é o que a organização chama de material), equipamentos e instalações (base para o processamento de matérias primas e componentes, geralmente constituem o patrimônio da organização) e insumos administrativos (não se incorporam ao produto final, são consumidos e contribuem indiretamente ao processo produtivo: papel, caneta, etc.).



Bens de Consumo - tem como destino o consumidor final e dividem-se em bens de conveniência (não comparáveis em relação aos seus custos, compra por impulso), bens de comparação (não são comprados de forma imediata, exigem pesquisa e comparação) e bens especiais, de especialidade ou de uso especial (feitos sob medida, marcas ou design famosos e reconhecidos, longos períodos de espera e filas).

Os bens de consumo dividem-se ainda em:

Bens de Consumo duráveis - geralmente duram mais de um exercício fiscal ou um ano (geladeiras, televisores, automóveis, etc.).

Bens de consumo não duráveis - são usualmente consumidos em prazo inferior a um período fiscal.

Há ainda a classificação trazida pelo Decreto 9.373/2018, que segmenta os bens patrimoniais da seguinte forma:

- Novo: bem comprado e que se encontra com menos de um ano de uso.
- Bom: bem que estiver em perfeitas condições e em uso normal.
- Ocioso: quando, embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado.
- Recuperável: bem que pode ser recuperado, com custo de reparo menor do que cinquenta por cento de seu valor de mercado.
- Antieconômico: bem com manutenção onerosa, ou com seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência.
- Irrecuperável: quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido a perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação.

Outras **denominações e segmentações comuns** de bens que você precisa conhecer para a prova são as seguintes:

Numerários - bens sob forma de dinheiro ou títulos de liquidez imediata.

Semoventes - bens constituídos por animais selvagens, domésticos ou domesticados (bovinos, equinos, suínos).

Dominicais (ou dominiais) - Bens do patrimônio público disponível: veículos sucateados, terras devolutas, prédios desativados, etc. Podem ser alienados pois não estão afetados.



(QUADRIX/CREFITO-4/Almoxarife/2021) Um bem só será considerado como irrecuperável quando não puder mais ser utilizado para o fim a que se destina, devido à perda de suas características.

- a) Certo
- b) Errado

Comentário:

Perceba que o examinador omitiu uma das formas que um bem pode ser considerado irrecuperável.

De acordo com o Decreto 9.373/2018 um bem pode ser considerado irrecuperável quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido a perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação.

Dessa forma a afirmativa está **ERRADA**.

Introdução à Gestão Patrimonial

A gestão patrimonial de um órgão é constituída das seguintes atividades: registro, tombamento, incorporação, guarda, movimentação, controle, inventário, preservação e baixa.

Tais atividades espalham-se ao longo de macro processos como: incorporação e aquisição, transferência e cessão, baixa e alienação e, por último, administração e manutenção de bens patrimoniais.

Veremos cada um deles em detalhes nas próximas páginas.



(FGV/MPE MS/Técnico II/2019) A gestão de recursos patrimoniais é de fundamental importância para uma organização, independentemente de sua característica pública ou privada. Devido à complexidade e tamanho das organizações, para manter a sustentabilidade econômica, esses recursos podem ser vendidos, trocados ou adquiridos. De acordo com o exposto, marcas e patentes são recursos patrimoniais:

- a) de risco.
- b) intangíveis.
- c) imobilizados.
- d) permanentes.



e) fixos.

Comentário

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

Os recursos intangíveis são aqueles não constituídos de matéria, não possuem corpo ou forma, substância ou massa. Exs.: direitos de uso de marcas e fórmulas, registros de jazidas, projetos de produtos, patentes, direitos autorais.

Na alternativa A, marcas e patentes são recursos patrimoniais intangíveis e não "de risco".

A letra C também está incorreta. A classificação dos bens patrimoniais não prevê a classe "imobilizado". O ativo imobilizado é na verdade considerado todo ativo de natureza relativamente permanente, que é normalmente mantido na empresa para a utilização na produção de mercadorias ou prestação de serviços. Não é uma das classificações dos recursos patrimoniais.

Na alternativa D, materiais Permanentes são aqueles com durabilidade maior que 2 anos e/ou que não perdem sua identidade física quando incorporados a outro bem.

Por fim, a letra E está incorreta. Marcas e patentes são recursos patrimoniais intangíveis e não "fixos".



Gestão Patrimonial

Incorporação

Segundo Torres e Silva (2003), o **controle patrimonial** (ou controle de bens) consiste em ações que asseguram, por meio de registros e relatórios, a **coleta de dados** relativos a identificação, existência, quantidade, localização, condições de uso e histórico dos bens patrimoniais, **desde a sua primeira inclusão** no patrimônio (a incorporação, que ocorre por meio do tombamento), **até a sua baixa final**.

Esse **controle** é fundamental pois apenas por meio dele o gestor consegue determinar o **valor contábil** do bem, sua **condição de utilização**, sua **localização** e histórico de **movimentações** (veremos isso em "Transferência e Cessão de recursos patrimoniais"), sua necessária e/ou adequada **manutenção** (aprofundaremos em "Administração e manutenção dos bens imóveis"), a **alocação correta dos custos**, a aplicação adequada das técnicas de **depreciação** adotadas e outras atividades que são viáveis apenas com uma visão completa dos bens patrimoniais que a empresa possui.

A atividade de **controle** patrimonial, que deverá ser exercida pela seção de patrimônio, permite a esta funcionar como um **centro de informações** dos bens físicos.

O **controle** atualiza os **dados de registro** e mantém sempre em dia o **cadastro geral** dos bens. Pelo controle, analisa-se o passado e o presente, bem como se estabelecem bases de ação para o futuro. Por meio do controle, planejam-se as **inspeções periódicas**, a **fixação de chapas** de tombamento dos bens móveis, e fiscaliza-se toda a **movimentação** dos bens ao longo de sua vida útil. Ou seja, é o **controle** dos bens que dá ao gestor a possibilidade de efetivamente **gerenciá-los**, até o momento de sua baixa.

Os **registros individuais** são importantes para prover a administração com **informações relevantes** para efeito de política de capitalização e de substituição de bens e, até mesmo, da contratação de seguros. A eficácia do controle dos bens móveis depende, fundamentalmente, da implantação e da manutenção sistemática de registros administrativos e contábeis.

Falando especificamente sobre o processo de **aquisição e incorporação** de bens patrimoniais, podemos dizer que ele é a porta de entrada da atividade de **controle de bens** que ingressam na organização.

Você verá a seguir algumas atividades que estão compreendidas nessa fase de aquisição e incorporação dos bens e que são fundamentais para o processo de controle patrimonial da organização.

Vale lembrar que o **controle** dos bens embora se inicie nessa fase, **continua** acontecendo **após essa etapa** e abrange também as atividades de transferência e cessão, de baixa e alienação e, por fim, de administração e manutenção dos bens patrimoniais.

TOMBAMENTO

Tão logo a organização adquira um bem permanente, ele deve ser registrado em um sistema que controla todo o seu patrimônio.



Essa é a atividade de **tombamento**, uma das mais cobradas em provas em relação ao tema Administração de Patrimônio.

No **tombamento** o bem é **registrado** assim que entra fisicamente na organização. Seus **dados são lançados** no sistema de controle assim como os respectivos **termos de responsabilidade** sobre o bem são assinados e arquivados.

A **atividade característica** do tombamento é a chamada **codificação**. Neste processo é atribuído um **código** ao bem que, sempre que possível, é **fisicamente afixado** no bem para sua futura identificação por meio do uso de uma placa.

Existem ainda itens que, mesmo sendo considerados de caráter permanente, não precisam ser tombados. Exemplos: cortinas, persianas, tapetes, etc.

Ainda em relação ao **tombamento**, há uma classificação que você precisa conhecer para a prova. Os bens móveis podem ser classificados em **controlados** e **relacionados**:

- **Controlados**: sujeitos ao tombamento e a controle mais **rigoroso** de uso e responsabilidade por guarda e conservação.
- **Relacionados**: dispensam o tombamento em função do baixo valor, sendo controlado de modo **simplificado**.

CODIFICAÇÃO

Avançando um pouco na gestão dos ativos imobilizados ou permanentes, precisamos falar sobre a **codificação**, um dos principais procedimentos no processo de gestão patrimonial e compreendido pelo processo de classificação de materiais. É o chamado **controle do ativo fixo ou do imobilizado**.

A **codificação** faz parte dessa **cadeia de atividades** que caracteriza a **classificação de materiais**. A cadeia começa pela **catalogação** (lista de itens) e passa pela **simplificação** (redução da diversidade), **especificação** (identificação e descrição), **normalização** (normas de utilização), **padronização** (uniformização de medidas, peso e formato) e, finalmente, termina com a própria **codificação**.

Essa atividade tem como objetivo **registrar, codificar e controlar** os bens considerados imobilizados e submetidos à depreciação.

O processo se dá por meio da **identificação e codificação** desses bens (nos bens móveis inclusive, são **afixadas chapas** com o respectivo código). Neste processo o administrador capta e representa todas as informações necessárias e desejadas por meio do uso de números e/ou letras, com base na classificação obtida do material.

Feito isso o administrador de patrimônio pode passar a **executar o controle** em relação a cada um desses bens, identificando suas **datas de aquisição, valor inicial, respectivo centro de custo, seu valor contábil e critérios e prazos de depreciação**.

Em alguns casos os bens **não podem receber a placa** por suas características físicas ou por sua própria natureza. Nestes casos, os números de tombamento serão **inseridos em separado** no



sistema, mas também serão incorporados ao sistema de controle. Há também casos em que os códigos podem ser afixados de outra forma nos objetos, como nos livros, que recebem **carimbos**.

Importante entender que, com ou sem a placa com o respectivo código, os dados do bem "patrimoniado" devem ser inseridos no sistema de controle tão logo ele dê entrada física na organização.

No caso de perda ou dano da placa o setor responsável deve ser avisado para as devidas providências.



(FGV/FUNSAÚDE-CE/Analista Administrativo/2021) A FUNSAÚDE adquiriu novos computadores para sua sede e, no momento do recebimento dos equipamentos, registrou as informações no sistema e afixou uma placa com um código, em cada um deles, para facilitar a identificação. O procedimento realizado pela FUNSAÚDE é chamado de:

- a) baixa
- b) recolhimento
- c) tombamento
- d) cessão
- e) alienação

Comentário:

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão.

Veja que o examinador se refere a atividade de tombamento. É uma das questões mais populares em provas de Administração de Patrimônio, endereçando as duas características principais do processo, o registro das informações em sistema de controle e a afixação da placa codificada de identificação.

(Questão de prova) Entende-se por tombamento de bens:

- a) o ato de incluir um bem em uma lista de plaquetas metálicas.
- b) o registro de um bem permanente no sistema de controle patrimonial.
- c) processo realizado pelo almoxarifado com o fim de transferir a responsabilidade de guarda dos bens.
- d) processo por meio do qual é verificado se os materiais se encontram onde deveriam estar guardados.
- e) processo de derrubada do registro de patrimônio dos bens.

Comentário:



No processo de tombamento o bem é registrado assim que entra fisicamente na organização. Seus dados são lançados no sistema de controle assim como os respectivos termos de responsabilidade sobre o bem são assinados e arquivados.

Dessa forma a **alternativa B é a correta** e gabarito da questão.

Veja os problemas nas demais alternativas.

Na alternativa A fala-se em mera inclusão em lista de plaquetas metálicas...O bem recebe uma plaqueta, mas o processo não é esse.

Na letra C o examinador fala em transferência da responsabilidade. É mais do que isso. É um processo de registro e de atribuição - e não transferência - de responsabilidade.

Na alternativa D temos descrição que não confere com o processo de tombamento.

Por fim, na letra E fala-se em "derrubada" do registro. É exatamente o contrário. No tombamento acontece a criação do registro e não a sua "derrubada".

Transferência e Cessão

Os bens permanentes, após serem incorporados à organização, são **alocados** e **movimentados** conforme a necessidade operacional.

A **transferência** e a **cessão** de recursos patrimoniais são reguladas pelo **Decreto 9.373/2018**, especialmente pelos seus artigos 4º e 5º. Veja abaixo:



Art. 4º A **cessão**, modalidade de **movimentação** de bens de caráter **precário** e por **prazo determinado**, com **transferência de posse**, poderá ser realizada nas seguintes hipóteses:

- I - entre órgãos da União;
- II - entre a União e as autarquias e fundações públicas federais; ou
- III - entre a União e as autarquias e fundações públicas federais e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e suas autarquias e fundações públicas.

Parágrafo único. A cessão dos bens não considerados inservíveis será admitida, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente.

Art. 5º A **transferência**, modalidade de **movimentação** de caráter **permanente**, poderá ser:

- I - interna - quando realizada entre unidades organizacionais, dentro do mesmo órgão ou entidade; ou
- II - externa - quando realizada entre órgãos da União.



Parágrafo único. A transferência externa de bens não considerados inservíveis será admitida, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente.

Observando a legislação podemos considerar que a **cessão** é a **movimentação temporária** entre a União, seus órgãos, autarquias, fundações e os órgãos, autarquias e fundações de Estados, DF e municípios. Note que a cessão só pode ocorrer quando estamos falando de **bens inservíveis** ou, excepcionalmente, para outros tipos de bens desde que justificado pela respectiva autoridade competente.

Já a **transferência** é **permanente**, ou seja, o bem sai de uma vez por todas de um órgão e passa a pertencer a outro órgão de maneira definitiva. Mais uma vez só pode ocorrer quando estamos falando de **bens inservíveis** ou, excepcionalmente, para outros tipos de bens desde que justificado pela respectiva autoridade competente.

Dessa forma, enquanto na cessão o bem é enviado para outro órgão dentro da atividade pública, na transferência ele permanece dentro do próprio da União.

Para deixarmos claro o conceito de bens inservíveis, vamos voltar ao decreto 9.373/2018, agora em seu artigo 3º:



Art. 3º Para que seja considerado inservível, o bem será classificado como:

- I - **ocioso** - bem móvel que se encontra em **perfeitas condições** de uso, mas **não é aproveitado**;
- II - **recuperável** - bem móvel que **não se encontra em condições de uso** e cujo custo da recuperação seja de até **cinquenta por cento** do seu valor de mercado ou cuja análise de custo e benefício demonstre ser justificável a sua recuperação;
- III - **antieconômico** - bem móvel cuja **manutenção seja onerosa** ou cujo rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência; ou
- IV - **irrecuperável** - bem móvel que **não pode ser utilizado** para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão de ser o seu custo de recuperação mais de cinquenta por cento do seu valor de mercado ou de a análise do seu custo e benefício demonstrar ser injustificável a sua recuperação.

Ainda dentro do tema movimentação de bens, devemos citar o **recolhimento** e a **redistribuição**. Vejamos:

- **Recolhimento**: **movimentação** de bens **para o depósito** do patrimônio quando estes não forem mais necessários.



- **Redistribuição:** é o movimento inverso. Envio dos bens do depósito do patrimônio para o órgão requisitante.

Por fim, importante saber que a movimentação de bens móveis dentro da unidade gestora ocorrem por 3 motivos:

- Empréstimo
- Transferência de carga patrimonial
- Necessidade de reparo e/ou manutenção



(INSTITUTO AOCP/IBGE/Analista Censitário/2019) Pedro é o Administrador Patrimonial do IBGE e precisa movimentar materiais, trocando a responsabilidade de uma unidade organizacional para outra, dentro do próprio IBGE. Qual é a ocorrência patrimonial que ele precisa realizar?

- a) passagem
- b) contrapartida
- c) transferência
- d) reincorporação
- e) transformação física

Comentário:

A alternativa C está correta e é o gabarito da questão.

Lembre-se que a transferência é a modalidade de movimentação de caráter permanente que poderá ser:

I - interna - quando realizada entre unidades organizacionais, dentro do mesmo órgão ou entidade; ou

II - externa - quando realizada entre órgãos da União.

Em questões de prova relativas à transferência é muito comum o examinador trazer o fato de que a troca de responsabilidade ocorre entre unidades da mesma organização. Isso é típico da transferência (definitiva) e a diferencia da cessão, que é transitória e, por isso, pode ocorrer entre órgãos diferentes pois depois o bem é retornado ao seu detentor original.



Baixa e Alienação



O momento da **exclusão de um bem patrimonial** da instituição é o que costumamos chamar de **baixa**. A **baixa** pode ocorrer por **alienação** (venda, permuta ou doação) ou por **outros motivos** como perda, roubo, extravio, etc.

A **alienação** (**venda, permuta ou doação**) é regulamentada novamente pelo Decreto 9.373/2018 que remete o procedimento a legislação aplicável as licitações, veja abaixo:

Art. 7º Os bens móveis inservíveis cujo reaproveitamento seja considerado inconveniente ou inoportuno serão **alienados em conformidade com a legislação aplicável às licitações** e aos contratos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, indispensável a avaliação prévia.

Note ainda que, entre as formas de alienação, temos a **doação**, porém ela só é permitida após "**avaliação da oportunidade e conveniência socioeconômica**" e desde que destinada para "**fins e uso de interesse social**".

Ainda assim, sua realização é vinculada a alguns destinatários específicos de acordo com as alterações propostas pelo Decreto 10.340/2020 que alterou o Decreto 9.373/2018. Veja a atual redação do artigo 8º abaixo e note as principais características em **negrito**:

"Art. 8º Na hipótese de se tratar de bem móvel inservível, a doação prevista na alínea "a" do inciso II do caput do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, permitida **exclusivamente para fins e uso de interesse social**, após **avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica**, relativamente à escolha de outra forma de alienação, poderá ser feita em favor:

I - da União, de suas autarquias e de suas fundações públicas;

II - das empresas públicas federais ou das sociedades de economia mista federais prestadoras de serviço público, desde que a doação se destine à atividade fim por elas prestada;

III - dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de suas autarquias e fundações públicas;

IV - de organizações da sociedade civil, incluídas as organizações sociais a que se refere a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e as organizações da sociedade civil de interesse público a que se refere a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; ou

V - de associações e de cooperativas que atendam aos requisitos previstos no Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006."



Por fim, os artigos 9º e 10º trazem ainda pontos importantes que você deve levar para a prova: a destinação final ambientalmente adequada do que for inservível e a forma como as comissões especiais que avaliam e classificam os bens são constituídas.

Art. 9º Os alienatários e beneficiários da transferência se responsabilizarão pela destinação final ambientalmente adequada dos bens móveis inservíveis.

Art. 10. As classificações e avaliações de bens serão efetuadas por comissão especial, instituída pela autoridade competente e composta por três servidores do órgão ou da entidade, no mínimo.

Voltando as alienações, o Decreto remete ao texto da Lei 8.666/1993, que eu trago abaixo, especialmente o que nos interessa:

Seção VI

Das Alienações

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

- a) dação em pagamento;
- b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;
- c) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X do art. 24 desta Lei;
- d) investidura;
- e) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo;
- f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;
- g) procedimentos de legitimação de posse de que trata o art. 29 da Lei no 6.383, de 7 de dezembro de 1976, mediante iniciativa e deliberação dos órgãos da Administração Pública em cuja competência legal inclua-se tal atribuição;
- h) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e inseridos no



âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

i) alienação e concessão de direito real de uso, gratuita ou onerosa, de terras públicas rurais da União e do Incra, onde incidam ocupações até o limite de que trata o § 1º do art. 6º da Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009, para fins de regularização fundiária, atendidos os requisitos legais; e

II - quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;

b) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;

c) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica;

d) venda de títulos, na forma da legislação pertinente;

e) venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;

f) venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, sem utilização previsível por quem deles dispõe.

§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

§ 2º A Administração também poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis, dispensada licitação, quando o uso se destinar:

I - a outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel;

II - a pessoa natural que, nos termos de lei, regulamento ou ato normativo do órgão competente, haja implementado os requisitos mínimos de cultura, ocupação mansa e pacífica e exploração direta sobre área rural, observado o limite de que trata o § 1º do art. 6º da Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009;

§ 2º-A. As hipóteses do inciso II do § 2º ficam dispensadas de autorização legislativa, porém submetem-se aos seguintes condicionamentos:

I - aplicação exclusivamente às áreas em que a detenção por particular seja comprovadamente anterior a 5 de maio de 2014;

II - submissão aos demais requisitos e impedimentos do regime legal e administrativo da destinação e da regularização fundiária de terras públicas;



III - vedação de concessões para hipóteses de exploração não-contempladas na lei agrária, nas leis de destinação de terras públicas, ou nas normas legais ou administrativas de zoneamento ecológico-econômico; e

IV - previsão de rescisão automática da concessão, dispensada notificação, em caso de declaração de utilidade, ou necessidade pública ou interesse social.

§ 2º-B. A hipótese do inciso II do § 2º deste artigo:

I - só se aplica a imóvel situado em zona rural, não sujeito a vedação, impedimento ou inconveniente a sua exploração mediante atividades agropecuárias;

II - fica limitada às áreas de até dois mil e quinhentos hectares, vedada a dispensa de licitação para áreas superiores a esse limite;

III - pode ser cumulada com o quantitativo de área decorrente da figura prevista na alínea g do inciso I do caput deste artigo, até o limite previsto no inciso II deste parágrafo. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

§ 3º Entende-se por investidura, para os fins desta lei:

I - a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço nunca inferior ao da avaliação e desde que esse não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) do valor constante da alínea "a" do inciso II do art. 23 desta lei.

II - a alienação, aos legítimos possuidores diretos ou, na falta destes, ao Poder Público, de imóveis para fins residenciais construídos em núcleos urbanos anexos a usinas hidrelétricas, desde que considerados dispensáveis na fase de operação dessas unidades e não integrem a categoria de bens reversíveis ao final da concessão.

§ 4º A doação com encargo será licitada e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente os encargos, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, sendo dispensada a licitação no caso de interesse público devidamente justificado;

§ 5º Na hipótese do parágrafo anterior, caso o donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do doador.

§ 6º Para a venda de bens móveis avaliados, isolada ou globalmente, em quantia não superior ao limite previsto no art. 23, inciso II, alínea "b" desta Lei, a Administração poderá permitir o leilão.

Art. 18. Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.



Art. 19. Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observadas as seguintes regras:

I - avaliação dos bens alienáveis;

II - comprovação da necessidade ou utilidade da alienação;

III - adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão.



ACORDE!

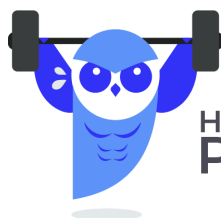
Veja especialmente nas partes grifadas que os bens devem sempre passar por **processo de avaliação antes da alienação**.

Quando imóveis dependem, inclusive, de autorização legislativa para que possam ser alienados, além da própria avaliação prévia e processo de licitação. As dispensas estão previstas no corpo da Lei.

Finalmente, para os bens móveis está prevista a mesma avaliação prévia e licitação, com dispensas previstas nos casos de doação (desde que para fins e uso de interesse social) e permuta (entre órgãos ou entidades da Administração Pública).

Outras **formas de desfazimento** incluem a renúncia ao direito de propriedade mediante **inutilização** ou **abandono**. Mesmo no abandono o Decreto impõe algumas condições. Veja o parágrafo único do artigo 7º do Decreto 9.373/2018:

Art. 7º. Parágrafo único: Verificada a impossibilidade ou a inconveniência da alienação do bem classificado como irrecuperável, a autoridade competente determinará sua destinação ou disposição final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010.



HORA DE PRATICAR!

(QUADRIX/CREFITO-4/Almoxarife/2021) A operação de transferência do direito de propriedade do material, mediante venda, permuta ou doação, corresponde à alienação.

a) Certo

b) Errado

Comentário:



O momento da exclusão de um bem patrimonial da instituição é o que costumamos chamar de baixa. A baixa pode ocorrer por alienação (venda, permuta ou doação) ou por outros motivos como perda, roubo, extravio, etc.

Dessa forma a afirmativa está CORRETA.

(Questão de prova) Diferentemente da transferência ou cessão, a alienação ocorre por venda, permuta ou doação.

- a) Certo
- b) Errado

Comentário:

Ao longo dos estudos vimos que o processo de baixa pode ocorrer por alienação (venda, permuta ou doação) ou por outros motivos como perda, roubo, extravio, etc.

Dessa forma a afirmativa está CORRETA.

(Questão de prova) A alienação de bens é a transferência de propriedade de bens a terceiros.

- a) Certo
- b) Errado

Comentário:

Sim. A alienação é uma das formas da organização se desfazer de um bem patrimonial. Nesse caso específico, a propriedade do bem é repassada a outra organização.

Dessa forma a afirmativa está CORRETA.

Controle Patrimonial

Já vimos que o controle dos bens tem início no momento de sua aquisição, porém continua acontecendo ao longo das demais etapas da gestão patrimonial como no que diz respeito às suas movimentações nas modalidades transferência e cessão, decisões de baixa e alienação e nas demais ações de administração e manutenção dos bens patrimoniais.

O foco do controle interno está no acompanhamento e registro das adições e das retiradas.

Todas as medidas tomadas para garantir a preservação física e a segurança das unidades podem ser tão importantes quanto o próprio controle das quantias investidas em suas aquisições.

Para a execução de um controle apropriado e efetivo, devem existir instruções escritas sobre a política que governa a distribuição dos custos atribuídos às contas do ativo imobilizado e às de manutenção e reparo.

Os principais aspectos que devem ser definidos nessas instruções são os seguintes:





- ✓ as classes e unidades de bens.
- ✓ os custos a serem incluídos.
- ✓ as importâncias mínimas a serem capitalizadas.
- ✓ os métodos de depreciação e retirada.

Vamos conhecer a seguir algumas **ferramentas** utilizadas para auxiliar os gestores no contínuo controle dos bens patrimoniais de uma organização.



(IDCAP/SAAE Linhares/Oficial Administrativo/2019) Sobre o Controle de Bens Patrimoniais:

- a) É um processo contábil que somente empresas devem realizar para seus balanços patrimoniais.
- b) É o gerenciamento de todo o patrimônio que uma organização possui, desde ativos tangíveis, até os intangíveis.
- c) É um procedimento fiscal que somente as empresas de economia mista devem realizar para definição do seu Lucro e pagamento de impostos e contribuições.
- d) É um processo contábil que somente empresas podem realizar para seus balanços patrimoniais.
- e) É o gerenciamento dos bens tangíveis da organização uma vez que os bens intangíveis não são parte do patrimônio da organização.

Comentário:

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

O controle dos bens patrimoniais acompanha adições, retiradas e gerencia todo o patrimônio que uma organização possui, desde ativos tangíveis, até os intangíveis.

Inventário Físico

A existência e o uso contínuo dos bens refletidos pelo registro detalhado (controle de bens) devem ser **conferidos** periodicamente pela implantação de um programa detalhado de **inventários físicos**.



Todas as unidades do **ativo imobilizado** (sempre que possível) devem ser **numeradas** tão logo sejam instaladas, para facilitar a sua identificação. Caso isso não seja feito logo no início das operações, poderá ser feito à medida que os inventários físicos forem sendo programados e realizados.

O **controle** na área do **ativo imobilizado** abrange também os pontos abaixo:

- Existência, por escrito, de uma política de capitalização.
- Existência, por escrito, de uma política de administração do ativo imobilizado.
- Balanceamento dos registros individuais com as contas de controle da razão.
- Definição de procedimentos para a transferência e baixa de bens.
- Estabelecimento de levantamentos físicos periódicos, a fim de testar os controles individuais, bem como sua localização.
- Existência de controles analíticos.
- Identificação dos bens para a colocação de chapas.
- Controle de localização para a distribuição de débitos referentes à depreciação.
- Existência de um sistema orçamentário.
- Adequação do sistema contábil.



EXEMPLIFICANDO

Uma empresa realizava inventários com frequência anual que paralisavam suas atividades por até dois dias. Logo após o término do inventário, realizava-se contagem de controle e já se localizavam diferenças em relação ao total inventariado. Pode-se concluir que a situação inventariada era ruim, pois o sistema de inventário era mal projetado.

Do ponto de vista legal, de acordo com a **Instrução Normativa 205/1988**, veja como podem ser classificados os inventários físicos:



FIQUE ATENTO!

8.1. Os tipos de Inventários Físicos são:



- a) anual - destinado a comprovar a quantidade e o valor dos bens patrimoniais do acervo de cada unidade gestora, existente em 31 de dezembro de cada exercício - constituído do inventário anterior e das variações patrimoniais ocorridas durante o exercício.
- b) inicial - realizado quando da criação de uma unidade gestora, para identificação e registro dos bens sob sua responsabilidade;
- c) de transferência de responsabilidade- realizado quando da mudança do dirigente de uma unidade gestora ;
- d) de extinção ou transformação - realizado quando da extinção ou transformação da unidade gestora;
- e) eventual - realizado em qualquer época, por iniciativa do dirigente da unidade gestora ou por iniciativa do órgão fiscalizador.

8.1.1. Nos inventários destinados a atender às exigências do órgão fiscalizador (SISTEMA DE CONTROLE INTERNO), os bens móveis (material de consumo, equipamento, material permanente e semoventes) serão agrupados segundo as categorias patrimoniais constantes do plano de Contas Único (I.N./STN nº 23/86).



(PRÓ MUNICÍPIO/OSHCP HCP/Supervisor Administrativo/2019) A respeito do controle de materiais e patrimônio, assinale V (para verdadeiro) ou F (para falso).

- () O inventário geral é realizado no final do exercício fiscal, onde é feito uma análise e contagem de todo o estoque ou patrimônio, demandando muito tempo da empresa e fazendo com que esta paralise suas atividades;
- () Inventário rotativo, não precisa seguir um cronograma, fazendo-se a contagem sempre que a empresa achar necessário, mas é importante que ao final do exercício, todas as áreas tenham sido inventariadas;
- () Cut-off é uma paralisação em toda movimentação de materiais da empresa, podendo ser uma paralisação real ou teórica, sendo esta última através de um registro apartado, para que o material possa ser contado;
- () Em relação ao tombamento, os bens móveis podem ser divididos em controlados e relacionados. Os bens controlados dispensam tombamento, sendo controlado somente de modo simplificado e os bens relacionados são aqueles que têm um controle mais rígido sobre o seu uso e sua guarda.



A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) F,V,F,F
- b) V,F,V,F
- c) F,F,V,V
- d) V,V,F,V

Comentário:

Vamos avaliar cada uma das afirmativas antes de buscar a alternativa correta:

O inventário geral é realizado no final do exercício fiscal, onde é feito uma análise e contagem de todo o estoque ou patrimônio, demandando muito tempo da empresa e fazendo com que esta paralise suas atividades. CORRETA. É o conceito que temos para inventário anual (ou geral). Vejamos: "destinado a comprovar a quantidade e o valor dos bens patrimoniais do acervo de cada unidade gestora, existente em 31 de dezembro de cada exercício - constituído do inventário anterior e das variações patrimoniais ocorridas durante o exercício".

Inventário rotativo, não precisa seguir um cronograma, fazendo-se a contagem sempre que a empresa achar necessário, mas é importante que ao final do exercício, todas as áreas tenham sido inventariadas. ERRADA. O inventário rotativo ou eventual de fato é realizado sempre que a organização julgar adequado porém, não há a necessidade de que ao final do exercício todas as áreas tenham sido inventariadas.

Cut-off é uma paralisação em toda movimentação de materiais da empresa, podendo ser uma paralisação real ou teórica, sendo esta última através de um registro apartado, para que o material possa ser contado. CORRETA. Prática bastante utilizada nos inventários gerais, impedindo erros na contagem com a entrada e saída de bens e materiais durante o procedimento inventarial.

Em relação ao tombamento, os bens móveis podem ser divididos em controlados e relacionados. Os bens controlados dispensam tombamento, sendo controlado somente de modo simplificado e os bens relacionados são aqueles que têm um controle mais rígido sobre o seu uso e sua guarda. ERRADA. Exatamente ao contrário. Vejamos:

Bens Controlados: sujeitos ao tombamento e a controle mais rigoroso de uso e responsabilidade por guarda e conservação.

Bens Relacionados: dispensam o tombamento em função do baixo valor, sendo controlado de modo simplificado.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

(FCC/SERGÁS/Assistente Administrativo/2010) O processo realizado pela instituição a fim de cumprir a legislação e manter em dia as informações patrimoniais é denominado:

- a) recolhimento
- b) redistribuição
- c) cadastramento



d) inventário físico

e) alienação

Comentário:

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. O inventário físico, segundo Martins e Alt, consiste na contagem física dos itens de estoque. Caso haja diferenças entre o inventário físico e os registros do controle de estoques, devem ser feitos os ajustes conforme recomendações contábeis e tributárias.

A alternativa A está incorreta. Recolhimento é a movimentação de bens para o depósito do patrimônio quando estes não forem mais necessários.

A alternativa B está incorreta. É o movimento inverso do recolhimento. Consiste no envio dos bens do depósito do patrimônio para o órgão requisitante.

A alternativa C está incorreta. Cadastramento é o ato, processo ou efeito de cadastrar. Aplica-se, por exemplo, ao cadastramento de fornecedores na administração de materiais. Na gestão patrimonial, quando um bem é registrado no sistema, o termo correto a ser utilizado é "tombamento".

A alternativa E está incorreta. A alienação é uma das formas de baixa patrimonial. Pode ocorrer por venda, permuta ou doação. Os bens móveis inservíveis cujo reaproveitamento seja considerado inconveniente ou inoportuno serão alienados em conformidade com a legislação aplicável às licitações e aos contratos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, indispensável a avaliação prévia.

Auditoria do Ativo Imobilizado

As auditorias do ativo imobilizado têm como **principais objetivos** determinar se:

- as bases de avaliação das contas do ativo imobilizado são apropriadas, estão de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e se foram aplicadas de maneira uniforme em relação aos principais itens que permanecem em serviço.
- as adições durante o período em exame são débitos apropriados ao ativo imobilizado e representam bens físicos reais instalados ou construídos e, por outro lado, se itens significativos que deveriam ter sido imobilizados foram debitados na conta de despesas.
- os custos e as respectivas provisões para a depreciação aplicáveis a todas as retiradas, abandonos e ativos imobilizados não mais em serviço foram apropriadamente baixados das contas.
- a depreciação debitada às contas de lucro e perdas durante o período em exame é adequada, mas não excessiva, e se foi calculada em uma base aceitável e uniforme com a usada no período anterior.
- os saldos das provisões para depreciação são razoáveis, considerando-se a vida útil remanescente dos bens e o possível valor residual.
- todos os ônus significativos sobre os ativos imobilizados estão devidamente considerados nas demonstrações financeiras.



Depreciação

A perda de valor que um bem patrimonial vai apresentando ao longo dos anos é conhecida por **depreciação**. Tecnicamente e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada da Secretaria do Tesouro Nacional, depreciação é a:

Alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil.

Não há muito o que complicar aqui. O importante é entender que o **valor do bem vai sendo diminuído** contabilmente ano a ano, conforme ele vai sendo **usado**, vai se desgastando e vai perdendo valor.

Antes de mostrarmos isso na prática, há um outro conceito importante que você deve conhecer para a prova: é o valor residual. Esse é o valor que o bem ainda preserva mesmo após todo o seu período de depreciação.

Imagine que você tem um carro e estipula que ele o atenderá por 10 anos. Ao longo de todo esse período você pode ir depreciando o valor dele contabilmente porém, após o décimo ano, ele ainda terá um valor para o mercado, nem que seja por algumas de suas peças, no pior dos cenários. Esse valor restante é o chamado **valor residual**.



Veja tecnicamente a definição de **valor residual**:

É o **valor estimado** que a entidade obteria com a **venda do ativo**, caso o ativo já tivesse a idade, a condição esperada e o tempo de uso esperados para o **fim de sua vida útil**.

De acordo com o MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público) o "cálculo do valor residual é feito por estimativa, sendo seu valor determinado antes do início da depreciação. Assim, o valor residual seria o valor de mercado depois de efetuada toda a depreciação. O valor residual é determinado para que a depreciação não seja incidente em 100% do valor do bem, e desta forma não sejam registradas variações patrimoniais diminutivas além das realmente incorridas."

Dito isso, resta-nos o **valor depreciável** que é o **custo do ativo menos o seu valor residual**, ou seja, será o montante objeto da depreciação.



Vamos a um exemplo para que fique tudo mais claro:

Após passar no concurso você comprou um iate por R\$100.000,00 que será usado por 10 anos e, após esse período ainda terá um valor para venda de R\$20.000,00 (esse é o valor residual).

Portanto temos:

Valor do bem (custo): R\$100.000

Valor residual: R\$20.000

Valor depreciável (Valor do bem - Valor residual): R\$80.000,00

Como você vai usar o iate ao longo de 10 anos antes de vendê-lo, a depreciação será de R\$8.000,00 por ano pois deve-se considerar o Valor Depreciável dividido pelo período de uso: $R\$80.000/10$.

Simples, não? Esse é o método linear de depreciação, aceito pela Receita Federal e comumente cobrado em provas. Vamos treinar o que costuma cair em prova.



(Questão de prova) De acordo com o método da depreciação linear, se um bem, cujo valor inicial era de R\$10.000,00, for avaliado após 5 anos em R\$2.000,00, o resultado do cálculo da depreciação sofrida por esse bem será igual a R\$400,00 por ano.

a) Certo

b) Errado

Comentário:

Vamos lá.

Valor do bem: R\$10.000,00

Valor residual: R\$2.000,00

Portanto, o valor depreciável é R\$8.000,00 ($R\$10.000,00 - R\$2.000,00$).

Como o período em que o produto foi depreciado é de 5 anos e o valor depreciável é de R\$8.000,00, o valor anual da depreciação é $R\$8.000,00 / 5 = R\$ 1.600,00$ e não R\$400,00.

Dessa forma a afirmativa está **ERRADA**.

Vida Econômica e Vida Útil

Aqui vamos estudar mais dois conceitos importantes e que caem bastante em prova.





Primeiro a **vida econômica** de um bem:

Vida econômica de um bem é o período de tempo (geralmente em anos) em que o custo anual equivalente de possuir e de operar o bem é o **mínimo**.

Imagine que os bens, (equipamentos, instalações, etc.) vão se desgastando com o tempo e, com isso, passam a exigir manutenção cada vez com mais frequência. Isso faz com que os custos operacionais do bem cresçam ao longo do tempo, enquanto seu valor de mercado vai diminuindo.

Chega um momento em que **não é mais interessante manter o bem** pois seus **custos são maiores que seu valor** de mercado. Nesse momento ele atingiu sua **vida econômica**.

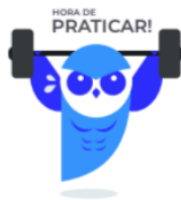
Já a **vida útil** é:

Período de tempo em que o bem **consegue exercer as funções** que dele se espera.

Perceba que a vida útil pode ser maior que a econômica, basta que o bem continue operando mesmo após o atingimento de sua vida econômica. Aí caberá ao administrador tomar a decisão sobre mantê-lo ou substituí-lo.



LISTA DE QUESTÕES



Atenção: o texto a seguir refere-se às duas próximas questões.

A depreciação de um ativo é a redução de seu valor ao longo do tempo devido ao uso, ao desgaste ou à obsolescência tecnológica.

Usando o método de depreciação linear, suponha que um novo equipamento da empresa BAX tenha sido avaliado em \$1.900.000,00, com uma vida útil estimada de 7 anos, um valor residual de 150.000 e sem considerar efeitos de correção monetária devido à inflação.

1. (FGV/Técnico em Patrimônio e Material/Câmara dos Deputados/2023)

O valor contábil do equipamento ao final do quarto ano de uso foi de

- (A) \$1.150.000,00.
- (B) \$900.000,00.
- (C) \$750.000,00.
- (D) \$650.000,00.
- (E) \$500.000,00.

2. (FGV/Técnico em Patrimônio e Material/Câmara dos Deputados/2023)

O valor da depreciação anual do equipamento foi de

- (A) \$271.430,00
- (B) \$257.140,00
- (C) \$250.000,00
- (D) \$242.850,00
- (E) \$235.000,00



3. (FGV/Técnico em Patrimônio e Material/Câmara dos Deputados/2023)

Utilizando o método de depreciação linear, suponha agora que um novo equipamento da empresa BAX tenha uma vida útil estimada de 9 anos com um valor residual de 650.000 e uma depreciação anual de \$700.000,00 sem considerar efeitos de correção monetária devido à inflação.

O valor de compra do equipamento foi de

- (A) \$6.250.000,00.
- (B) \$6.300.000,00.
- (C) \$6.600.000,00.
- (D) \$6.750.000,00.
- (E) \$6.950.000,00.

4. (VUNESP/EsFCEEx/Administração/2023)

Os bens patrimoniais sofrem depreciação com o passar dos anos. Considerando-se que os armamentos possuem vida útil de 20 anos e valor residual de 15%, um fuzil adquirido em janeiro de 2023 por R\$ 50.000 terá, ao final de 2042, valor residual de

- a) R\$ 47.000.
- b) R\$ 7.500.
- c) R\$ 3.000.
- d) R\$ 42.500.
- e) R\$ 30.000.

5. (FGV/ALEMA/Administrador/2023)

Os bens são muitas vezes considerados como sinônimos de recursos pois transmitem a ideia de que são capazes de gerar produtos e serviços e, portanto, produzir riquezas.

A disciplina que trata da conservação, manutenção ou alienação de um bem é a

- a) Administração de Recursos Materiais.
- b) Administração de Recursos Patrimoniais.
- c) Administração de Recursos de Capital.
- d) Administração de Recursos Humanos.
- e) Administração de Recursos Tecnológicos.

6. (FGV/CGE SC/Engenharia Civil/2023)

Em gestão de materiais, um recurso patrimonial de uma organização é caracterizado por ser um



- a) tangível, de natureza permanente, como imóveis e equipamentos.
- b) tangível, de natureza temporária, como materiais de estoque.
- c) intangível, como o tempo de vida, que confere experiência a uma organização.
- d) intangível, referente a patentes que conferem vantagem competitiva à organização.
- e) intangível, referente às competências oriundas dos indivíduos da organização.

7. (QUADRIX/CAU PA/2023)

Com base nas noções de administração de recursos materiais, julgue o item a seguir.

O produto é algo visível e intangível, por ser composto de materiais físicos e visíveis.

8. (QUADRIX/CRECI 6 (PR)/Técnico Administrativo/2023)

Acerca da administração de materiais, julgue o item.

Os produtos ofertados pelas empresas primárias visam, exclusivamente, às empresas secundárias.

9. (QUADRIX/CRECI 6 (PR)/Técnico Administrativo/2023)

Acerca da administração de materiais, julgue o item.

Os serviços nem sempre são tangíveis e visíveis. Além disso, também não possuem cores, formas ou tamanhos, como, por exemplo, os produtos.

10. (CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023)

No que diz respeito à gestão patrimonial, julgue o item seguinte.

O inventário eventual é aquele realizado quando da extinção ou transformação da unidade gestora.

11. (CEBRASPE (CESPE)/PETROBRAS/Logística de Transporte/Controle/2023)

Acerca do controle de inventários e da decisão política de estoques, julgue o item seguinte.

Para que as informações de um inventário sejam fidedignas é adequado que a sua realização seja de maneira detalhada, com a conferência unitária de cada produto.

12. (CEBRASPE (CESPE)/PETROBRAS/Suprimento de Bens e Serviços/Administração/2023)

Considerando a gestão de estoques e almoxarifados, julgue o item que se segue.



O inventário físico dos estoques deve ser realizado uma única vez ao ano, ao final do período fiscal da empresa.

13.(CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023)

No que diz respeito à gestão patrimonial, julgue o item seguinte.

O sistema de depreciação aceito pela Receita Federal do Brasil é o linear.

14.(CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023)

No que diz respeito à gestão patrimonial, julgue o item seguinte.

A cessão de bens materiais consiste na transferência do direito de propriedade do material, mediante venda, permuta ou doação, enquanto a alienação corresponde à movimentação de material do acervo, com transferência de posse, gratuita, e troca de responsabilidade de um órgão para outro.

15.(INTEGRI BRASIL/Pref. Mun. Três Coroas-RS/Secretário de Escola/2021) Em relação aos Bens Patrimoniais, avalie o conceito a seguir, assinalando a alternativa correspondente.
“são o mobiliário, os equipamentos, os eletroeletrônicos, os utensílios de cozinha, os aparelhos e equipamentos para a prática de esportes, veículos e semelhantes.”

- a) Bens imóveis.
- b) Materiais ou bens de consumo.
- c) Materiais de distribuição gratuita,
- d) Materiais ou bens permanentes.

16.(INSTITUTO AOCP/ITEP RN/Assistente Técnico/2021) Considerando que a gestão patrimonial se atém especificamente aos bens patrimoniais tangíveis, é correto afirmar que a gestão patrimonial recai sobre elementos que são registrados da seguinte forma:

- a) bens móveis, máquinas e equipamentos e instalações.
- b) bens imóveis, materiais de consumo e instalações.
- c) bens imóveis, materiais permanentes e instalações.
- d) bens móveis, bens estratégicos e bens operacionais.
- e) bens materiais, bens tangíveis e materiais circulantes.

17.(QUADRIX/CREFITO 4/Almoxarife/2021) No que se refere a patrimônio e a almoxarifado, julgue o item. A doação é a incorporação de um bem cedido por terceiro à instituição, pública ou privada, em caráter definitivo, sem o envolvimento de nenhuma transação financeira.

- a) Certo
- b) Errado



18.(QUADRIX/CREFITO 4/Almoxarife/2021) No que se refere a patrimônio e a almoxarifado, julgue o item. A permuta é a incorporação de um bem cedido por instituição pública à instituição privada, em caráter definitivo, sem envolvimento de transação financeira.

- a) Certo
- b) Errado

19.(QUADRIX/CREFITO 4/Almoxarife/2021) Para Fonseca, pode-se considerar como baixa patrimonial a retirada de bem da carga patrimonial do órgão, mediante registro da transferência deste para o controle de bens baixados, feita exclusivamente pelo setor de patrimônio, devidamente autorizado pelo gestor. A partir dessa informação, julgue o item quanto a patrimônio. A baixa patrimonial somente pode ocorrer por meio de alienação, permuta, comodato e transferência.

- a) Certo
- b) Errado

20.(QUADRIX/CREFITO 4/Almoxarife/2021) Para Fonseca, pode-se considerar como baixa patrimonial a retirada de bem da carga patrimonial do órgão, mediante registro da transferência deste para o controle de bens baixados, feita exclusivamente pelo setor de patrimônio, devidamente autorizado pelo gestor. A partir dessa informação, julgue o item quanto a patrimônio. Comodato é a desincorporação de um bem que tenha sido transferido, em caráter definitivo, de um órgão para outro dentro da mesma esfera de competência ou jurisdição.

- a) Certo
- b) Errado

21.(QUADRIX/CREFITO 4/Almoxarife/2021) Para Fonseca, pode-se considerar como baixa patrimonial a retirada de bem da carga patrimonial do órgão, mediante registro da transferência deste para o controle de bens baixados, feita exclusivamente pelo setor de patrimônio, devidamente autorizado pelo gestor. A partir dessa informação, julgue o item quanto a patrimônio. Arrolamento é o registro das características e quantidades obtidas no levantamento, compreendendo a coleta de dados sobre todos os elementos ativos e passivos do patrimônio.

- a) Certo
- b) Errado

22.(QUADRIX/CREFITO 4/Almoxarife/2021) Para Fonseca, pode-se considerar como baixa patrimonial a retirada de bem da carga patrimonial do órgão, mediante registro da transferência deste para o controle de bens baixados, feita exclusivamente pelo setor de patrimônio, devidamente autorizado pelo gestor. A partir dessa informação, julgue o item quanto a patrimônio. O desfazimento, também conhecido como desincorporação ou baixa, consiste na operação de baixa de um bem pertencente ao acervo patrimonial do órgão e na consequente retirada do seu valor do ativo imobilizado.

- a) Certo
- b) Errado



23.(QUADRIX/CREFITO 4/Almoxarife/2021) Para Fonseca, pode-se considerar como baixa patrimonial a retirada de bem da carga patrimonial do órgão, mediante registro da transferência deste para o controle de bens baixados, feita exclusivamente pelo setor de patrimônio, devidamente autorizado pelo gestor. A partir dessa informação, julgue o item quanto a patrimônio. O único motivo para a inutilização de um material é a sua natureza tóxica ou venenosa.

- a) Certo
- b) Errado

24.(OBJETIVA CONCURSOS/Pref. Mun. Horizontina-RS/Agente Administrativo/2021) Segundo RAZZOLINI, sobre os recursos patrimoniais, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () São o conjunto de bens, direitos e obrigações que são colocados à sua disposição pelos sócios e/ou fornecedores.
 - () São entendidos como ativo circulante das organizações.
 - () São o ativo permanente à disposição dos funcionários, do qual é gerada a folha de pagamento.
- a) C - C - E.
 - b) E - C - C.
 - c) E - C - E.
 - d) C - E - C.
 - e) C - E - E.

25.(QUADRIX/CRESS 18 SE/Coordenador-Geral/2021) Acerca da administração de patrimônios, julgue o item. Em uma organização, a aquisição de recursos ou bens materiais é uma atividade cuja responsabilidade originária é do setor contábil e financeiro.

- a) Certo
- b) Errado

26.(QUADRIX/CRESS 18 SE/Coordenador-Geral/2021) Acerca da administração de patrimônios, julgue o item. A administração de materiais e a administração patrimonial têm como objetivo único a maximização da utilização dos recursos da empresa.

- a) Certo
- b) Errado

27.(QUADRIX/CRESS 18 SE/Coordenador-Geral/2021) Acerca da administração de patrimônios, julgue o item. Os bens de uma organização compõem o seu patrimônio.

- a) Certo
- b) Errado



28.(QUADRIX/CRESS 18 SE/Coordenador-Geral/2021) Acerca da administração de patrimônios, julgue o item. O ativo circulante é composto por materiais auxiliares, matérias-primas, produtos em processo e produtos acabados.

- a) Certo
- b) Errado

29.(IADES/CFQ/Analista Superior/2021) A gestão de bens é de grande importância, uma vez que exerce influência nas operações de uma organização e contribui para o alcance de seus objetivos. Com base na definição de bens utilizada pelas organizações, tanto públicas quanto privadas, assinale a alternativa que exemplifica um material permanente.

- a) Capacho.
- b) Caixa plástica.
- c) Aparelho sanitário.
- d) Cartucho de tinta para impressora.
- e) Antena parabólica.

30.(OBJETIVA CONCURSOS/CM Nova Hartz-RS/Secretário Legislativo/2021) Considerando-se os aspectos patrimoniais, o patrimônio divide-se em:

- a) Funcional e quantitativo.
- b) Qualitativo e consolidado.
- c) Consolidado e quantitativo.
- d) Funcional e adicionais.

31.(FAUEL/CM Apucarana-PR/Escriturário Legislativo/2020) O controle patrimonial de uma entidade se dá por meio de um efetivo registro de entradas, movimentações e saídas de bens. Neste contexto, o processo de inclusão e registro, ou seja, de entrada de um bem permanente no sistema de controle patrimonial da organização, recebe o nome de:

- a) Valia.
- b) Depreciação.
- c) Tombamento.
- d) Alienação.

32.(FAUEL/CM Apucarana-PR/Escriturário Legislativo/2020) _____ de bens patrimoniais é o registro de retirada e eliminação de um bem patrimonial do ativo fixo da Empresa.

O termo que completa CORRETAMENTE a lacuna acima é:

- a) Baixa.
- b) Depreciação.
- c) Entrada.



d) Alienação.

33.(VUNESP/Pref. Mun. Ilhabela-SP/Técnico/2020) Um material pode ser classificado como de consumo, caso atenda ao critério da incorporabilidade, que determina que esse mesmo material:

- a) em seu uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos.
- b) pode ser utilizado para a constituição de novos bens, melhoria ou adições complementares de bens em utilização ou para a reposição de peças para manutenção.
- c) apresenta estrutura quebradiça, deformável ou danificável, caracteriza sua irrecuperabilidade e determina a perda de sua identidade ou funcionalidade.
- d) está sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou se deteriora ou perde sua característica pelo uso normal.
- e) foi adquirido para fim de transformação.

34.(PUBLICONSULT/Pref. Mun. Araçoiaba da Serra-SP/Assistente Administrativo/2020) Quanto à situação patrimonial, um bem - quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência - é classificado como:

(Fonte: MEC/IFECT. Manual de Administração Patrimonial de Bens Móveis do Ativo Permanente, 2012, pág. 8).

- a) Ocioso.
- b) Recuperável.
- c) Irrecuperável.
- d) Antieconômico.

35.(CEBRASPE/EBSERH/Analista Administrativo/2018) Móveis que eventualmente sejam furtados de um hospital deverão ser baixados do inventário de bens dessa entidade e os seus números de patrimônio poderão ser reutilizados em novos móveis que forem adquiridos no mesmo padrão.

- a) CERTO
- b) ERRADO

36.(CEBRASPE/TJ-RR/Administrador/2012) Denomina-se material permanente o material que tenha durabilidade estimada de cinco anos e que não perca sua identidade física com o uso.

- a) CERTO
- b) ERRADO

37.(CEBRASPE/STF/Analista Judiciário/2008) Diz-se que um bem móvel classificado como material permanente está sujeito ao tombamento quando ele não pode ser alienado nem modificado, tampouco sua destinação alterada.

- a) CERTO
- b) ERRADO



38.(CEBRASPE/TRF 1a Região/Analista Judiciário Administrativo/2017) Para que seja classificado como imobilizado, um ativo deve ser: relativamente permanente; utilizado na produção de mercadoria ou prestação de serviço; destinado à venda.

- a) CERTO
- b) ERRADO

39.(CEBRASPE/DPU/Agente Administrativo/2016) Item do ativo imobilizado da organização refere-se a bem que possui tempo ilimitado de uso e de vida útil.

- a) CERTO
- b) ERRADO

40.(CEBRASPE/EBSERH/Analista Administrativo/2018) Julgue o item. Equipamentos de um ambulatório que venham a ser contaminados por materiais tóxicos poderão ser baixados do patrimônio mediante termo de inutilização desses bens.

- a) Certo
- b) Errado

41.(CEBRASPE/EBSERH/Analista Administrativo/2018) Julgue o item. Coleções de livros de medicina e saúde tombadas pelo patrimônio cultural poderão ser transferidas pelo Brasil a outro país latino-americano por tempo indeterminado, para fins de intercâmbio cultural.

- a) Certo
- b) Errado

42.(CEBRASPE/TRE-GO/Técnico Judiciário/2015) Julgue o item. Após a devida análise, poderão ser alienados, e dadas as respectivas baixas no controle de estoque, os bens classificados como excedentes, obsoletos e inservíveis.

- a) Certo
- b) Errado

43.(CEBRASPE/ICMBio/Analista Administrativo/2014) Julgue o item. O tombamento de bens é feito nos casos de compra, cessão, doação, permuta, transferência e produção interna. Além desses, há também a necessidade de tombamento nos casos de incorporação de bens.

- a) Certo
- b) Errado

44.(CEBRASPE/ANATEL/Técnico Administrativo/2014) Julgue o item. A baixa patrimonial é entendida como a perda do poder exercido sobre determinado bem, em razão de seu uso intensivo ou prolongado que o torne obsoleto ou lhe cause desgastes ou avarias que não justifiquem o investimento de recursos para a sua recuperação.

- a) Certo
- b) Errado



45.(CEBRASPE/ANTAQ/Analista Administrativo/2014) Julgue o item. Redução de custo e depreciação são os fatores que motivam as substituições de equipamentos.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

46.(CEBRASPE/EBSERH/Analista Administrativo/2018) Julgue o item. O controle de bens patrimoniais deve ser realizado obrigatoriamente pelos registros de movimentação.

- a) Certo
- b) Errado

47.(CEBRASPE/STF/Analista Judiciário/2013) Julgue o item. As modalidades de vendas de materiais considerados inservíveis são conhecidas como vendas a varejo, vendas por concorrência e vendas por leilão; essa última é a mais simplificada e resolve-se no próprio ato de arrematação.

- a) Certo
- b) Errado

48.(CEBRASPE/TRT 17a Região/Técnico Judiciário/2013) Julgue o item. O controle do ativo imobilizado deve ser feito regularmente, assim como o acompanhamento de sua depreciação, para eventual baixa.

- a) Certo
- b) Errado

49.(CEBRASPE/SERPRO/Analista Gestão Logística/2013) Julgue o item. Uma vez alienado por uma organização pública, o bem deve receber baixa do patrimônio e não poderá ter seu número de tombamento atribuído a outro material.

- a) Certo
- b) Errado

50.(CEBRASPE/Câmara dos Deputados/Analista Legislativo/2012) Julgue o item. De acordo com o modelo de depreciação linear, a depreciação de uma impressora é calculada com base na média de impressões que a máquina é capaz de produzir durante a sua vida útil.

- a) Certo
- b) Errado

51.(CEBRASPE/Câmara dos Deputados/Analista Legislativo/2012) Julgue o item. Considera-se controlado o bem móvel sujeito a controle simplificado, mas não o sujeito a tombamento.

- a) Certo
- b) Errado

52.(CEBRASPE/Câmara dos Deputados/Analista Legislativo/2012) Julgue o item. A interdependência dos componentes patrimoniais, o conteúdo econômico avaliável em



moeda dos bens que compõem o patrimônio bem como a vinculação do conjunto patrimonial à entidade que vise determinado fim, constituem requisitos básicos para que um conjunto de bens, direitos e obrigações seja considerado patrimônio.

- a) Certo
- b) Errado

53.(CEBRASPE/TJ-RR/Administrador/2012) Julgue o item. Denomina-se material permanente o material que tenha durabilidade estimada de cinco anos e que não perca sua identidade física com o uso.

- a) Certo
- b) Errado

54.(CEBRASPE/STF/Analista Judiciário/2008) Julgue o item. Diz-se que um bem móvel classificado como material permanente está sujeito ao tombamento quando ele não pode ser alienado nem modificado, tampouco sua destinação alterada.

- a) Certo
- b) Errado

55.(CEBRASPE/CL-DF/Consultor Técnico Legislativo/2006) Julgue o item. Alguns conceitos são importantes na gestão de recursos patrimoniais. Entre eles, podem ser citados o de vida econômica de um bem, que é o período em que os custos de possuir e de operar o bem apresentam valores mínimos, e o de bens fungíveis, que são aqueles que apresentam a propriedade de se misturar ou fundir com outros sem perderem a sua característica inicial.

- a) Certo
- b) Errado

56.(CEBRASPE/TRT 8a Região/Analista Judiciário/2016) Em relação aos recursos patrimoniais, assinale a opção correta.

- a) Os bens fungíveis podem ser divididos sem que as partes percam sua característica inicial.
- b) A vida útil e a vida econômica dos recursos patrimoniais são medidas equivalentes.
- c) Na operação do empreendimento, o ativo imobilizado ou fixo de natureza permanente destina-se à venda.
- d) Os bens patrimoniais totalmente depreciados devem ter seu uso descontinuado.
- e) Patentes e direitos autorais são considerados bens patrimoniais intangíveis.

57.(CEBRASPE/ANTAQ/Analista Administrativo/2014) Julgue o item. Os bens de uma empresa são considerados recursos patrimoniais e são classificados, quanto à sua mobilidade, como móveis, imóveis, corpóreos e incorpóreos.

- a) Certo
- b) Errado

58.(CESPE/TCE-PB/Agente de Documentação/2018) Durante o inventário de bens patrimoniais na sede de um órgão da administração pública, constatou-se que algumas cadeiras de escritório do setor de compras haviam sido levadas para a sala de reuniões



da diretoria. Considerando-se que os diretores tenham decidido manter referidas cadeiras na sala de reuniões, o recurso administrativo a ser utilizado para regularizar a ocorrência descrita nessa situação hipotética será:

- a) transferência
- b) cessão
- c) permuta
- d) alienação
- e) desfazimento

59.(FGV/CM Salvador-BA/Analista Legislativo Municipal/2018) A administração patrimonial trata como material permanente tangível todos aqueles que se enquadram como material permanente, imóveis ou instalações. Para os materiais permanentes, o procedimento de identificação de um bem patrimonial por ocasião de sua incorporação ao patrimônio de uma organização é definido como:

- a) requisição;
- b) comodato;
- c) movimentação de bens;
- d) inventário;
- e) tombamento.

60.(FGV/CM Salvador-BA/Analista Legislativo Municipal/2018) Referente à gestão patrimonial de empresas, é correto afirmar que:

- a) o gerenciamento da depreciação é de importância secundária, uma vez que esta não impacta no resultado operacional da empresa;
- b) a vida econômica de um bem é o tempo que ele demora para perder todo o seu valor contábil;
- c) o valor contábil de um bem depende de como esse bem é utilizado e mantido, uma vez que é a diferença entre o valor depreciado e o valor de mercado;
- d) a decisão de substituir equipamentos deve ser tomada com base nas estimativas de custo anual equivalente do equipamento defendente e do equipamento desafiante;
- e) patentes e direitos autorais não são incluídos no balanço patrimonial por serem bens intangíveis.

61.(FGV/CM Salvador-BA/Analista Legislativo Municipal/2018) Uma das definições de depreciação é o declínio do potencial de geração de serviços de um bem de longa duração. No momento em que esse potencial se extingue, é necessário dar saída a esse bem por meio de:

- a) alienação;
- b) destruição;
- c) comodato;
- d) abandono;



e) cessão.

62. (FGV/CM Salvador-BA/Analista Legislativo Municipal/2018) Um bem adquirido por R\$ 1.000.000,00 possui uma depreciação anual de R\$ 85.000,00. Adotando o método de depreciação linear, o valor residual desse bem no 6º ano, em reais, será:

- a) 660.000,00;
- b) 575.000,00;
- c) 490.000,00;
- d) 405.000,00;
- e) 320.000,00.

63. (FGV/CM Salvador-BA/Analista Legislativo Municipal/2018) O empréstimo de equipamentos realizado entre órgãos públicos é definido como:

- a) comodato
- b) cessão
- c) aquisição
- d) incorporação
- e) movimentação

64. (FGV/CM Salvador-BA/Analista Legislativo Municipal/2018) Com respeito à manutenção de ativos imobilizados, é correto afirmar que:

- a) a manutenção corretiva deve ser priorizada quando se possui um sistema de produção com estoque enxuto
- b) a manutenção preditiva deve ser priorizada quando se possui um grande estoque de produtos comercializáveis;
- c) o valor gasto com manutenção corretiva de um bem pode ser descontado de seu valor contábil, acelerando sua depreciação;
- d) o valor gasto com manutenção preditiva de um equipamento deve ser adicionado a seu valor contábil, uma vez que não aumenta sua vida útil;
- e) a manutenção preventiva é vantajosa quando seu custo for inferior à estimativa de redução dos custos associados à manutenção corretiva.

65. (FGV/CM Salvador-BA/Analista Legislativo Municipal/2018) Dentro do contexto da gestão patrimonial das empresas, os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades de uma companhia ou exercidos com essa finalidade são classificados como:

- a) ativo contábil
- b) ativo imobilizado
- c) bens intangíveis
- d) despesa operacional
- e) despesa permanente



66.(FGV/IBGE/Analista/2016) Além da classificação da despesa com aquisição de material (material de consumo ou material permanente) devem ser adotados alguns parâmetros para distinguir um material de consumo de um permanente. Um dos critérios para um material ser considerado de consumo é: "estrutura quebradiça, deformável ou danificável, caracterizando sua irrecuperabilidade e perda de sua identidade ou funcionalidade." A definição apresentada se refere ao critério de:

- a) perecibilidade;
- b) durabilidade;
- c) fragilidade;
- d) transformabilidade;
- e) incorporabilidade.

67.(FGV/MPE MS/Técnico II/201) A gestão de recursos patrimoniais é de fundamental importância para uma organização, independentemente de sua característica pública ou privada. Devido à complexidade e tamanho das organizações, para manter a sustentabilidade econômica, esses recursos podem ser vendidos, trocados ou adquiridos. De acordo com o exposto, marcas e patentes são recursos patrimoniais:

- a) de risco.
- b) intangíveis.
- c) imobilizados.
- d) permanentes.
- e) fixos.

68.(CESGRANRIO/LIQUIGÁS/Profissional/2014) Os bens industriais podem ser classificados em três categorias: 1) materiais e peças; 2) suprimento e serviços; 3) bens de capital. São exemplos desta última categoria os seguintes bens:

- a) componentes e manufaturados
- b) instalações e equipamentos
- c) itens de manutenção e reparo
- d) produtos agropecuários e naturais
- e) serviços de consultoria empresarial

69.(CESGRANRIO/PETROBRÁS/Técnico/2012) Na administração patrimonial de uma empresa, deve-se fazer uma cuidadosa distinção entre os débitos capitalizáveis e não capitalizáveis. Dentre os seguintes custos aplicados a ativos imobilizados, NÃO pode(m) ser capitalizável(is):

- a) a construção de um depósito adicional nas adjacências de uma fábrica.
- b) a instalação de um sistema de ar-condicionado na fábrica e/ou escritório.
- c) a substituição de um equipamento já desgastado por outro novo similar.
- d) a substituição de um equipamento por outro mais eficiente.
- e) os gastos com manutenção (pintura, revisões) em máquinas da fábrica.



70.(CESGRANRIO/EPE/Analista de Gestão Corporativa/2012) A administração do passivo de uma empresa é uma das funções de seu diretor ou gerente financeiro. Essa função consiste na gestão de:

- a) contas a receber.
- b) relações com os clientes.
- c) escolhas dos imóveis.
- d) margens de ganho em cada produto.
- e) obtenção de recursos financeiros e de sua composição.

71.(CESGRANRIO/BACEN/Técnico/2009) Todo bem patrimonial sofre desgaste com a sua utilização, sendo necessárias ações para que ele se mantenha operacional até o fim de sua vida útil. A vida econômica de um bem é o período de tempo em que o bem consegue exercer suas funções até o momento em que o:

- a) valor contábil é menor que a soma do custo operacional com o de manutenção.
- b) valor de revenda do bem menos o valor residual da depreciação é mínimo.
- c) valor de revenda ultrapassa o valor depreciado.
- d) custo operacional é menor que o custo residual.
- e) Custo Anual Equivalente (CAE) é mínimo.

72.(CESGRANRIO/PETROBRÁS/Técnico/2012) A administração patrimonial em uma empresa se caracteriza por administrar o ativo imobilizado dessa empresa. Considere as seguintes características de um bem:

- I - ser intangível
- II - ter natureza relativamente permanente
- III - ser utilizado na operação do negócio
- IV - ser um bem de consumo

Para ser considerado um ativo imobilizado, devem coexistir, dentre as características citadas, APENAS as seguintes características:

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I, II e IV
- e) I, III e IV

73.(FCC/TJ-AP/Analista Judiciário/2014) Refere-se à exclusão de um bem do acervo mobiliário do Estado e a consequência retirada do seu valor do ativo imobiliário:

- a) Baixa
- b) Recolhimento
- c) Cessão
- d) Alienação
- e) Comodato



74.(FCC/HEMOBRÁS/Assistente Administrativo/2013) Recursos patrimoniais constituem os elementos primordiais para uma organização poder operar e produzir produtos e serviços que irão atender às demandas de mercado. Portanto, é importante a perfeita adequação e manutenção dos bens patrimoniais para o sucesso da organização. É considerado um recurso patrimonial intangível:

- a) Almojarifado
- b) Computador
- c) Direito Autoral
- d) Guindaste
- e) Veículo

75.(FCC/SERGÁS/Assistente Administrativo/2010) O processo realizado pela instituição a fim de cumprir a legislação e manter em dia as informações patrimoniais é denominado:

- a) recolhimento
- b) redistribuição
- c) cadastramento
- d) inventário físico
- e) alienação

76.(FCC/TRT-24a Região/Auxiliar Judiciário/2004) Ato de registrar um item de material ou equipamento no sistema de controle patrimonial, à vista de documentação apropriada atribuindo-lhe um número sequencial de incorporação ao patrimônio. Essa é a definição de:

- a) descrição imobiliária
- b) responsabilidade patrimonial
- c) tombamento
- d) controle autárquico
- e) alistamento patrimonial

77.(Colégio Pedro II/ Colégio Pedro II /Assistente em Administração/2019) O ponto crucial do controle patrimonial reside na correta diferenciação entre material permanente e material de consumo. É correto classificar como materiais de consumo:

- a) caneta e lápis
- b) copiadora e fogão
- c) veículos diversos e freezer
- d) mesa de escritório e cartucho

78.(AOCP/IBGE/Analista Censitário/2019) Luiza precisa incorporar e registrar um equipamento fotocopador recebido pelo IBGE na forma de doação de uma indústria produtora. Para registrar esse bem, qual é o gênero patrimonial em que ele deverá ser classificado?



- a) bem novo
- b) bem móvel
- c) bem cedido
- d) bem doado
- e) bem industrial

79. (AOCP/IBGE/Analista Censitário/2019) Pedro é o Administrador Patrimonial do IBGE e precisa movimentar materiais, trocando a responsabilidade de uma unidade organizacional para outra, dentro do próprio IBGE. Qual é a ocorrência patrimonial que ele precisa realizar?

- a) passagem
- b) contrapartida
- c) transferência
- d) reincorporação
- e) transformação física

80. (FUNCERN/Pref. de Jardim das Piranhas-RN/Agente de Administração/2019) O ato de inscrever o bem no registro patrimonial, com a concomitante afixação do respectivo código numérico, mediante plaqueta, gravação, etiqueta ou qualquer outro método adequado às suas características, refere-se ao:

- a) inventário
- b) termo de responsabilidade
- c) comodato
- d) tombamento

81. (IF-TO/IF-TO/Administrador/2019) Sobre administração de recursos patrimoniais é correto afirmar:

- a) Bens patrimoniais são instalações utilizadas no cotidiano das organizações, que são adquiridos esporadicamente, como prédios, equipamentos e veículos. Eles podem ser classificados de diversas formas, entre elas, quanto a sua mobilidade: móveis, quando podem ser deslocados sem alteração de sua forma física e imóveis, quando não podem ser deslocados sem alteração de sua forma física.
- b) Bens patrimoniais são os bens de capital da instituição. Eles podem ser classificados de diversas formas, entre elas, quanto a sua mobilidade: imóveis, quando podem ser deslocados sem alteração de sua forma física e móveis, quando não podem ser deslocados sem alteração de sua forma física.
- c) Bens patrimoniais são os bens tecnológicos da instituição. Eles sofrem o processo de depreciação, que é a perda de seu valor, decorrente do uso ou obsolescência da tecnologia.
- d) Bens patrimoniais são os bens de consumo da instituição. Eles podem ser classificados de diversas formas, entre elas, quanto a sua durabilidade: duráveis, que duram mais que um exercício fiscal, e não duráveis, consumidos antes de um período fiscal.



e) Bens patrimoniais são os bens de consumo da instituição. Eles podem ser classificados de diversas formas, entre elas, quanto a sua disponibilidade: disponíveis, quando usados de imediato ou indisponíveis.

82. (Pró Município/CRP-11a Região-CE/Técnico de Patrimônio/2019) Sobre tombamento de bens, assinale a opção INCORRETA:

- a) Os bens controlados demandam um controle bastante rigoroso do seu uso e da responsabilidade pela guarda e conservação, estão sujeitos ao tombamento;
- b) Caso seja identificado um bem com a perda ou deterioração da plaqueta de tombamento, o ocorrido deverá ser comunicado, obrigatoriamente, ao setor de almoxarifado e/ou patrimônio para que aconteça sua reposição;
- c) O número de tombamento em livros poderá ser feito mediante carimbo;
- d) Os bens relacionados, mesmo tendo um valor mínimo para a administração, não dispensam tombamento.

83. (Pró Reitoria GP/CP2/Assistente em Administração/2019) Caberá ao setor de patrimônio as atribuições de:

- a) emplaquetamento, transferência interna, baixa do bem e inventário.
- b) emplaquetamento, transferência interna, baixa do bem e controle de estoque.
- c) inventário, baixa do bem, guarda temporária de bens permanentes e registro.
- d) inventário, guarda temporária de bens permanentes, emplaquetamento e registro.

84. (IADES/CFM/Profissional de Suporte Técnico/2018) Assinale a alternativa que indica um recurso patrimonial móvel.

- a) Guindaste
- b) Terreno
- c) Projeto
- d) Patentes
- e) Jazidas

85. (FUNRIO/CM São João do Meriti-RJ/Técnico Administrativo/2018) São exemplos de materiais classificados como permanentes os a seguir listados, EXCETO UM, que deve ser classificado como material de consumo. Assinale-o.

- a) telefones.
- b) medidores de pressão arterial.
- c) circuladores de ar.
- d) livros.
- e) canetas.

86. (IBADE/CM Cacoal-RO/Agente Administrativo/2018) A incorporação do material permanente ao patrimônio de uma organização é uma medida administrativa conhecida como:



- a) tombamento.
- b) movimentação.
- c) transferência.
- d) desfazimento.
- e) alienação.

87.(FUNDATEC/CM Triunfo-RS/Oficial Legislativo/2018) Com base em Francischini e Gurgel (2013), em relação à Administração do Patrimônio, analise as assertivas que seguem e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Entende-se como ativo imobilizado todo ativo de natureza relativamente permanente, que é, em geral, mantido na empresa para a utilização na produção de mercadorias ou prestação de serviços.
- () Os veículos fabricados em uma indústria automobilística são considerados ativos imobilizados, pois se destinam à venda.
- () Um prédio de uma fábrica desativada permanece classificado como ativo imobilizado.
- () A provisão para depreciação dos bens do ativo imobilizado deve ser constituída anual e proporcionalmente à vida útil estimada das imobilizações depreciables.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V – F – V – F.
- b) V – V – F – F.
- c) F – F – V – V.
- d) F – V – F – V.
- e) V – F – F – V.

88.(QUADRIX/CRO-MT/Analista Administrativo/2018) Julgue o item. O tombamento é efetuado na incorporação do bem ao patrimônio, ocasião em que recebe uma identificação, afixando-se-lhe uma plaqueta numerada.

- a) Certo
- b) Errado

89.(IBADE/CM Vilhena-RO/Assistente Administrativo/2018) Um bem que não estiver sendo aproveitado, embora esteja em perfeitas condições, é classificado como:

- a) antieconômico
- b) baixado
- c) irrecuperável
- d) recuperável
- e) ocioso



90.(FAURGS/UFRGS/Assistente em Administração/2018) Sobre a movimentação de materiais no âmbito da Administração Pública Federal, numere a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando os tipos de desfazimento de materiais com suas respectivas definições.

- (1) Transferência
 - (2) Cessão
 - (3) Alienação
 - (4) Outra forma de desfazimento
-
- () Renúncia ao direito de propriedade do material, mediante inutilização ou abandono.
 - () Modalidade de movimentação de material do acervo, com transferência gratuita de posse e troca de responsabilidade, entre órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo ou entre estes e outros integrantes de qualquer dos demais Poderes da União.
 - () Operação de transferência do direito de propriedade do material, mediante venda, permuta ou doação.
 - () Modalidade de movimentação de material, com troca de responsabilidade, de uma unidade organizacional para outra, dentro do mesmo órgão ou entidade.

A sequência numérica correta de preenchimento dos parênteses da segunda coluna, de cima para baixo, é:

- a) 4-2-3-1
- b) 1-3-4-2
- c) 4-1-2-3
- d) 3-2-4-1
- e) 4-3-2-1

91.(Quadrix/CFBio/Agente Administrativo/2018) Cessão de material, no âmbito da Administração Pública Federal, consiste na sua transferência gratuita de órgãos/entidades da Administração para particulares.

- a) Certo
- b) Errado

92. (CEPS/UFGA/Assistente em Administração/2018) O processo de aquisição, registro, conservação e controle do acervo de bens permanentes de um órgão público ou que tenha este tipo de controle exigido regimentalmente é denominado:

- a) gestão patrimonial
- b) análise de riscos
- c) codificação
- d) normalização
- e) classificação ABC

93.(CEPS/UFGA/Assistente em Administração/2018) A unidade responsável pela gestão patrimonial de uma instituição acaba de receber novos servidores. Sendo assim, é



fundamental que o gestor da unidade oriente sobre alguns conceitos básicos. Um desses conceitos é relacionado ao procedimento de identificação de um bem patrimonial, efetuado na incorporação do bem ao patrimônio de uma organização denominado de:

- a) sistema de gestão de materiais
- b) logística sustentável
- c) almoxarifado
- d) protocolo
- e) tombamento

94.(IADES/CFM/Serviços Operacionais/2018) Existe um sistema de classificação e codificação de recursos patrimoniais que utiliza uma sequência lógica de números inteiros para representar atributos, como tipo de uso, finalidade, data de aquisição, propriedades e sequência de aquisição. Com base nessas informações, é correto afirmar que o enunciado se refere ao sistema:

- a) complexo
- b) alfa numérico
- c) seis sigma
- d) decimal
- e) QR Code

95.(IADES/CFM/Serviços Operacionais/2018) No que se refere a patrimônio, assinale a alternativa que indica um bem patrimonial intangível.

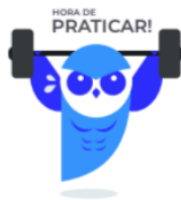
- a) jazida
- b) terreno
- c) computadores
- d) patentes
- e) automóvel

96.(UECE-CEV/DETRAN-CE/Analista de Trânsito e Transporte/2018) Em se tratando de gestão patrimonial, é correto afirmar que NÃO há razão para emissão de Termo de Responsabilidade quando ocorrer:

- a) o inventário físico dos bens móveis
- b) mudança de localização de bens dentro de uma mesma unidade gestora
- c) mudança de responsável pela guarda dos bens
- d) o tombamento de bens



QUESTÕES COMENTADAS



Atenção: o texto a seguir refere-se às duas próximas questões.

A depreciação de um ativo é a redução de seu valor ao longo do tempo devido ao uso, ao desgaste ou à obsolescência tecnológica.

Usando o método de depreciação linear, suponha que um novo equipamento da empresa BAX tenha sido avaliado em \$1.900.000,00, com uma vida útil estimada de 7 anos, um valor residual de 150.000 e sem considerar efeitos de correção monetária devido à inflação.

1. (FGV/Técnico em Patrimônio e Material/Câmara dos Deputados/2023)

O valor contábil do equipamento ao final do quarto ano de uso foi de

- (A) \$1.150.000,00.
- (B) \$900.000,00.
- (C) \$750.000,00.
- (D) \$650.000,00.
- (E) \$500.000,00.

Comentário:

Questão típica de Depreciação em Administração de Patrimônio. Vamos aos cálculos:

Valor aquisição: \$ 1.900.000

Valor residual: \$150.00

Dessa forma, temos:

Valor depreciável: \$1.750.000

Depreciação: linear em 7 anos de vida útil

Valor depreciação ano: $\$1.750.000 / 7 = \250.000

Valor depreciação em 4 anos: $\$250.000 \times 4 = \$1.000.000$

Valor contábil ao final do 4o ano: $\$1.900.000 - \$1.000.000 = \$900.000$



A alternativa B está correta e é o gabarito da questão.

2. (FGV/Técnico em Patrimônio e Material/Câmara dos Deputados/2023)

O valor da depreciação anual do equipamento foi de

- (A) \$271.430,00
- (B) \$257.140,00
- (C) \$250.000,00
- (D) \$242.850,00
- (E) \$235.000,00

Comentário:

Já fizemos o cálculo na questão anterior:

Valor aquisição: \$ 1.900.000

Valor residual: \$150.00

Dessa forma, temos:

Valor depreciável: \$1.750.000

Depreciação: linear em 7 anos de vida útil

Valor depreciação ano: $\$1.750.000/7 = \250.000

A alternativa C está correta e é o gabarito da questão.

3. (FGV/Técnico em Patrimônio e Material/Câmara dos Deputados/2023)

Utilizando o método de depreciação linear, suponha agora que um novo equipamento da empresa BAX tenha uma vida útil estimada de 9 anos com um valor residual de 650.000 e uma depreciação anual de \$700.000,00 sem considerar efeitos de correção monetária devido à inflação.

O valor de compra do equipamento foi de

- (A) \$6.250.000,00.
- (B) \$6.300.000,00.
- (C) \$6.600.000,00.
- (D) \$6.750.000,00.



(E) \$6.950.000,00.

Comentário:

Aqui precisamos inverter a ordem do cálculo. Vamos a ele:

Valor aquisição: \$?

Valor residual: \$650.000

Depreciação anual: \$700.000, usando-se a depreciação linear

Vida útil: 9 anos

Valor total depreciação: $\$700.000 \times 9 = \$6.300.000$

Valor de aquisição = Valor Residual + Valor Depreciável ao final dos 9 anos

Valor de aquisição = $\$650.000 + \$6.300.000$

Valor de aquisição = \$6.950.000

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão.

4. (VUNESP/EsFCEX/Administração/2023)

Os bens patrimoniais sofrem depreciação com o passar dos anos. Considerando-se que os armamentos possuem vida útil de 20 anos e valor residual de 15%, um fuzil adquirido em janeiro de 2023 por R\$ 50.000 terá, ao final de 2042, valor residual de

- a) R\$ 47.000.
- b) R\$ 7.500.
- c) R\$ 3.000.
- d) R\$ 42.500.
- e) R\$ 30.000.

Comentário:

Vamos aos cálculos antes de buscar a alternativa correta:

2023 - valor de compra = R\$50.000,00

Valor residual = $R\$ 15\% \times \$50.000 = \$7.500$

Valor depreciável = $\$50.000 - \$7.500 = \$42.500$

Vida útil = 20 anos

Valor a depreciar/ano = $\$2.125$

O examinador solicita o valor do objeto em 2042, ou seja após 20 anos de depreciação (incluindo 2023 e 2042).

Valor total de depreciação = $\$2.125 \times 20 = \42.500



Valor residual em 2042 = \$7.500 (\$50.000 - \$42.500)

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

5. (FGV/ALEMA/Administrador/2023)

Os bens são muitas vezes considerados como sinônimos de recursos pois transmitem a ideia de que são capazes de gerar produtos e serviços e, portanto, produzir riquezas.

A disciplina que trata da conservação, manutenção ou alienação de um bem é a

- a) Administração de Recursos Materiais.
- b) Administração de Recursos Patrimoniais.
- c) Administração de Recursos de Capital.
- d) Administração de Recursos Humanos.
- e) Administração de Recursos Tecnológicos.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. O enunciado se refere a Administração de Recursos Patrimoniais e não a Administração de Recursos Materiais. Veja mais comentários na alternativa gabarito da questão.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. Aqui a banca se refere especificamente a Administração de Recursos Patrimoniais.

Segundo Martins e Alt, patrimônio é o "conjunto de bens, valores, direitos e obrigações de uma pessoa física ou jurídica que possa ser avaliado monetariamente e que seja utilizado na realização de seus objetivos sociais".

Dessa forma, a administração de patrimônio está relacionada com a gestão dos direitos e obrigações da organização e abrange desde a incorporação do bem patrimonial até a sua baixa (alienação ou outra forma) definitiva do sistema de controle de patrimônio, passando por todo o processo de conservação, manutenção, movimentação, etc, que acontecem enquanto o bem está sob domínio da organização.

A **alternativa C** está incorreta. O enunciado se refere a Administração de Recursos Patrimoniais e não a Administração de Recursos de Capital. Veja mais comentários na alternativa gabarito da questão.

A **alternativa D** está incorreta. O enunciado se refere a Administração de Recursos Patrimoniais e não a Administração de Recursos Humanos. Veja mais comentários na alternativa gabarito da questão.

A **alternativa E** está incorreta. O enunciado se refere a Administração de Recursos Patrimoniais e não a Administração de Recursos Tecnológicos. Veja mais comentários na alternativa gabarito da questão.



6. (FGV/CGE SC/Engenharia Civil/2023)

Em gestão de materiais, um recurso patrimonial de uma organização é caracterizado por ser um

- a) tangível, de natureza permanente, como imóveis e equipamentos.
- b) tangível, de natureza temporária, como materiais de estoque.
- c) intangível, como o tempo de vida, que confere experiência a uma organização.
- d) intangível, referente a patentes que conferem vantagem competitiva à organização.
- e) intangível, referente às competências oriundas dos indivíduos da organização.

Comentário:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Um recurso patrimonial é tangível, de natureza permanente, como imóveis e equipamentos.

A **alternativa B** está incorreta. Um recurso patrimonial é tangível, de natureza permanente (e não temporária, como materiais de estoque).

A **alternativa C** está incorreta. Um recurso patrimonial é tangível (e não intangível).

A **alternativa D** está incorreta. Um recurso patrimonial é tangível (e não intangível).

A **alternativa E** está incorreta. Um recurso patrimonial é tangível (e não intangível).

7. (QUADRIX/CAU PA/2023)

Com base nas noções de administração de recursos materiais, julgue o item a seguir.

O produto é algo visível e intangível, por ser composto de materiais físicos e visíveis.

Comentário:

A afirmativa está ERRADA.

Confusão de conceitos para embaralhar o candidato. Produtos tangíveis (corpóreos ou materiais) são visíveis e possuem forma física. Algo intangível (incorpóreo ou imaterial) é que, aí sim, pode ser invisível e não composto por materiais físicos.

8. (QUADRIX/CRECI 6 (PR)/Técnico Administrativo/2023)

Acerca da administração de materiais, julgue o item.

Os produtos ofertados pelas empresas primárias visam, exclusivamente, às empresas secundárias.



Comentário:

A afirmativa está **ERRADA**.

Cuidado sempre com essa expressão de ênfase como "exclusivamente". Por razões diversas razões produtos ofertados por empresas primárias podem ser direcionados a outras empresas que não secundárias, como outras empresas primárias por exemplo ou mesmo empresas do setor terciário.

No caso do setor terciário, estamos falando das companhias que atuam na cadeia final, mais especificamente com comércio e prestação de serviços. De um modo geral, essas empresas possuem um contato mais próximo com o consumidor.

9. (QUADRIX/CRECI 6 (PR)/Técnico Administrativo/2023)

Acerca da administração de materiais, julgue o item.

Os serviços nem sempre são tangíveis e visíveis. Além disso, também não possuem cores, formas ou tamanhos, como, por exemplo, os produtos.

Comentário:

A afirmativa está **CORRETA**.

Confusão de conceitos para embaralhar o candidato. Produtos costumam ser tangíveis (corpóreos ou materiais), são visíveis e possuem forma física. Algo intangível, incorpóreo ou imaterial, como os serviços realmente não possuem cores, formas ou tamanhos, como, por exemplo, os produtos possuem.

10. (CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023)

No que diz respeito à gestão patrimonial, julgue o item seguinte.

O inventário eventual é aquele realizado quando da extinção ou transformação da unidade gestora.

Comentário:

A afirmativa está **ERRADA**.

Questão que se baseia na Instrução Normativa SAP-PR 205/1988. Vejamos o que diz a norma:

8.1. Os tipos de Inventários Físicos são:

- a) anual - destinado a comprovar a quantidade e o valor dos bens patrimoniais do acervo de cada unidade gestora, existente em 31 de dezembro de cada exercício - constituído do inventário anterior e das variações patrimoniais ocorridas durante o exercício.



- b) inicial - realizado quando da criação de uma unidade gestora, para identificação e registro dos bens sob sua responsabilidade;
- c) de transferência de responsabilidade- realizado quando da mudança do dirigente de uma unidade gestora ;
- d) de extinção ou transformação - realizado quando da extinção ou transformação da unidade gestora;
- e) eventual - realizado em qualquer época, por iniciativa do dirigente da unidade gestora ou por iniciativa do órgão fiscalizador.

Dessa forma, o inventário eventual é aquele realizado em qualquer época, por iniciativa do dirigente da unidade gestora ou por iniciativa do órgão fiscalizador. O enunciado se refere ao inventário de extinção ou transformação e não ao eventual.

11.(CEBRASPE (CESPE)/PETROBRAS/Logística de Transporte/Controle/2023)

Acerca do controle de inventários e da decisão política de estoques, julgue o item seguinte.

Para que as informações de um inventário sejam fidedignas é adequado que a sua realização seja de maneira detalhada, com a conferência unitária de cada produto.

Comentário:

A afirmativa está CORRETA.

Para que um inventário possa ser executado da maneira mais acurada possível o ideal é mesmo que seja efetuado de maneira bastante detalhada, considerando a conferência unitária produto a produto e, se possível, evitando estimativas, premissas ou aproximações.

12.(CEBRASPE (CESPE)/PETROBRAS/Suprimento de Bens e Serviços/Administração/2023)

Considerando a gestão de estoques e almoxarifados, julgue o item que se segue.

O inventário físico dos estoques deve ser realizado uma única vez ao ano, ao final do período fiscal da empresa.

Comentário:

A afirmativa está ERRADA.

Não necessariamente. A instrução normativa 205/1988 prevê vários tipos de inventário. Tradicionalmente apenas o inventário anual é realizado uma vez ao ano enquanto os demais têm frequência diversa e de acordo com os fatos ou necessidades da organização.

8.1. Os tipos de Inventários Físicos são:



- a) anual - destinado a comprovar a quantidade e o valor dos bens patrimoniais do acervo de cada unidade gestora, existente em 31 de dezembro de cada exercício - constituído do inventário anterior e das variações patrimoniais ocorridas durante o exercício.
- b) inicial - realizado quando da criação de uma unidade gestora, para identificação e registro dos bens sob sua responsabilidade;
- c) de transferência de responsabilidade- realizado quando da mudança do dirigente de uma unidade gestora ;
- d) de extinção ou transformação - realizado quando da extinção ou transformação da unidade gestora;
- e) eventual - realizado em qualquer época, por iniciativa do dirigente da unidade gestora ou por iniciativa do órgão fiscalizador.

13.(CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023)

No que diz respeito à gestão patrimonial, julgue o item seguinte.

O sistema de depreciação aceito pela Receita Federal do Brasil é o linear.

Comentário:

A afirmativa está CORRETA.

Em Administração de Patrimônio o método de depreciação costumeiramente cobrado é o método linear, deixando os demais para serem explorados em Contabilidade. O método de depreciação linear é mesmo aceito pela Receita Federal do Brasil, justamente porque não antecipa despesas diminuindo o respectivo lucro do período e, consequentemente, a tributação dos lucros.

14.(CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023)

No que diz respeito à gestão patrimonial, julgue o item seguinte.

A cessão de bens materiais consiste na transferência do direito de propriedade do material, mediante venda, permuta ou doação, enquanto a alienação corresponde à movimentação de material do acervo, com transferência de posse, gratuita, e troca de responsabilidade de um órgão para outro.

Comentário:

A afirmativa está ERRADA.



De acordo com o Decreto 9.373/2018, a cessão é modalidade de movimentação precária, ou seja, que se reverte ao final, como se fosse um empréstimo. Dessa forma não há transferência de propriedade (somente de posse) como relata o enunciado. Vejamos:

Art. 4º A cessão, modalidade de movimentação de bens de caráter precário e por prazo determinado, com transferência de posse, poderá ser realizada nas seguintes hipóteses:

I - entre órgãos da União;

II - entre a União e as autarquias e fundações públicas federais; ou

III - entre a União e as autarquias e fundações públicas federais e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e suas autarquias e fundações públicas.

Parágrafo único. A cessão dos bens não considerados inservíveis será admitida, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente.

15. (INTEGRI BRASIL/Pref. Mun. Três Coroas-RS/Secretário de Escola/2021) Em relação aos Bens Patrimoniais, avalie o conceito a seguir, assinalando a alternativa correspondente.
“são o mobiliário, os equipamentos, os eletroeletrônicos, os utensílios de cozinha, os aparelhos e equipamentos para a prática de esportes, veículos e semelhantes.”

- a) Bens imóveis.
- b) Materiais ou bens de consumo.
- c) Materiais de distribuição gratuita,
- d) Materiais ou bens permanentes.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. O enunciado lista materiais permanentes e não bens imóveis. Os bens imóveis são aqueles que não podem ser deslocados ou, ao serem, perdem sua forma física original. Exs: prédios, pontes, terrenos e jazidas.

A **alternativa B** está incorreta. O enunciado lista materiais permanentes e não materiais ou bens de consumo. Para Fenili, “Material de consumo é aquele que, em razão de seu uso corrente, perde normalmente sua identidade física e tem sua utilização limitada a dois anos”. A Portaria STN 448/2002 lista características dos materiais de consumo, ou seja, materiais que se enquadram em um ou mais dos itens abaixo não podem ser considerados materiais permanentes:

Art. 3º - Na classificação da despesa serão adotados os seguintes parâmetros excludentes, tomados em conjunto, para a identificação do material permanente:

I - Durabilidade, quando o material em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos;

II - Fragilidade, cuja estrutura esteja sujeita a modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irrecuperabilidade e/ou perda de sua identidade;



III - Perecibilidade, quando sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou que se deteriora ou perde sua característica normal de uso;

IV - Incorporabilidade, quando destinado à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal; e

V - Transformabilidade, quando adquirido para fim de transformação.

A **alternativa C** está incorreta. O enunciado lista materiais permanentes e não materiais de distribuição gratuita que podem ser considerados bens ou materiais que são distribuídos sem qualquer custo.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Entre as alternativas disponíveis, os materiais ou bens permanentes são os que mais se aproximam do que é trazido pelo enunciado. Vejamos a definição de materiais permanentes para Fenili: "Material permanente é aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde sua identidade física, mesmo quando incorporado a outro bem, e/ou apresenta uma durabilidade superior a dois anos".

16.(INSTITUTO AOCP/ITEP RN/Assistente Técnico/2021) Considerando que a gestão patrimonial se atém especificamente aos bens patrimoniais tangíveis, é correto afirmar que a gestão patrimonial recai sobre elementos que são registrados da seguinte forma:

- a) bens móveis, máquinas e equipamentos e instalações.
- b) bens imóveis, materiais de consumo e instalações.
- c) bens imóveis, materiais permanentes e instalações.
- d) bens móveis, bens estratégicos e bens operacionais.
- e) bens materiais, bens tangíveis e materiais circulantes.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. O recurso patrimonial é geralmente mantido na organização, empregado na sua operação, dessa forma os bens móveis afastam-se um pouco da definição clássica de bens patrimoniais tangíveis embora, em determinadas condições, também possam ser...É uma alternativa que gera margem de discussão na questão, mas observe a alternativa gabarito que é "mais certa" do que essa. Lembre-se que recursos patrimoniais são os recursos imobilizados (geralmente composto por bens imóveis) que a organização possui para o seu pleno funcionamento.

A **alternativa B** está incorreta. Material de consumo certamente não é um bem patrimonial pois não possui natureza permanente. Vejamos a definição de material de consumo para Fenili: "é aquele que, em razão de seu uso corrente, perde normalmente sua identidade física e tem sua utilização limitada a dois anos".

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Bens imóveis, materiais permanentes e instalação são, tipicamente, bens patrimoniais tangíveis. Vale lembrar que os bens tangíveis (ou corpóreos ou materiais) são aqueles constituídos de matéria, possuem forma identificável, são palpáveis e possuem substância ou massa. Exs: mesas, veículos, canetas. Vamos relembrar a definição de recurso patrimonial para Fenili: "refere-se aos elementos físicos empregados por



uma organização que são destinados à manutenção das suas atividades. A natureza do recurso patrimonial é permanente”.

A **alternativa D** está incorreta. Bens estratégicos ou operacionais não são classificações que nos permitem identificar se os bens são permanentes ou não...

A **alternativa E** está incorreta. Materiais circulantes não podem ser considerados bens permanentes. Vejamos a definição de material de consumo para Fenili: “é aquele que, em razão de seu uso corrente, perde normalmente sua identidade física e tem sua utilização limitada a dois anos”.

17.(QUADRIX/CREFITO 4/Almoxarife/2021) No que se refere a patrimônio e a almoxarifado, julgue o item. A doação é a incorporação de um bem cedido por terceiro à instituição, pública ou privada, em caráter definitivo, sem o envolvimento de nenhuma transação financeira.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está **CORRETA**.

A doação é uma das formas de alienação (baixa de um bem). O momento da exclusão de um bem patrimonial da instituição é o que costumamos chamar de baixa. A baixa pode ocorrer por alienação (venda, permuta ou doação) ou por outros motivos como perda, roubo, extravio, etc. De acordo com a IN205/1988, “a alienação consiste na operação que transfere o direito de propriedade do material mediante, venda, permuta ou doação”.

Dessa forma a doação é a incorporação de um bem cedido por um terceiro à uma instituição seja pública seja privada, em caráter definitivo, sem envolvimento de transação financeira. O recebimento de doações será autorizado pelo Gestor de cada Unidade Administrativa ou a quem o mesmo delegar, cabendo à gestão proceder às etapas de incorporação do bem recebido.

Vejamos a definição de doação na nova Lei 14.133/2021 que trata das licitações, em seu artigo 76:

Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

b) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação”.

Por fim, vejamos o que diz o artigo 8º do Decreto 9373/2018:

“Art. 8º A doação prevista no art. 17, caput, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação, poderá ser feita em favor:



I - das autarquias e fundações públicas federais e dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de suas autarquias e fundações públicas, quando se tratar de bem ocioso ou recuperável;

II - dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de suas autarquias e fundações públicas e de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, quando se tratar de bem antieconômico; e

III - de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e de associações ou cooperativas que atendam aos requisitos do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, quando se tratar de bem irrecuperável.

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante ato motivado da autoridade máxima do órgão ou da entidade, vedada a delegação, os bens ociosos e recuperáveis poderão ser doados a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público."

18.(QUADRIX/CREFITO 4/Almoxarife/2021) No que se refere a patrimônio e a almoxarifado, julgue o item. A permuta é a incorporação de um bem cedido por instituição pública à instituição privada, em caráter definitivo, sem envolvimento de transação financeira.

a) Certo

b) Errado

Comentários:

A afirmativa está ERRADA.

A permuta é uma das formas de alienação (baixa de um bem). O momento da exclusão de um bem patrimonial da instituição é o que costumamos chamar de baixa. A baixa pode ocorrer por alienação (venda, permuta ou doação) ou por outros motivos como perda, roubo, extravio, etc. De acordo com a IN205/1988, "a alienação consiste na operação que transfere o direito de propriedade do material mediante, venda, permuta ou doação".

O enunciado se refere à doação e não a permuta. A permuta é a incorporação de um bem que pertence a terceiros ao seu acervo pela troca de um bem pertencente à organização. Ocorre quando um bem está fora de uso ou outro bem poderia realizar as tarefas de uma forma melhor e há um interessado no produto atual. Nessas condições a permuta é realizada.

19.(QUADRIX/CREFITO 4/Almoxarife/2021) Para Fonseca, pode-se considerar como baixa patrimonial a retirada de bem da carga patrimonial do órgão, mediante registro da transferência deste para o controle de bens baixados, feita exclusivamente pelo setor de patrimônio, devidamente autorizado pelo gestor. A partir dessa informação, julgue o item quanto a patrimônio. A baixa patrimonial somente pode ocorrer por meio de alienação, permuta, comodato e transferência.

a) Certo

b) Errado

Comentários:



A afirmativa está **ERRADA**.

A baixa patrimonial pode sim ocorrer por meio de alienação, permuta, comodato e transferência. De acordo com Cavalcante "A baixa patrimonial é o procedimento de retirar da carga patrimonial um bem que não está mais à disposição da instituição". É o momento da exclusão de um bem patrimonial da instituição.

Porém, a baixa pode ocorrer não somente por alienação (venda, permuta ou doação), comodato, transferência, mas também por outros motivos como perda, roubo, extravio, destruição, sinistro, exclusão cadastral, etc.

20.(QUADRIX/CREFITO 4/Almoxarife/2021) Para Fonseca, pode-se considerar como baixa patrimonial a retirada de bem da carga patrimonial do órgão, mediante registro da transferência deste para o controle de bens baixados, feita exclusivamente pelo setor de patrimônio, devidamente autorizado pelo gestor. A partir dessa informação, julgue o item quanto a patrimônio. Comodato é a desincorporação de um bem que tenha sido transferido, em caráter definitivo, de um órgão para outro dentro da mesma esfera de competência ou jurisdição.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está **ERRADA**.

Ao contrário do que diz o enunciado, o comodato é uma forma de incorporação de um bem, assim como a compra, permuta, doação, apropriação, locação, leasing e transferência. A incorporação é o acréscimo de um bem a um conjunto de bens já existente. Como parte do processo de incorporação temos o tombamento que é o ato de inscrever o bem no registro patrimonial, com a afiação do respectivo código numérico mediante plaqueta, gravação, etiqueta ou qualquer outro método adequado às suas características.

De acordo com Cavalcante "a incorporação de bens patrimoniais é a inclusão de um bem ao acervo patrimonial de uma instituição e seu valor adicionado à conta ativo imobilizado".

Vejamos agora o que diz Barcelos: "A incorporação pode ser realizada para bens comprados, doados, construídos, permutados, em comodato ou, de fabricação própria".

Nesse contexto o comodato ocorre quando um bem de terceiros é incorporado através de empréstimo, ou seja, a incorporação ocorrerá de forma temporária ao registro de ativos patrimoniais, de forma gratuita à organização.

21.(QUADRIX/CREFITO 4/Almoxarife/2021) Para Fonseca, pode-se considerar como baixa patrimonial a retirada de bem da carga patrimonial do órgão, mediante registro da transferência deste para o controle de bens baixados, feita exclusivamente pelo setor de patrimônio, devidamente autorizado pelo gestor. A partir dessa informação, julgue o item quanto a patrimônio. Arrolamento é o registro das características e quantidades obtidas no levantamento, compreendendo a coleta de dados sobre todos os elementos ativos e passivos do patrimônio.



- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está CORRETA.

O arrolamento de bens acontece ao longo da atividade de inventário, a contagem física dos materiais existentes em estoque, que confronta o levantamento realizado com os registros da empresa.

De acordo com Chiavenato, "dá-se o nome de inventário de materiais à verificação ou confirmação da existência dos materiais ou bens patrimoniais da empresa. Na realidade, o inventário é um levantamento físico ou contagem dos materiais existentes para efeito de confrontação periódica com os estoques anotados nos fichários de estoques ou no banco de dados sobre materiais".

Nesse contexto, o arrolamento é o registro das características e quantidades obtidas no levantamento de inventário. Pode apresentar os componentes patrimoniais de forma resumida e recebe a denominação de sintético. Quando tais componentes são relacionados individualmente é chamado de analítico.

22.(QUADRIX/CREFITO 4/Almoxarife/2021) Para Fonseca, pode-se considerar como baixa patrimonial a retirada de bem da carga patrimonial do órgão, mediante registro da transferência deste para o controle de bens baixados, feita exclusivamente pelo setor de patrimônio, devidamente autorizado pelo gestor. A partir dessa informação, julgue o item quanto a patrimônio. O desfazimento, também conhecido como desincorporação ou baixa, consiste na operação de baixa de um bem pertencente ao acervo patrimonial do órgão e na consequente retirada do seu valor do ativo imobilizado.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está CORRETA.

A baixa (ou desincorporação) pode ocorrer por alienação (venda, permuta ou doação) ou por outros motivos como perda, roubo, extravio, desfazimento (renúncia a propriedade mediante inutilização ou abandono), entre outros.

23.(QUADRIX/CREFITO 4/Almoxarife/2021) Para Fonseca, pode-se considerar como baixa patrimonial a retirada de bem da carga patrimonial do órgão, mediante registro da transferência deste para o controle de bens baixados, feita exclusivamente pelo setor de patrimônio, devidamente autorizado pelo gestor. A partir dessa informação, julgue o item quanto a patrimônio. O único motivo para a inutilização de um material é a sua natureza tóxica ou venenosa.

- a) Certo



b) Errado

Comentários:

A afirmativa está ERRADA.

Um material pode ser declarado inutilizável por outros motivos que não a sua natureza tóxica ou venenosa, bastando para isso ser classificado, por exemplo, como irrecuperável ou mesmo antieconômico.

De acordo com o artigo 3º do Decreto 9378/2018, para que seja considerado inservível, o bem será classificado como:

- Ocioso: bem móvel que se encontra em perfeitas condições de uso, mas não é aproveitado;
- Recuperável: bem móvel que não se encontra em condições de uso e cujo custo da recuperação seja de até cinquenta por cento do seu valor de mercado ou cuja análise de custo e benefício demonstre ser justificável a sua recuperação;
- Antieconômico: bem móvel cuja manutenção seja onerosa ou cujo rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência; ou
- Irrecuperável: bem móvel que não pode ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão de ser o seu custo de recuperação mais de cinquenta por cento do seu valor de mercado ou de a análise do seu custo e benefício demonstrar ser injustificável a sua recuperação”.

Verificada a impossibilidade ou inconveniência da alienação de material classificado como irrecuperável, a autoridade competente determinará sua descarga patrimonial e sua inutilização ou abandono, após a retirada das partes economicamente aproveitáveis, porventura existentes, que serão incorporadas ao Patrimônio.

De modo genérico a inutilização consiste na destruição total ou parcial de material que ofereça ameaça vital para pessoas, risco de prejuízo ecológico, ou inconveniente de qualquer natureza, para a Administração.

Os desfazimentos por inutilização e abandono deverão ser documentados mediante termos de inutilização ou de justificativa de abandono, os quais integram o respectivo Processo de Desfazimento.

Dessa forma um bem pode ser inutilizado não só por ter características tóxicas ou venenosas, mas também por ser antieconômico ou irrecuperável.

24.(OBJETIVA CONCURSOS/Pref. Mun. Horizontina-RS/Agente Administrativo/2021)
Segundo RAZZOLINI, sobre os recursos patrimoniais, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

() São o conjunto de bens, direitos e obrigações que são colocados à sua disposição pelos sócios e/ou fornecedores.

() São entendidos como ativo circulante das organizações.



() São o ativo permanente à disposição dos funcionários, do qual é gerada a folha de pagamento.

- a) C - C - E.
- b) E - C - C.
- c) E - C - E.
- d) C - E - C.
- e) C - E - E.

Comentário:

Vamos avaliar as afirmativas antes de buscar a alternativa correta:

() São o conjunto de bens, direitos e obrigações que são colocados à sua disposição pelos sócios e/ou fornecedores. CORRETA. Bens, direitos e obrigações colocados à sua disposição por sócios e fornecedores são recursos patrimoniais da organização. De acordo com Razzolini Filho "o patrimônio de uma organização é entendido como o conjunto de bens, direitos e obrigações que são colocados à sua disposição pelos sócios e/ou fornecedores".

() São entendidos como ativo circulante das organizações. ERRADA. Recursos patrimoniais não são rotulados como ativo circulante, mas sim como ativo imobilizado das organizações. Em Administração de Patrimônio o foco recai sobre os ativos imobilizados, também chamados de permanentes.

() São o ativo permanente à disposição dos funcionários, do qual é gerada a folha de pagamento. ERRADA. Embora os recursos patrimoniais sejam mesmo representados pelo chamado ativo permanente, eles não estão à disposição dos funcionários, mas sim à disposição da organização, para que sejam empregados em suas atividades produtivas e operacionais de modo geral.

Assim temos C-E-E.

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão.

25.(QUADRIX/CRESS 18 SE/Coordenador-Geral/2021) Acerca da administração de patrimônios, julgue o item. Em uma organização, a aquisição de recursos ou bens materiais é uma atividade cuja responsabilidade originária é do setor contábil e financeiro.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está ERRADA.

Em uma organização, a aquisição de recursos ou bens materiais é uma atividade cuja responsabilidade originária é do setor de compras e não do setor contábil e financeiro.



Em linhas gerais a função compras é um segmento essencial da administração de materiais e patrimônio, e tem como objetivo suprir as necessidades de materiais, planejá-las quantitativamente e qualitativamente e satisfazê-las no momento certo, com as quantidades corretas, com preços econômicos, além de verificar se recebeu efetivamente o que foi comprado e providenciar andamento.

Vejamos quais são os principais objetivos da função compras segundo Tony Arnold:

- Obter mercadorias e serviços na quantidade e com a qualidade necessárias.
- Obter mercadorias e serviços ao menor custo.
- Garantir o melhor serviço possível e pronta entrega por parte do fornecedor.
- Desenvolver e manter boas relações com os fornecedores e desenvolver fornecedores potenciais”.

26.(QUADRIX/CRESS 18 SE/Coordenador-Geral/2021) Acerca da administração de patrimônios, julgue o item. A administração de materiais e a administração patrimonial têm como objetivo único a maximização da utilização dos recursos da empresa.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está ERRADA.

É verdade que ambas buscam sim a maximização da utilização dos recursos da empresa, mas não há como considerar esse o único objetivo das administrações de material e de patrimônio.

De acordo com Fenili (2011), os objetivos da Administração de Materiais são "suprir a organização dos materiais nas quantidades corretas, na qualidade requerida, no momento certo, armazenando-os e no local apropriados, preços econômicos e minimizando estoque”.

Já para Castilho e Gonçalves "objetivo básico da administração de materiais consiste em colocar os recursos necessários ao processo produtivo com qualidade, em quantidades adequadas, no tempo correto e com o menor custo. Os materiais são produtos que podem ser armazenados ou que serão consumidos imediatamente após a sua chegada”.

Note que em ambas as definições temos como referência o famoso "mantra" da administração de materiais: qualidade correta, com a qualidade especificada, no local indicado, no momento exato e a um preço competitivo.

Quando falamos de objetivos tanto da Administração de Materiais como da Administração de Patrimônio, encontramos muitas variações de autor para autor, mas não dá para considerar que a maximização da utilização dos recursos (que é importante para ambas!) seja seus objetivos exclusivos...



27.(QUADRIX/CRESS 18 SE/Coordenador-Geral/2021) Acerca da administração de patrimônios, julgue o item. Os bens de uma organização compõem o seu patrimônio.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está CORRETA.

Bens de uma organização de fato compõem o seu patrimônio.

Vejamos a definição de Fenili para recurso patrimonial: "refere-se aos elementos físicos empregados por uma organização que são destinados à manutenção das suas atividades. A natureza do recurso patrimonial é permanente". Aqui estamos claramente falando de boa parte dos bens de uma organização.

Ainda acordo com o autor: "Para a contabilidade, o patrimônio de uma determinada pessoa física ou jurídica é composto pelo conjunto de bens, direitos e obrigações que estão sob sua propriedade e podem ser avaliados em termos monetários".

28.(QUADRIX/CRESS 18 SE/Coordenador-Geral/2021) Acerca da administração de patrimônios, julgue o item. O ativo circulante é composto por materiais auxiliares, matérias-primas, produtos em processo e produtos acabados.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está CORRETA.

Em linhas gerais os recursos patrimoniais são os recursos imobilizados que a organização possui para o seu pleno funcionamento, que passam pelos processos de conservação, manutenção, reparo e demais necessidades. Já o Patrimônio é o conjunto de objetos administrados que servem para propiciar às entidades a obtenção de seus fins. Sob a ótica da contabilidade podemos afirmar que patrimônio é considerado o conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes a uma pessoa física ou jurídica.

Vejamos para Fenili: "Para a contabilidade, o patrimônio de uma determinada pessoa física ou jurídica é composto pelo conjunto de bens, direitos e obrigações que estão sob sua propriedade e podem ser avaliados em termos monetários".

Continuando nessa direção, a representação do patrimônio de uma empresa, para a contabilidade é o balanço patrimonial. No balanço há duas subdivisões possíveis do ativo: ativo circulante e não circulante.

Vejamos como é composto o ativo circulante segundo Montoto: "No Ativo Circulante, são agrupadas as contas que representam as disponibilidades em dinheiro (Caixa e Banco), as aplicações financeiras em instrumentos financeiros que podem ser convertidas em dinheiro no curto prazo, as mercadorias que a empresa tem a expectativa e a possibilidade de vender no próximo exercício e demais direitos de curto prazo".



Por fim, vejamos as principais características e diferenças dos materiais na classificação por aplicação:

Materiais auxiliares - são materiais que ajudam e participam da execução e transformação do produto, porém não se incorporam a ele, contudo é imprescindível no processo de fabricação.

Matérias primas - constituem os insumos e materiais básicos que ingressam no processo produtivo da empresa.

Produtos em processo (ou materiais em processamento) - (também chamado de materiais "em vias", em fabricação ou em processo): são aproveitados na elaboração do produto final da empresa e caracterizam-se por estarem sendo processados (ou transformados) ao longo das diversas seções que compõem o processo produtivo da empresa.

Produtos acabados - são todos os itens que já estão prontos para ser entregues aos consumidores finais. São produtos que saíram do processo de produção, portanto já prontos e que aguardam para serem vendidos como itens completos.

Dessa forma podemos perceber que os materiais auxiliares, matérias-primas, produtos em processo e produtos acabados podem ser todos convertidos em dinheiro no curto prazo, compondo, assim, o ativo circulante.

29. (IADES/CFQ/Analista Superior/2021) A gestão de bens é de grande importância, uma vez que exerce influência nas operações de uma organização e contribui para o alcance de seus objetivos. Com base na definição de bens utilizada pelas organizações, tanto públicas quanto privadas, assinale a alternativa que exemplifica um material permanente.

- a) Capacho.
- b) Caixa plástica.
- c) Aparelho sanitário.
- d) Cartucho de tinta para impressora.
- e) Antena parabólica.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. É um material de consumo pois se deteriora e perde suas características ao longo do seu uso normal.

A **alternativa B** está incorreta. É um material de consumo pois ao longo do seu uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos.

A **alternativa C** está incorreta. É um material de consumo. Pelo critério da incorporabilidade está destinado à incorporação a outro bem, e não pode ser retirado sem prejuízo das características físicas e funcionais do principal.

A **alternativa D** está incorreta. Pelo critério da Durabilidade: se em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos. É um material de consumo.



A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. Uma antena parabólica se encaixa exatamente no conceito de material permanente. Vejamos para Fenili:

Material Permanente - É aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde sua identidade física, mesmo quando incorporado a outro bem, e/ou apresenta uma durabilidade superior a 2 anos.

Vejamos o que diz o MCASP - 9ª edição/2021 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) em relação aos parâmetros que distinguem o material permanente do material de consumo:

Um material é considerado de consumo caso atenda um, e pelo menos um, dos critérios a seguir:

- a. Critério da Durabilidade: se em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos;
- b. Critério da Fragilidade: se sua estrutura for quebradiça, deformável ou danificável, caracterizando sua irrecuperabilidade e perda de sua identidade ou funcionalidade;
- c. Critério da Perecibilidade: se está sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou se deteriora ou perde sua característica pelo uso normal;
- d. Critério da Incorporabilidade: se está destinado à incorporação a outro bem, e não pode ser retirado sem prejuízo das características físicas e funcionais do principal.
- e. Critério da Transformabilidade: se foi adquirido para fim de transformação.

30.(OBJETIVA CONCURSOS/CM Nova Hartz-RS/Secretário Legislativo/2021)
Considerando-se os aspectos patrimoniais, o patrimônio divide-se em:

- a) Funcional e quantitativo.
- b) Qualitativo e consolidado.
- c) Consolidado e quantitativo.
- d) Funcional e adicionais.

Comentário:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Pergunta raríssima em provas mas vale a pena conhecermos. De modo conceitual o patrimônio pode ser subdividido, entre outras formas, em funcional e quantitativo. O patrimônio funcional é aquele que está empregado na operação, sendo utilizado para a produção dos bens e serviços da operação. Já o patrimônio quantitativo é o mesmo, porém visto sob o ponto de vista de seus registros contábeis, seus valores. Ou seja, ambos se referem ao mesmo objeto, porém um o observa sob a perspectiva do emprego na atividade (funcional) e o outro sob a perspectiva dos valores e registros quantitativos (contábil-financeiro).

A **alternativa B** está incorreta. Considerando-se os aspectos patrimoniais, o patrimônio divide-se em funcional e quantitativo e não qualitativo e consolidado. Veja mais comentários no gabarito da questão.



A **alternativa C** está incorreta. Considerando-se os aspectos patrimoniais, o patrimônio divide-se em funcional e quantitativo e não consolidado e quantitativo. Veja mais comentários no gabarito da questão.

A **alternativa D** está incorreta. Considerando-se os aspectos patrimoniais, o patrimônio divide-se em funcional e quantitativo e não funcional e adicionais. Veja mais comentários no gabarito da questão.

31.(FAUEL/CM Apucarana-PR/Escriturário Legislativo/2020) O controle patrimonial de uma entidade se dá por meio de um efetivo registro de entradas, movimentações e saídas de bens. Neste contexto, o processo de inclusão e registro, ou seja, de entrada de um bem permanente no sistema de controle patrimonial da organização, recebe o nome de:

- a) Valia.
- b) Depreciação.
- c) Tombamento.
- d) Alienação.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. O enunciado da questão se refere ao tombamento (um dos temas mais cobrados em provas de gestão de patrimônio) e não a valia, considerada como o valor intrínseco do material. Aprofunde o conhecimento sobre o tombamento no gabarito da questão.

A **alternativa B** está incorreta. O enunciado da questão se refere ao tombamento (um dos temas mais cobrados em provas de gestão de patrimônio) e não a depreciação. Aprofunde o conhecimento sobre o tombamento no gabarito da questão e confira a definição de depreciação para Pozo: "depreciação de um bem do recurso patrimonial é a perda de valor que ele tem decorrente de seu uso no tempo, obsolescência ou deterioração".

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Esta questão é uma das mais cobradas em provas sobre gestão patrimonial.

No tombamento o bem é registrado assim que entra fisicamente na organização. Seus dados são lançados no sistema de controle assim como os respectivos termos de responsabilidade sobre o bem são assinados e arquivados.

A atividade característica do tombamento é a chamada codificação. Neste processo é atribuído um código ao bem que, sempre que possível, é fisicamente afixado no bem para sua futura identificação por meio do uso de uma placa.

Existem ainda itens que, mesmo sendo considerados de caráter permanente, não precisam ser tombados. Exemplos: cortinas, persianas, tapetes, etc.

Ainda em relação ao tombamento, há uma classificação que você precisa conhecer para a prova. Os bens móveis podem ser classificados em controlados e relacionados:

- Controlados: sujeitos ao tombamento e a controle mais rigoroso de uso e responsabilidade por guarda e conservação.



- Relacionados: dispensam o tombamento em função do baixo valor, sendo controlado de modo simplificado.

A **alternativa D** está incorreta. O enunciado da questão se refere ao tombamento (um dos temas mais cobrados em provas de gestão de patrimônio) e não a alienação. Aprofunde o conhecimento sobre o tombamento no gabarito da questão. Veja a seguir como João José Viana define a alienação: "Alienação é ato de liberação, após a devida análise, de qualquer, material para outras aplicações, consumo como sucata ou venda, podendo acontecer por ser o material excedente, obsoleto, sucitado ou inservível".

32.(FAUEL/CM Apucarana-PR/Escriturário Legislativo/2020) _____ de bens patrimoniais é o registro de retirada e eliminação de um bem patrimonial do ativo fixo da Empresa.

O termo que completa CORRETAMENTE a lacuna acima é:

- a) Baixa.
- b) Depreciação.
- c) Entrada.
- d) Alienação.

Comentário:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Questão de "complete a lacuna" que traz o conceito de baixa patrimonial.

De acordo com Cavalcante "A baixa patrimonial é o procedimento de retirar da carga patrimonial um bem que não está mais à disposição da instituição". É o momento da exclusão de um bem patrimonial da instituição.

Vale lembrar que a baixa (ou desincorporação) pode ocorrer não somente por alienação (venda, permuta ou doação), comodato, transferência, mas também por outros motivos como perda, roubo, extravio, destruição, sinistro, exclusão cadastral, desfazimento, etc.

A **alternativa B** está incorreta. O enunciado se refere a baixa patrimonial, mas não a depreciação. Confira a definição de depreciação para Pozo: "depreciação de um bem do recurso patrimonial é a perda de valor que ele tem decorrente de seu uso no tempo, obsolescência ou deterioração".

A **alternativa C** está incorreta. O enunciado se refere a baixa patrimonial, mas não a entrada. Vejamos como Fenili define a entrada de um bem patrimonial: "A entrada de um bem patrimonial (ou material permanente), após sua aquisição, dá-se através dos almoxarifados. Neste instante várias tarefas devem ser executadas".

A **alternativa D** está incorreta. O enunciado se refere a baixa patrimonial, mas não a alienação. Veja a seguir como João José Viana define a alienação: "Alienação é ato de liberação, após a devida análise, de qualquer, material para outras aplicações, consumo como sucata ou venda, podendo acontecer por ser o material excedente, obsoleto, sucitado ou inservível".



33. (VUNESP/Pref. Mun. Ilhabela-SP/Técnico/2020) Um material pode ser classificado como de consumo, caso atenda ao critério da incorporabilidade, que determina que esse mesmo material:

- a) em seu uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos.
- b) pode ser utilizado para a constituição de novos bens, melhoria ou adições complementares de bens em utilização ou para a reposição de peças para manutenção.
- c) apresenta estrutura quebradiça, deformável ou danificável, caracteriza sua irrecuperabilidade e determina a perda de sua identidade ou funcionalidade.
- d) está sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou se deteriora ou perde sua característica pelo uso normal.
- e) foi adquirido para fim de transformação.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. A alternativa se refere a durabilidade enquanto o enunciado traz a definição da incorporabilidade. Veja o que diz a legislação a respeito do tema no gabarito da questão.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. O critério da incorporabilidade é verificado quando o bem é destinado à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal.

Vejamos o que diz a Portaria STN448/2002 sobre o tema em seu artigo 3º:

Art. 3º - Na classificação da despesa serão adotados os seguintes parâmetros excludentes, tomados em conjunto, para a identificação do material permanente:

I - Durabilidade, quando o material em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos;

II - Fragilidade, cuja estrutura esteja sujeita a modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irrecuperabilidade e/ou perda de sua identidade;

III - Perecibilidade, quando sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou que se deteriora ou perde sua característica normal de uso;

IV - Incorporabilidade, quando destinado à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal; e

V - Transformabilidade, quando adquirido para fim de transformação.

A **alternativa C** está incorreta. A alternativa se refere a fragilidade enquanto o enunciado traz a definição da incorporabilidade. Veja o que diz a legislação a respeito do tema no gabarito da questão.

A **alternativa D** está incorreta. A alternativa se refere a perecibilidade enquanto o enunciado traz a definição da incorporabilidade. Veja o que diz a legislação a respeito do tema no gabarito da questão.



A **alternativa E** está incorreta. A alternativa se refere a transformabilidade enquanto o enunciado traz a definição da incorporabilidade. Veja o que diz a legislação a respeito do tema no gabarito da questão.

34.(PUBLICONSULT/Pref. Mun. Araçoiaba da Serra-SP/Assistente Administrativo/2020)
Quanto à situação patrimonial, um bem - quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência - é classificado como:

(Fonte: MEC/IFECT. Manual de Administração Patrimonial de Bens Móveis do Ativo Permanente, 2012, pág. 8).

- a) Ocioso.
- b) Recuperável.
- c) Irrecuperável.
- d) Antieconômico.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. O enunciado descreve o bem antieconômico mas não o ocioso. Veja como o Decreto 9.373/2018 define o bem ocioso no gabarito da questão.

A **alternativa B** está incorreta. O enunciado descreve o bem antieconômico mas não o ocioso. Veja como o Decreto 9.373/2018 define o bem recuperável no gabarito da questão.

A **alternativa C** está incorreta. O enunciado descreve o bem antieconômico mas não o ocioso. Veja como o Decreto 9.373/2018 define o bem irrecuperável no gabarito da questão.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Nesse caso o enunciado está se referindo ao bem antieconômico, ou seja, o bem móvel cuja manutenção seja onerosa ou cujo rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência. Vejamos o que diz o Decreto 9.373/2018 sobre o tema:

Art. 3º Para que seja considerado inservível, o bem será classificado como:

I - ocioso - bem móvel que se encontra em perfeitas condições de uso, mas não é aproveitado;

II - recuperável - bem móvel que não se encontra em condições de uso e cujo custo da recuperação seja de até cinquenta por cento do seu valor de mercado ou cuja análise de custo e benefício demonstre ser justificável a sua recuperação;

III - antieconômico - bem móvel cuja manutenção seja onerosa ou cujo rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência; ou

IV - irrecuperável - bem móvel que não pode ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão de ser o seu custo de recuperação mais de cinquenta por cento do seu valor de mercado ou de a análise do seu custo e benefício demonstrar ser injustificável a sua recuperação.



35.(CEBRASPE/EBSERH/Analista Administrativo/2018) Móveis que eventualmente sejam furtados de um hospital deverão ser baixados do inventário de bens dessa entidade e os seus números de patrimônio poderão ser reutilizados em novos móveis que forem adquiridos no mesmo padrão.

- a) CERTO
- b) ERRADO

Comentários:

A afirmativa está ERRADA.

Uma vez que os móveis não estejam mais à disposição da instituição (pois foram roubados), os mesmos devem ser baixados. Entretanto, em hipótese alguma o número patrimonial relativo ao bem desfeito pode ser utilizado em outro bem. Quando o bem é baixado, o número patrimonial continua vinculado a ele e não deve ser reutilizado.

A única possibilidade de reuso do número é se o mesmo bem for reincorporado ao patrimônio da organização.

36.(CEBRASPE/TJ-RR/Administrador/2012) Denomina-se material permanente o material que tenha durabilidade estimada de cinco anos e que não perca sua identidade física com o uso.

- a) CERTO
- b) ERRADO

Comentários:

A afirmativa está ERRADA

A Lei nº 4.320/1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, assim dispõe:

Art. 15, § 2º Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a dois anos.

Diversas outras normas da área de patrimônio público consideram o material permanente aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos.

37.(CEBRASPE/STF/Analista Judiciário/2008) Diz-se que um bem móvel classificado como material permanente está sujeito ao tombamento quando ele não pode ser alienado nem modificado, tampouco sua destinação alterada.

- a) CERTO
- b) ERRADO

Comentários:

A afirmativa está ERRADA.



Alguns conceitos para a análise do item:

Bem móvel: objeto ou material que se pode transportar de um lugar para outro e que, para efeito de controle, pode ser classificado como material permanente ou de consumo (portátil, não portátil, de uso individual ou coletivo) e no elemento de despesa previsto na legislação em vigor.

Material Permanente: aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos.

Tombamento (Administração de Materiais): consiste em identificar cada material permanente com um número único de registro patrimonial, denominado Número de Tombamento, Número de Patrimônio ou Registro Geral de Patrimônio.

Assim, a regra geral é que todo material permanente está sujeito ao tombamento, independentemente de ser movimentado a outro setor ou órgão.

38.(CEBRASPE/TRF 1a Região/Analista Judiciário Administrativo/2017) Para que seja classificado como imobilizado, um ativo deve ser: relativamente permanente; utilizado na produção de mercadoria ou prestação de serviço; destinado à venda.

a) CERTO

b) ERRADO

Comentários:

A afirmativa está ERRADA.

O ativo costuma ser segmentado em função da liquidez de cada um de seus componentes. Temos os ativos imobilizados (edifícios, instalações, equipamentos e veículos), realizáveis a longo e curto prazos (aqui temos os estoques de matéria prima, materiais em transformação e produto acabados) e disponíveis.

Em Administração de Patrimônio o foco recai sobre os ativos imobilizados, também chamados de permanentes.

Segundo o Pronunciamento Contábil CPC 27, para um bem ser enquadrado como imobilizado, ele precisa atender aos seguintes requisitos:

1. Deve ser tangível;
2. Deve ser destinado para uso de produção ou fornecimento de mercadorias e serviços, para aluguel a outros ou fins administrativos; e
3. Deve ser utilizado por mais de um período.

Em resumo o ativo imobilizado deve ser um item palpável. Marcas e patentes, por exemplo, embora tenham valor agregado e sejam largamente utilizadas pela entidade, não constituem essa conta contábil (para tanto, há o grupo dos intangíveis).

Além disso, o bem tem que possuir o objetivo de alocação dos itens destinados para produção e/ou venda de mercadorias e serviços, inclusive de ordem administrativa. Ou seja, todo item que seja utilizado tanto para produzir quanto para vender um bem, ou que seja utilizado para serviços internos da entidade que gerem benefícios econômicos à mesma, deve ser enquadrado no imobilizado. A mesma regra vale na hipótese de locação desse bem a outrem.



Por último, o imobilizado deve ter perspectiva de uso por mais de um período. Entende-se como período o exercício social da empresa, que pode ser variável dependendo de como a sociedade é constituída (se é limitada ou de capital aberto). Entretanto, convencionou-se o exercício social como sendo de 12 meses, que é o lapso temporal utilizado para divulgação do balanço e demonstrações contábeis.

39.(CEBRASPE/DPU/Agente Administrativo/2016) Item do ativo imobilizado da organização refere-se a bem que possui tempo ilimitado de uso e de vida útil.

- a) CERTO
- b) ERRADO

Comentários:

A afirmativa está ERRADA.

O Ativo Imobilizado é formado pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades da empresa, caracterizados por apresentar-se na forma tangível (edifícios, máquinas, etc.) e que deve ser utilizado por mais de um período.

Isso significa que o bem será utilizado por toda a vida e que sua vida útil é inesgotável? Sem dúvida, não. Uma máquina ou um equipamento, por exemplo, são ativos imobilizados mas que se esgotam com o uso ao longo do tempo.

40.(CEBRASPE/EBSERH/Analista Administrativo/2018) Julgue o item. Equipamentos de um ambulatório que venham a ser contaminados por materiais tóxicos poderão ser baixados do patrimônio mediante termo de inutilização desses bens.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está CORRETA.

Inutilização ou abandono são formas de desfazimento que incluem a renúncia ao direito de propriedade. Atenção, pois, mesmo no abandono, o Decreto impõe algumas condições.

Veja o parágrafo único do artigo 7º do Decreto 9.373/2018:

Art. 7º. Parágrafo único: Verificada a impossibilidade ou a inconveniência da alienação do bem classificado como irrecuperável, a autoridade competente determinará sua destinação ou disposição final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010.

41. (CEBRASPE/EBSERH/Analista Administrativo/2018) Julgue o item. Coleções de livros de medicina e saúde tombadas pelo patrimônio cultural poderão ser transferidas pelo Brasil a outro país latino-americano por tempo indeterminado, para fins de intercâmbio cultural.

- a) Certo



b) Errado

Comentários:

A afirmativa está **ERRADA**.

Essa questão é complexa e está relacionada tanto a gestão e preservação de patrimônio histórico e cultural como também evoca conceitos da Arquivologia. Está na fronteira entre as áreas. No caso de documentos de declarado interesse público e social, sejam eles públicos ou privados, como é o caso em tela, não é admitida a sua alienação para destinatários em países estrangeiros.

É verdade que a questão não fala em alienação, mas sim em transferência porém, como a transferência é entendida como uma movimentação em caráter permanente, também não seria permitida.

Ainda nesta direção, a transferência, modalidade de movimentação de bens, com troca de responsabilidade, de uma unidade organizacional para outra, ocorre dentro do mesmo órgão ou entidade, que também não é o caso aventado.

Por fim, de acordo com o DL 25/ 1937, Art. 14: a coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Atenção ainda para não confundir a definição de tombamento do direito administrativo com a definição de tombamento da gestão de bens e patrimônios. Essa trazida pelo examinador é a do direito administrativo.

42. (CEBRASPE/TRE-GO/Técnico Judiciário/2015) Julgue o item. Após a devida análise, poderão ser alienados, e dadas as respectivas baixas no controle de estoque, os bens classificados como excedentes, obsoletos e inservíveis.

a) Certo

b) Errado

Comentários:

A afirmativa está **CORRETA**.

Veja a definição de alienação de Viana (2006):

Alienação é o ato de liberação e transferência, após a devida análise, de qualquer material para outras aplicações, consumo como sucata ou venda, podendo acontecer por ser o material excedente, obsoleto, sucitado ou inservível.

43.(CEBRASPE/ICMBio/Analista Administrativo/2014) Julgue o item. O tombamento de bens é feito nos casos de compra, cessão, doação, permuta, transferência e produção interna. Além desses, há também a necessidade de tombamento nos casos de incorporação de bens.

a) Certo

b) Errado



Comentários:

A afirmativa está CORRETA.

No tombamento o bem é registrado assim que entra fisicamente na organização. Seus dados são lançados no sistema de controle assim como os respectivos termos de responsabilidade sobre o bem são assinados e arquivados. Note que não há qualquer restrição em relação a forma de entrada, podendo contemplar compra, cessão, doação, permuta, transferência e produção interna e a própria incorporação.

Dessa forma, materiais recebidos, mediante qualquer processo de aquisição, devem ser incorporados ao patrimônio da organização pública, antes de serem distribuídos às unidades ou departamentos que irão utilizá-los.

44.(CEBRASPE/ANATEL/Técnico Administrativo/2014) Julgue o item. A baixa patrimonial é entendida como a perda do poder exercido sobre determinado bem, em razão de seu uso intensivo ou prolongado que o torne obsoleto ou lhe cause desgastes ou avarias que não justifiquem o investimento de recursos para a sua recuperação.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está CORRETA.

O momento da exclusão de um bem patrimonial da instituição é o que costumamos chamar de baixa. A baixa pode ocorrer por alienação (venda, permuta ou doação) ou por outros motivos como perda, roubo, extravio, etc.

Consiste, portanto, na perda do poder exercido sobre determinado bem. Causas aceitáveis são o uso intensivo ou prolongado que o tenha tornado obsoleto ou lhe causado desgastes ou avarias que não justifiquem o investimento de recursos para sua recuperação.

Atenção para não confundir baixa patrimonial com depreciação: enquanto a baixa se refere à perda do poder sobre o bem, a depreciação se refere à perda de valor.

45.(CEBRASPE/ANTAQ/Analista Administrativo/2014) Julgue o item. Redução de custo e depreciação são os fatores que motivam as substituições de equipamentos.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está ERRADA.

A redução de custos é mesmo um dos fatores que motivam a substituição de equipamentos.

De modo geral a substituição de equipamentos em uso por outros mais eficientes é uma forma da organização ganhar vantagem competitiva em relação ao mercado pois a substituição geralmente acontece em situações nas quais há flagrante redução de custos.



A depreciação não necessariamente indica a substituição, visto que até mesmo com sua vida econômica encerrada ou com seu valor depreciável esgotado, o bem pode encontrar-se ainda em plena vida útil.

Além disso, o enunciado da questão lista os fatores como se fossem os únicos fatores responsáveis pela substituição dos bens ("os fatores"), o que não é verdade. Há inúmeros outros fatores que levam o gestor de patrimônio a providenciar a substituição de bens patrimoniais, inclusive alguns que não causam reduções de custo como, por exemplo, imposições legais.

46.(CEBRASPE/EBSERH/Analista Administrativo/2018) Julgue o item. O controle de bens patrimoniais deve ser realizado obrigatoriamente pelos registros de movimentação.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está ERRADA.

Segundo Torres e Silva (2003), o controle patrimonial (ou controle de bens) consiste em ações que asseguram, por meio de registros e relatórios, a coleta de dados relativos a identificação, existência, quantidade, localização, condições de uso e histórico dos bens patrimoniais, desde a sua primeira inclusão no patrimônio (a incorporação, que ocorre por meio do tombamento), até a sua baixa final.

Dessa forma o controle é executado por diversos instrumentos como cadastros gerais dos bens, seus dados de registros, as chapas aplicadas como resultado do tombamento, inspeções periódicas, etc.

Com base nisso, instrução normativa 205, de 08 de abril de 1988 da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SEDAP) dispõe o seguinte:

7.4. Generalizar o controle seria, além de dispendioso, às vezes impossível quando a quantidade e diversidade são elevadas. Deste modo, o controle deve ser feito de maneira diferente para cada item de acordo com o grau de importância, valor relativo, dificuldades no ressuprimento.

7.4.1. Estes controles podem ser:

- a) registro de pedidos de fornecimento (requisições);
- b) acompanhamento periódico;
- c) acompanhamento a cada movimentação.

7.4.2 Em se tratando de itens que envolvam valores elevados ou de importância vital para a organização, à medida que são requisitados deve-se observar o Intervalo de Aquisição para que não ocorram faltas e consequentemente ruptura do estoque.

47.(CEBRASPE/STF/Analista Judiciário/2013) Julgue o item. As modalidades de vendas de materiais considerados inservíveis são conhecidas como vendas a varejo, vendas por



concorrência e vendas por leilão; essa última é a mais simplificada e resolve-se no próprio ato de arrematação.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está CORRETA.

Embora também não tenhamos entrado a fundo nesse tema, vale vermos a visão de Viana (2006) sobre as três modalidades de vendas de materiais.

Vendas a varejo - possibilita o contato do interessado com o material, mas exige maiores recursos e controles empregados no processo.

Vendas por concorrência - obtenção de preços maiores que a avaliação, mas privilegia itens de alta procura e necessita de divulgação.

Vendas por leilão - pública e simplificada, resolvida no próprio ato da arrematação. Exige trabalho prévio de análise dos materiais para a montagem dos lotes.

48.(CEBRASPE/TRT 17a Região/Técnico Judiciário/2013) Julgue o item. O controle do ativo imobilizado deve ser feito regularmente, assim como o acompanhamento de sua depreciação, para eventual baixa.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está CORRETA.

Tanto o controle do ativo imobilizado como seu processo contínuo de depreciação devem ser feitos de modo contínuo pelo gestor de patrimônio da organização, até a baixa do respectivo bem patrimonial.

Os ativos imobilizados geralmente têm períodos limitados de vida útil econômica, portanto, o custo desses ativos deve ser alocado de maneira sistemática aos exercícios beneficiados por seu uso no decorrer de sua utilização.

49. (CEBRASPE/SERPRO/Analista Gestão Logística/2013) Julgue o item. Uma vez alienado por uma organização pública, o bem deve receber baixa do patrimônio e não poderá ter seu número de tombamento atribuído a outro material.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está CORRETA.

O momento da exclusão de um bem patrimonial da instituição é o que costumamos chamar de baixa. A baixa pode ocorrer por alienação (venda, permuta ou doação) ou por outros motivos



como perda, roubo, extravio, etc. Desta forma, assim que alienado, o bem deve ser baixado do patrimônio da organização.

Uma vez baixado, em hipótese alguma o número patrimonial previamente utilizado pode ser reaproveitado em outro bem. Quando o bem é baixado, o número patrimonial continua vinculado a ele e não será aplicado a outro bem. A única possibilidade de reuso do número é se o mesmo bem for reincorporado ao patrimônio da organização.

50.(CEBRASPE/Câmara dos Deputados/Analista Legislativo/2012) Julgue o item. De acordo com o modelo de depreciação linear, a depreciação de uma impressora é calculada com base na média de impressões que a máquina é capaz de produzir durante a sua vida útil.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está ERRADA.

A depreciação de bens corresponde à diminuição do valor, resultante do desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência normal.

A depreciação pelo método Linear consiste em dividir o valor total do bem em partes iguais, contabilizando uma parte por período (geralmente anual), até a total desvalorização do mesmo e levando-se em conta o seu valor residual.

A depreciação de uma impressora, calculada com base na média de impressões que a máquina é capaz de produzir durante a sua vida útil, corresponderia a aplicação do método de Quotas Variáveis.

Este método de depreciação, diferentemente do método linear, utiliza como premissa o desgaste pelo uso e não pelo tempo. Para a utilização desse método, torna-se necessário fazer uma previsão da capacidade de produção total do bem.

Temos ainda a depreciação pelo método da Soma dos Dígitos, usado quando o desgaste do bem ocorre mais rapidamente nos primeiros meses/anos de utilização.

51.(CEBRASPE/Câmara dos Deputados/Analista Legislativo/2012) Julgue o item. Considera-se controlado o bem móvel sujeito a controle simplificado, mas não o sujeito a tombamento.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está ERRADA.

Em relação ao tombamento, há uma classificação que você precisa conhecer para a prova. Os bens móveis podem ser classificados em controlados e relacionados:



- Controlados: sujeitos ao tombamento e a controle mais rigoroso de uso e responsabilidade por guarda e conservação.
- Relacionados: dispensam o tombamento em função do baixo valor, sendo controlado de modo simplificado.

Dessa forma, o bem móvel controlado é sujeito ao tombamento, ao contrário do relacionado, que pode ser controlado de modo simplificado e dispensa o tombamento.

52.(CEBRASPE/Câmara dos Deputados/Analista Legislativo/2012) Julgue o item. A interdependência dos componentes patrimoniais, o conteúdo econômico avaliável em moeda dos bens que compõem o patrimônio bem como a vinculação do conjunto patrimonial à entidade que vise determinado fim, constituem requisitos básicos para que um conjunto de bens, direitos e obrigações seja considerado patrimônio.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está CORRETA.

Esta é exatamente a definição de patrimônio. Veja abaixo como algumas referências do mercado endereçam o assunto:

Segundo Martins e Alt (2009), patrimônio é o "conjunto de bens, valores, direitos e obrigações de uma pessoa física ou jurídica que possa ser avaliado monetariamente e que seja utilizado na realização de seus objetivos sociais".

Já para Rocha (2004), patrimônio é o "conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados a uma pessoa física ou jurídica".

Como regra, os estudos sobre o patrimônio revelam que quaisquer conjuntos de bens, direitos e obrigações somente constituirão um patrimônio quando forem observados dois requisitos básicos:

- > Sejam componentes de um conjunto que possua conteúdo econômico avaliável em moeda;
- > Exista interdependência dos elementos componentes do patrimônio e vinculação do conjunto a uma entidade que vise alcançar determinados fins.

53.(CEBRASPE/TJ-RR/Administrador/2012) Julgue o item. Denomina-se material permanente o material que tenha durabilidade estimada de cinco anos e que não perca sua identidade física com o uso.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está ERRADA.

Este é um conceito herdado da contabilidade. Os materiais podem ser segmentados em duas categorias:



- Material de Consumo: utilização geralmente limitada a 2 anos. Após isso perde sua identidade física ou tem a utilização limitada.
- Material Permanente: durabilidade maior que 2 anos e/ou não perde sua identidade física quando incorporado a outro bem.

Complementando, a Lei 4.320/1964, que dispõe sobre normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, relata no parágrafo 2º de seu artigo 15 que “Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a dois anos”.

Diversas outras normas da área de patrimônio público consideram também o material permanente aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos.

54.(CEBRASPE/STF/Analista Judiciário/2008) Julgue o item. Diz-se que um bem móvel classificado como material permanente está sujeito ao tombamento quando ele não pode ser alienado nem modificado, tampouco sua destinação alterada.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está **ERRADA**.

De modo geral todo material permanente está sujeito ao tombamento (bens controlados), independentemente da possibilidade de alienação, modificação ou movimentação.

A única exceção prevista diz respeito aos materiais classificados como permanentes, que dispensam o tombamento em função do baixo valor, sendo controlados de modo simplificado e paralelo. São os chamados bens relacionados.

55. (CEBRASPE/CL-DF/Consultor Técnico Legislativo/2006) Julgue o item. Alguns conceitos são importantes na gestão de recursos patrimoniais. Entre eles, podem ser citados o de vida econômica de um bem, que é o período em que os custos de possuir e de operar o bem apresentam valores mínimos, e o de bens fungíveis, que são aqueles que apresentam a propriedade de se misturar ou fundir com outros sem perderem a sua característica inicial.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está **CORRETA**.

Os dois conceitos trazidos pelo enunciado da questão estão corretos:



Vida econômica de um bem: é o período de tempo (geralmente em anos) em que o custo anual equivalente de possuir e de operar o bem é o mínimo. Esse conceito foi proposto por Degarmo (1997).

No período de tempo da utilização do bem, a empresa espera obter benefícios, com o menor custo para possuí-lo e operá-lo. Com o passar do tempo, os bens vão se desgastando com o uso e os seus custos operacionais vão aumentando. Ao mesmo tempo, os seus valores de venda ou de mercado vão diminuindo.

A partir de determinado ponto, não será mais econômico manter esses bens, já que eles atingiram sua vida econômica e deverão ser substituídos.

Bens fungíveis: são aqueles que apresentam a capacidade de serem misturados uns aos outros sem perderem a sua característica inicial. Podem ser substituídos por outros da mesma natureza como, por exemplo, algumas commodities, como algodão, trigo, ouro.

Já os bens infungíveis são únicos, insubstituíveis, como as obras de arte.

56. (CEBRASPE/TRT 8a Região/Analista Judiciário/2016) Em relação aos recursos patrimoniais, assinale a opção correta.

- a) Os bens fungíveis podem ser divididos sem que as partes percam sua característica inicial.
- b) A vida útil e a vida econômica dos recursos patrimoniais são medidas equivalentes.
- c) Na operação do empreendimento, o ativo imobilizado ou fixo de natureza permanente destina-se à venda.
- d) Os bens patrimoniais totalmente depreciados devem ter seu uso descontinuado.
- e) Patentes e direitos autorais são considerados bens patrimoniais intangíveis.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. Os bens fungíveis tem a capacidade de serem misturados uns aos outros sem perderem suas características iniciais. Podem ser substituídos por outro da mesma natureza. Ex.: commodities como trigo, algodão, arroz e ouro.

A **alternativa B** está incorreta. Vida econômica de um bem é o período de tempo (geralmente em anos) em que o custo anual equivalente de possuir e de operar o bem é o mínimo. Já a vida útil é o período de tempo em que o bem consegue exercer as funções que dele se espera.

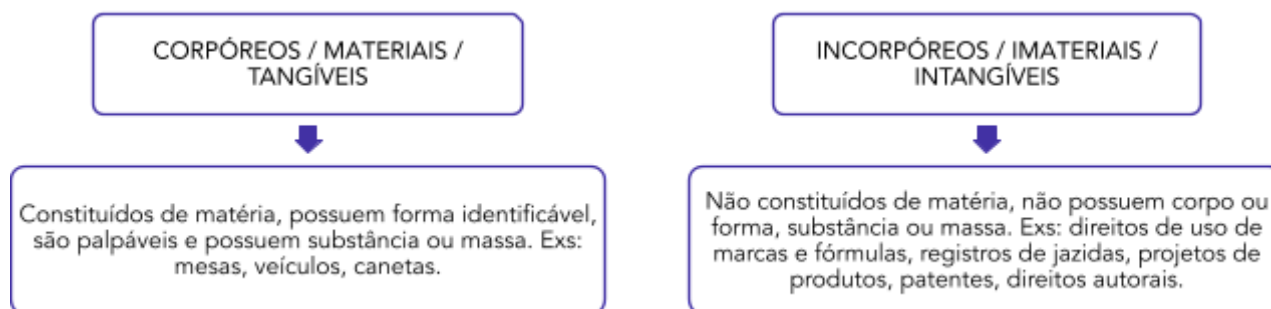
Perceba que a vida útil pode ser maior que a econômica, basta que o bem continue operando mesmo após o atingimento de sua vida econômica. Aí caberá ao administrador tomar a decisão sobre mantê-lo ou substituí-lo.

A **alternativa C** está incorreta. O ativo imobilizado ou fixo de natureza permanente envolve bens ou direitos de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da organização e do seu empreendimento, e não bens ou direitos à venda.

A **alternativa D** está incorreta. Nem sempre um bem totalmente depreciado necessita ter seu uso interrompido ou descontinuado. Um veículo, por exemplo, que seja depreciado totalmente em 5 anos, caso ainda tenha condições de rodar depois deste período, deve passar pelo chamado processo de reavaliação do bem, no qual é atribuído um novo valor ao bem e a depreciação é reiniciada.



A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. Os bens intangíveis não possuem existência física, porém, representam uma aplicação de capital indispensável aos objetivos sociais, como marcas e patentes, fórmulas ou processos de fabricação, direitos autorais, autorizações ou concessões, ponto comercial e fundo de comércio.



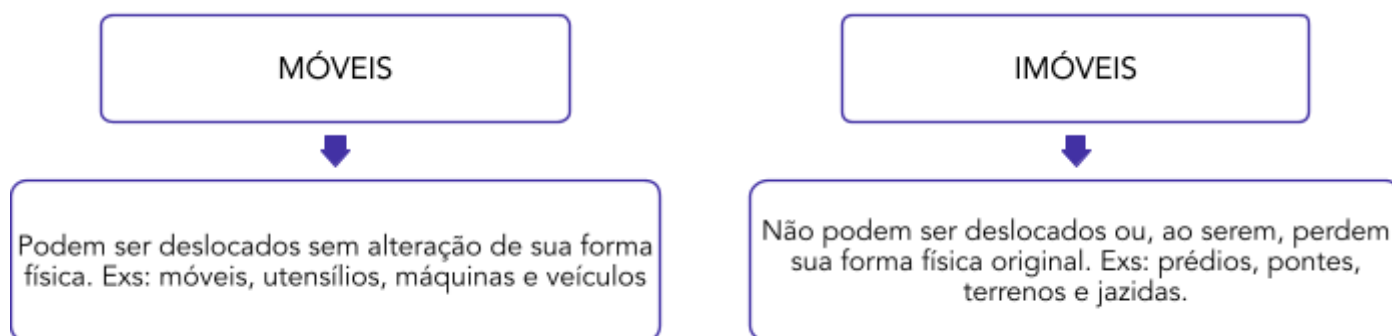
57.(CEBRASPE/ANTAO/Analista Administrativo/2014) Julgue o item. Os bens de uma empresa são considerados recursos patrimoniais e são classificados, quanto à sua mobilidade, como móveis, imóveis, corpóreos e incorpóreos.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

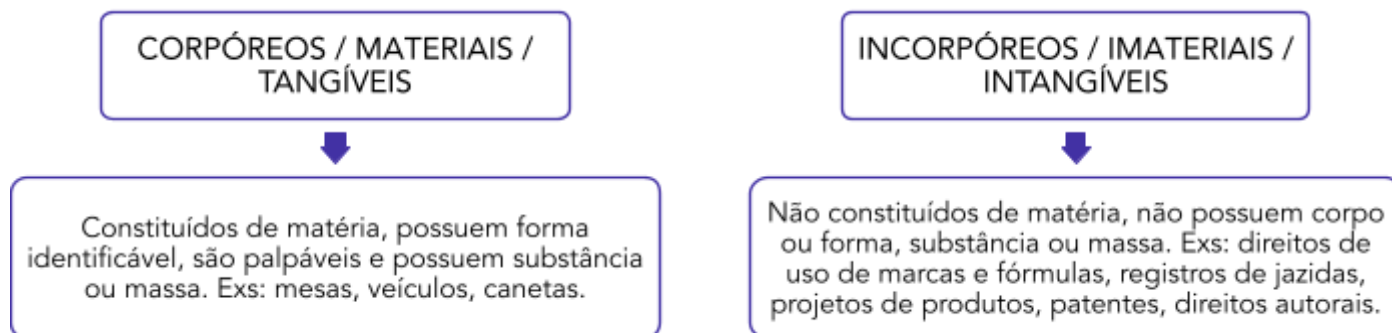
A afirmativa está **ERRADA**.

Em relação a mobilidade o enunciado está correto . Bens patrimoniais podem ser móveis ou imóveis, veja abaixo:



Porém, o enunciado diz ainda que os bens, em relação a mobilidade, poderiam ser corpóreos e incorpóreos, o que está errado. Esta é a classificação quanto a sua constituição material ou tangibilidade. Veja a seguir:





58.(CESPE/TCE-PB/Agente de Documentação/2018) Durante o inventário de bens patrimoniais na sede de um órgão da administração pública, constatou-se que algumas cadeiras de escritório do setor de compras haviam sido levadas para a sala de reuniões da diretoria. Considerando-se que os diretores tenham decidido manter referidas cadeiras na sala de reuniões, o recurso administrativo a ser utilizado para regularizar a ocorrência descrita nessa situação hipotética será:

- a) transferência
- b) cessão
- c) permuta
- d) alienação
- e) desfazimento

Comentário:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. O recurso é a transferência, que movimenta os bens em caráter permanente e regulariza a situação.

A **alternativa B** está incorreta. A cessão não regularizaria a situação pois é uma movimentação em caráter precário e por prazo determinado.

A **alternativa C** está incorreta. A permuta não se aplica, pois, as cadeiras não estão sendo permutadas por outros bens, mas sim transferidas.

A **alternativa D** está incorreta. Não se aplica a alienação neste caso pois não está havendo a exclusão do bem do patrimônio da organização, mas sim uma realocação.

A **alternativa E** está incorreta. O desfazimento também não é aplicável pois, da mesma forma, é uma modalidade que envolve a renúncia ao direito de propriedade, o que não é o caso.

59.(FGV/CM Salvador-BA/Analista Legislativo Municipal/2018) A administração patrimonial trata como material permanente tangível todos aqueles que se enquadram como material permanente, imóveis ou instalações. Para os materiais permanentes, o procedimento de identificação de um bem patrimonial por ocasião de sua incorporação ao patrimônio de uma organização é definido como:

- a) requisição;
- b) comodato;



- c) movimentação de bens;
- d) inventário;
- e) tombamento.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. A requisição é a solicitação que o órgão requisitante faz para que aconteça a redistribuição de um bem, que é o movimento inverso do recolhimento. A redistribuição é o envio dos bens do depósito do patrimônio para o órgão requisitante.

A **alternativa B** está incorreta. Comodato é o empréstimo gratuito de coisa não fungível, que deve ser restituída no tempo convencionado pelas partes.

A **alternativa C** está incorreta. A movimentação de bens varia de acordo com a necessidade operacional da organização. Pode ocorrer via cessão, transferência, recolhimento ou redistribuição e tem três principais origens causadoras: empréstimo, transferência de carga patrimonial ou necessidade de reparo ou manutenção.

A **alternativa D** está incorreta. O inventário é uma prática utilizada por meio da identificação, classificação e contagem dos produtos armazenados com o objetivo de conferir se essas informações estão de acordo com a realidade do que foi dado como entrada e saída de mercadorias. O método mais comum deles é o inventário físico que, segundo Martins e Alt, consiste na contagem física dos itens de estoque. Caso haja diferenças entre o inventário físico e os registros do controle de estoques, devem ser feitos os ajustes conforme recomendações contábeis e tributárias.



A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. No tombamento o bem é registrado assim que entra fisicamente na organização. Seus dados são lançados no sistema de controle assim como os respectivos termos de responsabilidade sobre o bem são assinados e arquivados.

A atividade característica do tombamento é a chamada codificação. Neste processo é atribuído um código ao bem que, sempre que possível, é fisicamente afixado no bem para sua futura identificação por meio do uso de uma placa.

60.(FGV/CM Salvador-BA/Analista Legislativo Municipal/2018) Referente à gestão patrimonial de empresas, é correto afirmar que:

- a) o gerenciamento da depreciação é de importância secundária, uma vez que esta não impacta no resultado operacional da empresa;
- b) a vida econômica de um bem é o tempo que ele demora para perder todo o seu valor contábil;
- c) o valor contábil de um bem depende de como esse bem é utilizado e mantido, uma vez que é a diferença entre o valor depreciado e o valor de mercado;



d) a decisão de substituir equipamentos deve ser tomada com base nas estimativas de custo anual equivalente do equipamento defendente e do equipamento desafiante;

e) patentes e direitos autorais não são incluídos no balanço patrimonial por serem bens intangíveis. **Comentário:**

A **alternativa A** está incorreta. O gerenciamento da depreciação não é uma atividade secundária e deve ser acompanhado de perto pelo gestor de patrimônio da organização.

A **alternativa B** está incorreta. A vida econômica de um bem é o período de tempo (geralmente em anos) em que o custo anual equivalente de possuir e de operar o bem é o mínimo. Não tem relação direta com seu valor contábil.

A **alternativa C** está incorreta. Aqui há uma confusão de conceitos. O valor contábil é o valor de aquisição (custo) que vai sendo depreciado conforme o bem é utilizado e de acordo com o método de depreciação adotado pela organização.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Perfeito. No momento em que o bem chega próximo de sua vida econômica, cabe ao administrador efetuar a análise comparativa entre a substituição (adoção do bem desafiante) ou o prolongamento do uso do bem (prorrogação do uso do bem defendente), considerando que ele ainda possui período de vida útil, ou seja, pode continuar operando, mesmo após ter atingido a sua vida econômica.

A **alternativa E** está incorreta. Mesmo sendo intangíveis, são incluídos no balanço patrimonial pois são ativos da empresa, muitas vezes, de alto valor.

61. (FGV/CM Salvador-BA/Analista Legislativo Municipal/2018) Uma das definições de depreciação é o declínio do potencial de geração de serviços de um bem de longa duração. No momento em que esse potencial se extingue, é necessário dar saída a esse bem por meio de:

- a) alienação;
- b) destruição;
- c) comodato;
- d) abandono;
- e) cessão.

Comentário:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. O momento da exclusão de um bem patrimonial da instituição é o que costumamos chamar de baixa. A baixa pode ocorrer por alienação (venda, permuta ou doação) ou por outros motivos como perda, roubo, extravio, etc. Note que alienação é a única alternativa que se enquadra na definição de "saída" ou baixa de um bem da organização.

A **alternativa B** está incorreta. Não é uma das opções tradicionais de baixa de um bem.

A **alternativa C** está incorreta. Também não é uma das opções tradicionais de baixa de um bem. Comodato é o empréstimo gratuito de coisa não fungível, que deve ser restituída no tempo convencionado pelas partes.



A **alternativa D** está incorreta. Não é uma das opções tradicionais de baixa de um bem, embora seja uma das opções de desfazimento, ao lado da inutilização e das próprias diferentes formas de alienação.

A **alternativa E** está incorreta. Também não é isso. Veja o que diz o parágrafo 4º do Decreto 9.373/2018 sobre a cessão:

Art. 4º A cessão, modalidade de movimentação de bens de caráter precário e por prazo determinado, com transferência de posse, poderá ser realizada nas seguintes hipóteses:

I - entre órgãos da União;

II - entre a União e as autarquias e fundações públicas federais; ou

III - entre a União e as autarquias e fundações públicas federais e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e suas autarquias e fundações públicas.

Parágrafo único. A cessão dos bens não considerados inservíveis será admitida, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente.

62. (FGV/CM Salvador-BA/Analista Legislativo Municipal/2018) Um bem adquirido por R\$ 1.000.000,00 possui uma depreciação anual de R\$ 85.000,00. Adotando o método de depreciação linear, o valor residual desse bem no 6º ano, em reais, será:

- a) 660.000,00;
- b) 575.000,00;
- c) 490.000,00;
- d) 405.000,00;
- e) 320.000,00.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. O valor correto é R\$490.000,00. Veja os cálculos nos comentários da alternativa C.

A **alternativa B** está incorreta. O valor correto é R\$490.000,00. Veja os cálculos nos comentários da alternativa C.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Vamos lá. Importante saber fazer essas contas na hora da prova.

Valor de custo: R\$1.000.000,00

Depreciação anual (linear): R\$85.000,00

Período de depreciação: 6 anos.

Se a depreciação é linear e tem valor anual de R\$85.000,00, significa que no 6º ano o valor depreciado terá sido R\$85.000,00 x 6 ou R\$510.000,00.

O valor residual é calculado diminuindo-se o valor depreciado do valor de custo do bem, ou seja: R\$1.000.000,00 (valor de custo ou aquisição) menos R\$510.000,00 (valor depreciado que vimos acima) = R\$490.000,00



A **alternativa D** está incorreta. O valor correto é R\$490.000,00. Veja os cálculos nos comentários da alternativa C.

A **alternativa E** está incorreta. O valor correto é R\$490.000,00. Veja os cálculos nos comentários da alternativa C.

63.(FGV/CM Salvador-BA/Analista Legislativo Municipal/2018) O empréstimo de equipamentos realizado entre órgãos públicos é definido como:

- a) comodato
- b) cessão
- c) aquisição
- d) incorporação
- e) movimentação

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. Comodato é o empréstimo gratuito de coisa não fungível, que deve ser restituída no tempo convencionado pelas partes. Neste caso, equipamentos são fungíveis.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. A cessão é a modalidade de movimentação de bens de caráter precário e por prazo determinado, com transferência de posse, ou seja, o empréstimo entre órgãos públicos. Note abaixo entre quais órgãos a legislação (Decreto 9.373/2018) permite que o empréstimo seja realizado.

Art. 4º A cessão, modalidade de movimentação de bens de caráter precário e por prazo determinado, com transferência de posse, poderá ser realizada nas seguintes hipóteses:

I - entre órgãos da União;

II - entre a União e as autarquias e fundações públicas federais; ou

III - entre a União e as autarquias e fundações públicas federais e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e suas autarquias e fundações públicas.

Parágrafo único. A cessão dos bens não considerados inservíveis será admitida, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente.

A **alternativa C** está incorreta. Aquisição é a compra de determinado bem e não o empréstimo.

A **alternativa D** está incorreta. A incorporação é a entrada do bem no patrimônio da organização. Pode acontecer de várias maneiras. Não é possível considerar que seja o mesmo que um empréstimo entre órgãos públicos.

A **alternativa E** está incorreta. A movimentação de bens envolve a própria cessão, a transferência, o recolhimento e a redistribuição. Também não é possível limitá-la apenas a empréstimos entre órgãos públicos.



64.(FGV/CM Salvador-BA/Analista Legislativo Municipal/2018) Com respeito à manutenção de ativos imobilizados, é correto afirmar que:

- a) a manutenção corretiva deve ser priorizada quando se possui um sistema de produção com estoque enxuto
- b) a manutenção preditiva deve ser priorizada quando se possui um grande estoque de produtos comercializáveis;
- c) o valor gasto com manutenção corretiva de um bem pode ser descontado de seu valor contábil, acelerando sua depreciação;
- d) o valor gasto com manutenção preditiva de um equipamento deve ser adicionado a seu valor contábil, uma vez que não aumenta sua vida útil;
- e) a manutenção preventiva é vantajosa quando seu custo for inferior à estimativa de redução dos custos associados à manutenção corretiva.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. A manutenção corretiva deve ser priorizada quando seus custos são menores do que os custos das manutenções preventiva e preditiva e, especialmente, quando a organização trabalha com estoques volumosos de produtos acabados, não permitindo que uma paralisação na produção interrompa sua atividade de entrega de produtos já vendidos aos clientes.

A **alternativa B** está incorreta. Ao contrário, a manutenção preditiva deve ser priorizada quando se possui pequenos estoques de produtos comercializáveis pois, no caso de falhas, a organização pode passar a não cumprir os compromissos assumidos com seus clientes.

A **alternativa C** está incorreta. Não há essa previsão contábil.

A **alternativa D** está incorreta. Confusão de conceitos contábeis e de patrimônio. O valor contábil de um equipamento é seu valor de custo, descontada a sua depreciação conforme método adotado pela organização.

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. A manutenção preventiva, assim como todas as demais, tem seu custo. Pode ser considerada vantajosa quando este for inferior à estimativa dos custos associados a outros tipos de manutenção.

É verdade que a redação da alternativa está meio confusa pois compara o custo de um tipo de manutenção com a redução de custo estimada da outra, ou seja, coisas diferentes mas, mesmo assim, faz sentido e foi o gabarito adotado e mantido pela banca.

65.(FGV/CM Salvador-BA/Analista Legislativo Municipal/2018) Dentro do contexto da gestão patrimonial das empresas, os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades de uma companhia ou exercidos com essa finalidade são classificados como:

- a) ativo contábil
- b) ativo imobilizado
- c) bens intangíveis
- d) despesa operacional



e) despesa permanente

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. Essa não é a definição de ativo contábil. O ativo costuma ser segmentado em função da liquidez de cada um de seus componentes. Temos os ativos imobilizados (edifícios, instalações, equipamentos e veículos), realizáveis a longo e curto prazos (aqui temos os estoques de matéria prima, materiais em transformação e produto acabados) e disponíveis.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. Essa é uma boa definição para ativo imobilizado. Bens tangíveis ou corpóreos destinados a manutenção das atividades de uma empresa ou entidade.

A **alternativa C** está incorreta. Bens corpóreos não podem ser considerados intangíveis.

A **alternativa D** está incorreta. Bens não podem ser diretamente classificados como despesas.

A **alternativa E** está incorreta. Bens não podem ser diretamente classificados como despesas, nem operacional e nem permanente.

66.(FGV/IBGE/Analista/2016) Além da classificação da despesa com aquisição de material (material de consumo ou material permanente) devem ser adotados alguns parâmetros para distinguir um material de consumo de um permanente. Um dos critérios para um material ser considerado de consumo é: "estrutura quebradiça, deformável ou danificável, caracterizando sua irrecuperabilidade e perda de sua identidade ou funcionalidade." A definição apresentada se refere ao critério de:

- a) perecibilidade;
- b) durabilidade;
- c) fragilidade;
- d) transformabilidade;
- e) incorporabilidade.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. A definição trazida pela banca refere-se à Fragilidade e não a Perecibilidade. Veja a base legal na alternativa correta.

A **alternativa B** está incorreta. A definição trazida pela banca refere-se à Fragilidade e não a Durabilidade. Veja a base legal na alternativa correta.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Essa é a definição prevista para o parâmetro "Fragilidade", de acordo com a Portaria 448/2002 da Secretaria do Tesouro Nacional. Veja abaixo:

Art. 3º - Na classificação da despesa serão adotados os seguintes parâmetros excludentes, tomados em conjunto, para a identificação do material permanente:

I - Durabilidade, quando o material em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos;



II - Fragilidade, cuja estrutura esteja sujeita a modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irrecuperabilidade e/ou perda de sua identidade;

III - Perecibilidade, quando sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou que se deteriora ou perde sua característica normal de uso;

IV - Incorporabilidade, quando destinado à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal; e

V - Transformabilidade, quando adquirido para fim de transformação.

A **alternativa D** está incorreta. A definição trazida pela banca refere-se à Fragilidade e não a Transformabilidade. Veja a base legal na alternativa correta.

A **alternativa E** está incorreta. A definição trazida pela banca refere-se à Fragilidade e não a Incorporabilidade. Veja a base legal na alternativa correta.

67.(FGV/MPE MS/Técnico II/201) A gestão de recursos patrimoniais é de fundamental importância para uma organização, independentemente de sua característica pública ou privada. Devido à complexidade e tamanho das organizações, para manter a sustentabilidade econômica, esses recursos podem ser vendidos, trocados ou adquiridos. De acordo com o exposto, marcas e patentes são recursos patrimoniais:

- a) de risco.
- b) intangíveis.
- c) imobilizados.
- d) permanentes.
- e) fixos.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. Marcas e patentes são recursos patrimoniais intangíveis e não "de risco".

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. Os recursos intangíveis são aqueles Não constituídos de matéria, não possuem corpo ou forma, substância ou massa. Exs.: direitos de uso de marcas e fórmulas, registros de jazidas, projetos de produtos, patentes, direitos autorais.

A **alternativa C** está incorreta. A classificação dos bens patrimoniais não prevê a classe "imobilizado". O ativo imobilizado é na verdade considerado todo ativo de natureza relativamente permanente, que é normalmente mantido na empresa para a utilização na produção de mercadorias ou prestação de serviços. Não é uma das classificações dos recursos patrimoniais.

A **alternativa D** está incorreta. Materiais Permanentes são aqueles com durabilidade maior que 2 anos e/ou que não perdem sua identidade física quando incorporados a outro bem.

A **alternativa E** está incorreta. Marcas e patentes são recursos patrimoniais intangíveis e não "fixos".



68.(CESGRANRIO/LIQUIGÁS/Profissional/2014) Os bens industriais podem ser classificados em três categorias: 1) materiais e peças; 2) suprimento e serviços; 3) bens de capital. São exemplos desta última categoria os seguintes bens:

- a) componentes e manufaturados
- b) instalações e equipamentos
- c) itens de manutenção e reparo
- d) produtos agropecuários e naturais
- e) serviços de consultoria empresarial

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. Os bens de capital dividem-se em matérias primas e componentes, equipamentos e instalações e insumos administrativos.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. Os bens de capital ou industriais são os bens utilizados na geração de novos produtos e serviços (máquinas, equipamentos, instalações, matérias primas). Dividem-se em matérias prima e componentes (geralmente é o que a organização chama de material), equipamentos e instalações (base para o processamento de matérias primas e componentes, geralmente constituem o patrimônio da organização) e insumos administrativos (não se incorporam ao produto final, são consumidos e contribuem indiretamente ao processo produtivo: papel, caneta, etc.).

A **alternativa C** está incorreta. Os bens de capital dividem-se em matérias primas e componentes, equipamentos e instalações e insumos administrativos.

A **alternativa D** está incorreta. Os bens de capital dividem-se em matérias primas e componentes, equipamentos e instalações e insumos administrativos.

A **alternativa E** está incorreta. Os bens de capital dividem-se em matérias primas e componentes, equipamentos e instalações e insumos administrativos.

69.(CESGRANRIO/PETROBRÁS/Técnico/2012) Na administração patrimonial de uma empresa, deve-se fazer uma cuidadosa distinção entre os débitos capitalizáveis e não capitalizáveis. Dentre os seguintes custos aplicados a ativos imobilizados, NÃO pode(m) ser capitalizável(is):

- a) a construção de um depósito adicional nas adjacências de uma fábrica.
- b) a instalação de um sistema de ar-condicionado na fábrica e/ou escritório.
- c) a substituição de um equipamento já desgastado por outro novo similar.
- d) a substituição de um equipamento por outro mais eficiente.
- e) os gastos com manutenção (pintura, revisões) em máquinas da fábrica.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. Esse é um exemplo típico de adição, débito considerado capitalizável.



A **alternativa B** está incorreta. Esse é um exemplo típico de benfeitoria, débito considerado capitalizável.

A **alternativa C** está incorreta. Esse é um exemplo típico de substituição, débito considerado capitalizável.

A **alternativa D** está incorreta. Esse é um exemplo típico de melhoramento, débito considerado capitalizável.

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. A manutenção não é considerada um débito capitalizável, ao contrário dos anteriores.

A questão faz referência direta aos débitos capitalizáveis de acordo com Gurgel e Francischini. São eles:

- ✓ Adições: exemplo - construção de um depósito nas adjacências de uma fábrica.
- ✓ Benfeitoria: exemplo - instalação de um sistema de ar-condicionado onde não havia.
- ✓ Melhoramento: exemplo - substituição do motor de uma máquina por outro de maior potência, daí provindo um aumento de capacidade ou eficiência, ou ambos.
- ✓ Substituição: exemplo - instalação de uma caldeira nova no lugar de uma usada e gasta.
- ✓ Alteração: exemplo - mudança do escritório da fábrica, da área central para a área perimetral do edifício, com consequente aumento de espaço.

70.(CESGRANRIO/EPE/Analista de Gestão Corporativa/2012) A administração do passivo de uma empresa é uma das funções de seu diretor ou gerente financeiro. Essa função consiste na gestão de:

- a) contas a receber.
- b) relações com os clientes.
- c) escolhas dos imóveis.
- d) margens de ganho em cada produto.
- e) obtenção de recursos financeiros e de sua composição.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. As contas a receber estão relacionadas com o ativo da empresa (direito) e não com o passivo (obrigações).

A **alternativa B** está incorreta. As relações com clientes não são, de forma geral, contabilizadas nem no passivo e nem no ativo da empresa. Geralmente são geridas pela área de marketing ou vendas.

A **alternativa C** está incorreta. A escolha dos imóveis é costumeiramente capitaneada pela área de patrimônio e não pelo gestor de passivos.

A **alternativa D** está incorreta. As margens de ganho em cada produto são geralmente geridas pela área financeira e pelo marketing e não pelo gestor de passivos.



A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. O passivo de uma empresa é composto pelo saldo de suas obrigações devidas. Dessa forma, cabe ao seu gestor mapear e diagnosticar a sua composição e identificar fontes onde possa obter recursos financeiros para salda-lo.

71.(CESGRANRIO/BACEN/Técnico/2009) Todo bem patrimonial sofre desgaste com a sua utilização, sendo necessárias ações para que ele se mantenha operacional até o fim de sua vida útil. A vida econômica de um bem é o período de tempo em que o bem consegue exercer suas funções até o momento em que o:

- a) valor contábil é menor que a soma do custo operacional com o de manutenção.
- b) valor de revenda do bem menos o valor residual da depreciação é mínimo.
- c) valor de revenda ultrapassa o valor depreciado.
- d) custo operacional é menor que o custo residual.
- e) Custo Anual Equivalente (CAE) é mínimo.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. A vida econômica de um bem se relaciona com seu custo de posse e operação e não com o valor contábil.

A **alternativa B** está incorreta. A vida econômica de um bem se relaciona com seu custo de posse e operação e não com o valor de revenda e/ou residual.

A **alternativa C** está incorreta. A vida econômica de um bem se relaciona com seu custo de posse e operação e não com o valor de revenda e/ou depreciado.

A **alternativa D** está incorreta. A vida econômica de um bem se relaciona com seu custo de posse e operação, mas não em comparação com eventual custo "residual".

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. Definição literal de vida econômica, segundo Degarmo & Canada (1973): o período de tempo (geralmente em anos) em que o custo anual equivalente de possuir e de operar o bem é o mínimo. Os bens, como equipamentos e instalações, desgastam-se com o uso, necessitando cada vez mais de manutenção. Assim, é de esperar que os custos operacionais aumentem com o passar do tempo".

Ainda nesta direção, para o Prof. Rafael Ravazolo, a vida econômica refere-se aos custos globais em que a empresa incorre para manter em operação certo equipamento. Corresponde ao tempo de utilização em que o bem é capaz de produzir com menor custo para a empresa e que, certamente, é menor ou igual à sua vida útil, cujo conceito encontra-se associado ao limite possível de uso do bem.

72.(CESGRANRIO/PETROBRÁS/Técnico/2012) A administração patrimonial em uma empresa se caracteriza por administrar o ativo imobilizado dessa empresa. Considere as seguintes características de um bem:

- I - ser intangível
- II - ter natureza relativamente permanente
- III - ser utilizado na operação do negócio
- IV - ser um bem de consumo



Para ser considerado um ativo imobilizado, devem coexistir, dentre as características citadas, **APENAS** as seguintes características:

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I, II e IV
- e) I, III e IV

Comentário:

Antes de buscar a alternativa correta, vale buscarmos na teoria o que define um bem como ativo imobilizado:



- ✓ Ter natureza relativamente permanente.
- ✓ Ser utilizado na operação do negócio.
- ✓ Não ser destinado a venda.

Desta forma, apenas os itens II e III são características de ativos considerados imobilizados. A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

73.(FCC/TJ-AP/Analista Judiciário/2014) Refere-se à exclusão de um bem do acervo mobiliário do Estado e a consequência retirada do seu valor do ativo imobiliário:

- a) Baixa
- b) Recolhimento
- c) Cessão
- d) Alienação
- e) Comodato

Comentário:



A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. O momento da exclusão de um bem patrimonial da instituição é o que costumamos chamar de baixa. A baixa pode ocorrer por alienação (venda, permuta ou doação) ou por outros motivos como perda, roubo, extravio, etc.

A **alternativa B** está incorreta. Recolhimento é a movimentação de bens para o depósito do patrimônio quando estes não forem mais necessários.

A **alternativa C** está incorreta. Cessão é a modalidade de movimentação de bens de caráter precário e por prazo determinado, com transferência de posse.

A **alternativa D** está incorreta. A alienação é uma das formas de baixa patrimonial. Pode ocorrer por venda, permuta ou doação. Os bens móveis inservíveis cujo reaproveitamento seja considerado inconveniente ou inoportuno serão alienados em conformidade com a legislação aplicável às licitações e aos contratos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, indispensável a avaliação prévia.

A **alternativa E** está incorreta. Comodato é o empréstimo gratuito de coisa não fungível, que deve ser restituída no tempo convencionado pelas partes.

74. (FCC/HEMOBRÁS/Assistente Administrativo/2013) Recursos patrimoniais constituem os elementos primordiais para uma organização poder operar e produzir produtos e serviços que irão atender às demandas de mercado. Portanto, é importante a perfeita adequação e manutenção dos bens patrimoniais para o sucesso da organização. É considerado um recurso patrimonial intangível:

- a) Almoxarifado
- b) Computador
- c) Direito Autoral
- d) Guindaste
- e) Veículo

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. O almoxarifado de uma organização é a área destinada ao armazenamento e estocagem dos materiais de uma entidade. Geralmente guarda bens materiais, mas pode também estocar bens patrimoniais. Se eventualmente possuir bens permanentes, esses bens provavelmente serão tangíveis e não intangíveis.



Importante lembrar que a responsabilidade sobre o almoxarifado e os estoques são da área de administração de materiais e não de gestão de patrimônio.

A **alternativa B** está incorreta. Recurso patrimonial tangível, constituído de matéria, possui forma identificável, é palpável e possui substância ou massa. Exemplos: mesas, veículos, canetas



A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Os recursos patrimoniais intangíveis não são constituídos de matéria, não possuem corpo ou forma, substância ou massa. Exemplos: direitos de uso de marcas e fórmulas, registros de jazidas, projetos de produtos, patentes, direitos autorais.

A **alternativa D** está incorreta. Recurso patrimonial tangível.

A **alternativa E** está incorreta. Recurso patrimonial tangível.

75. (FCC/SERGÁS/Assistente Administrativo/2010) O processo realizado pela instituição a fim de cumprir a legislação e manter em dia as informações patrimoniais é denominado:

- a) recolhimento
- b) redistribuição
- c) cadastramento
- d) inventário físico
- e) alienação

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. Recolhimento é a movimentação de bens para o depósito do patrimônio quando estes não forem mais necessários.

A **alternativa B** está incorreta. É o movimento inverso do recolhimento. Consiste no envio dos bens do depósito do patrimônio para o órgão requisitante.

A **alternativa C** está incorreta. Cadastramento é o ato, processo ou efeito de cadastrar. Aplica-se, por exemplo, ao cadastramento de fornecedores na administração de materiais. Na gestão patrimonial, quando um bem é registrado no sistema, o termo correto a ser utilizado é "tombamento".

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. O inventário físico, segundo Martins e Alt, consiste na contagem física dos itens de estoque. Caso haja diferenças entre o inventário físico e os registros do controle de estoques, devem ser feitos os ajustes conforme recomendações contábeis e tributárias.

A **alternativa E** está incorreta. A alienação é uma das formas de baixa patrimonial. Pode ocorrer por venda, permuta ou doação. Os bens móveis inservíveis cujo reaproveitamento seja considerado inconveniente ou inoportuno serão alienados em conformidade com a legislação aplicável às licitações e aos contratos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, indispensável a avaliação prévia.

76. (FCC/TRT-24a Região/Auxiliar Judiciário/2004) Ato de registrar um item de material ou equipamento no sistema de controle patrimonial, à vista de documentação apropriada atribuindo-lhe um número sequencial de incorporação ao patrimônio. Essa é a definição de:

- a) descrição imobiliária



- b) responsabilidade patrimonial
- c) tombamento
- d) controle autárquico
- e) alistamento patrimonial

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. Não é este o termo que deve ser usado para descrever o processo de registro no sistema de controle patrimonial.

A **alternativa B** está incorreta. Também não é "responsabilidade patrimonial" o termo que deve ser usado para descrever o processo de registro no sistema de controle patrimonial. A responsabilidade patrimonial é, de fato, atribuída a alguém logo após o registro do bem e assinatura do respectivo termo de responsabilidade.



A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. No tombamento o bem é registrado assim que entra fisicamente na organização. Seus dados são lançados no sistema de controle assim como os respectivos termos de responsabilidade sobre o bem são assinados e arquivados.

A **alternativa D** está incorreta. Não é este o termo que deve ser usado para descrever o processo de registro no sistema de controle patrimonial.

A **alternativa E** está incorreta. Também não é "alistamento patrimonial" o termo que deve ser usado para descrever o processo de registro no sistema de controle patrimonial.

77. (Colégio Pedro II/ Colégio Pedro II /Assistente em Administração/2019) O ponto crucial do controle patrimonial reside na correta diferenciação entre material permanente e material de consumo. É correto classificar como materiais de consumo:

- a) caneta e lápis
- b) copiadora e fogão
- c) veículos diversos e freezer
- d) mesa de escritório e cartucho

Comentário:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Caneta e lápis são, ambos, materiais de consumo. Vamos relembrar as principais diferenças entre material de consumo e permanente. Este é um conceito herdado da contabilidade. Os materiais podem ser segmentados em duas categorias:

- Material de **Consumo**: utilização geralmente **limitada a 2 anos**. Após isso perde sua identidade física ou tem a utilização limitada.



- Material **Permanente**: durabilidade **maior que 2 anos** e/ou não perde sua identidade física quando incorporado a outro bem.

A **alternativa B** está incorreta. Copiadora e fogão são materiais permanentes segundo a classificação acima.

A **alternativa C** está incorreta. Veículos e freezer são materiais permanentes segundo a classificação acima.

A **alternativa D** está incorreta. Mesa de escritório é um material permanente segundo a classificação acima. Já o cartucho de tinta é um material de consumo.

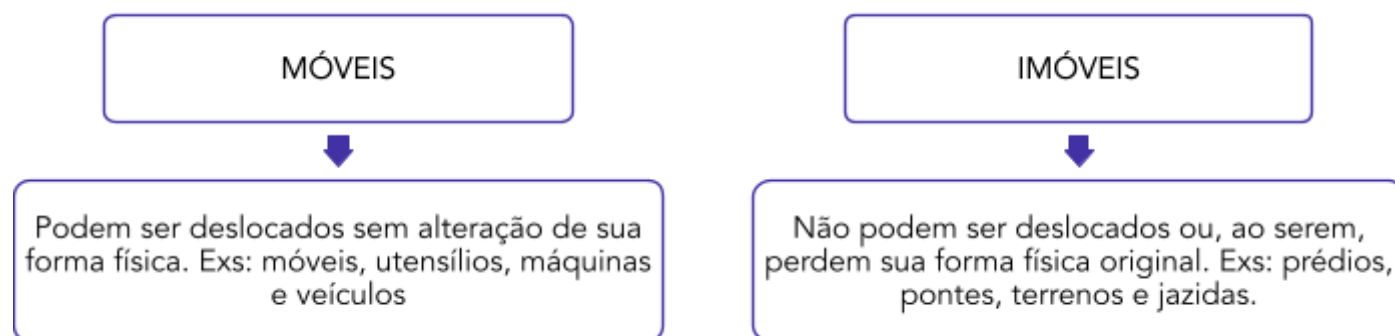
78. (AOCP/IBGE/Analista Censitário/2019) Luiza precisa incorporar e registrar um equipamento fotocopiador recebido pelo IBGE na forma de doação de uma indústria produtora. Para registrar esse bem, qual é o gênero patrimonial em que ele deverá ser classificado?

- a) bem novo
- b) bem móvel
- c) bem cedido
- d) bem doado
- e) bem industrial

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. A definição de um bem novo é: "bem comprado e que se encontra com menos de um ano de uso". Não é o caso da fotocopiadora, que foi doada.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. Uma das classificações aceitas para os bens patrimoniais são os bens móveis ou imóveis. Neste caso o equipamento fotocopiador é um bem móvel de acordo com as características abaixo.



A **alternativa C** está incorreta. O bem cedido se enquadra na modalidade de movimentação de bens de caráter precário e por prazo determinado, com transferência de posse. Também não é o caso, visto que a fotocopiadora foi doada em caráter permanente.

A **alternativa D** está incorreta. Embora a fotocopiadora tenha sido doada, esse não é um gênero patrimonial que admita registro, ao contrário dos bens móveis.



A **alternativa E** está incorreta. Os bens industriais são os bens utilizados na geração de novos produtos e serviços (máquinas, equipamentos, instalações, matérias primas). Dividem-se em matérias prima e componentes (geralmente é o que a organização chama de material), equipamentos e instalações (base para o processamento de matérias primas e componentes, geralmente constituem o patrimônio da organização) e insumos administrativos (não se incorporam ao produto final, são consumidos e contribuem indiretamente ao processo produtivo: papel, caneta, etc.). Também não é o caso da fotocopadora.

79. (AOCP/IBGE/Analista Censitário/2019) Pedro é o Administrador Patrimonial do IBGE e precisa movimentar materiais, trocando a responsabilidade de uma unidade organizacional para outra, dentro do próprio IBGE. Qual é a ocorrência patrimonial que ele precisa realizar?

- a) passagem
- b) contrapartida
- c) transferência
- d) reincorporação
- e) transformação física

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. A ocorrência trazida pelo enunciado não é a "passagem", mas sim a transferência.

A **alternativa B** está incorreta. A ocorrência trazida pelo enunciado não é a "contrapartida", mas sim a transferência.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Veja a definição de transferência no Decreto 9.373/2018:

Art. 5º A transferência, modalidade de movimentação de caráter permanente, poderá ser:

I - interna - quando realizada entre unidades organizacionais, dentro do mesmo órgão ou entidade; ou

II - externa - quando realizada entre órgãos da União.

Parágrafo único. A transferência externa de bens não considerados inservíveis será admitida, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente.

A **alternativa D** está incorreta. A ocorrência trazida pelo enunciado não é a "reincorporação", mas sim a transferência. Atenção para não confundir o termo "reincorporação" com "redistribuição" que é o movimento inverso do recolhimento, ou seja, o envio dos bens do depósito do patrimônio para o órgão requisitante.

A **alternativa E** está incorreta. A ocorrência trazida pelo enunciado não é a "transformação física", mas sim a transferência.



80. (FUNCERN/Pref. de Jardim das Piranhas-RN/Agente de Administração/2019) O ato de inscrever o bem no registro patrimonial, com a concomitante afixação do respectivo código numérico, mediante plaqueta, gravação, etiqueta ou qualquer outro método adequado às suas características, refere-se ao:

- a) inventário
- b) termo de responsabilidade
- c) comodato
- d) tombamento

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. O inventário é uma prática que se baseia na identificação, classificação e contagem dos produtos armazenados com o objetivo de conferir se essas informações estão de acordo com a realidade do que foi dado como entrada e saída de mercadorias. O método mais comum deles é o inventário físico que, segundo Martins e Alt, consiste na contagem física dos itens de estoque. Caso haja diferenças entre o inventário físico e os registros do controle de estoques, devem ser feitos os ajustes conforme recomendações contábeis e tributárias.

A **alternativa B** está incorreta. O termo de responsabilidade é firmado ao longo do processo de tombamento, quando o bem é registrado assim que entra fisicamente na organização. Seus dados são lançados no sistema de controle assim como os respectivos termos de responsabilidade sobre o bem são assinados e arquivados.

A **alternativa C** está incorreta. Comodato é o empréstimo gratuito de coisa não fungível, que deve ser restituída no tempo convencionado pelas partes.



A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. No tombamento o bem é registrado assim que entra fisicamente na organização. Seus dados são lançados no sistema de controle assim como os respectivos termos de responsabilidade sobre o bem são assinados e arquivados.

A atividade característica do tombamento é a chamada codificação. Neste processo é atribuído um código ao bem que, sempre que possível, é fisicamente afixado no bem para sua futura identificação por meio do uso de uma placa.

81. (IF-TO/IF-TO/Administrador/2019) Sobre administração de recursos patrimoniais é correto afirmar:

a) Bens patrimoniais são instalações utilizadas no cotidiano das organizações, que são adquiridos esporadicamente, como prédios, equipamentos e veículos. Eles podem ser classificados de diversas formas, entre elas, quanto a sua mobilidade: móveis, quando podem ser deslocados sem alteração de sua forma física e imóveis, quando não podem ser deslocados sem alteração de sua forma física.



b) Bens patrimoniais são os bens de capital da instituição. Eles podem ser classificados de diversas formas, entre elas, quanto a sua mobilidade: imóveis, quando podem ser deslocados sem alteração de sua forma física e móveis, quando não podem ser deslocados sem alteração de sua forma física.

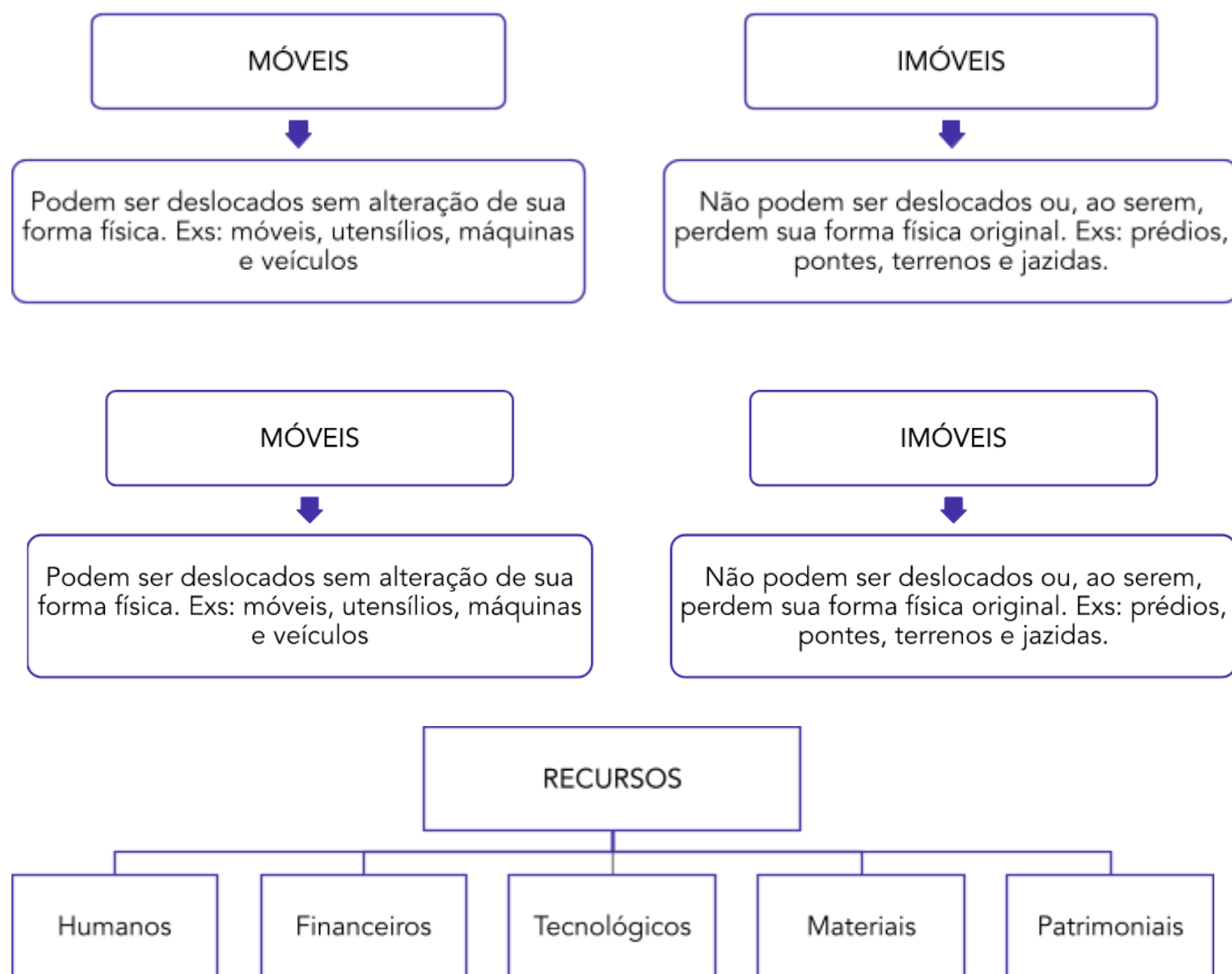
c) Bens patrimoniais são os bens tecnológicos da instituição. Eles sofrem o processo de depreciação, que é a perda de seu valor, decorrente do uso ou obsolescência da tecnologia.

d) Bens patrimoniais são os bens de consumo da instituição. Eles podem ser classificados de diversas formas, entre elas, quanto a sua durabilidade: duráveis, que duram mais que um exercício fiscal, e não duráveis, consumidos antes de um período fiscal.

e) Bens patrimoniais são os bens de consumo da instituição. Eles podem ser classificados de diversas formas, entre elas, quanto a sua disponibilidade: disponíveis, quando usados de imediato ou indisponíveis.

Comentário:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Ótima definição de bens patrimoniais. Utilizados no dia-a-dia da organização, adquiridos de forma esporádica e, entre outras classificações possíveis, podem ser divididos em móveis e imóveis.



A **alternativa D** está incorreta. Bens patrimoniais e de consumo são absolutamente diferentes, a começar pela diferenciação entre material de consumo e permanente. Veja a seguir:

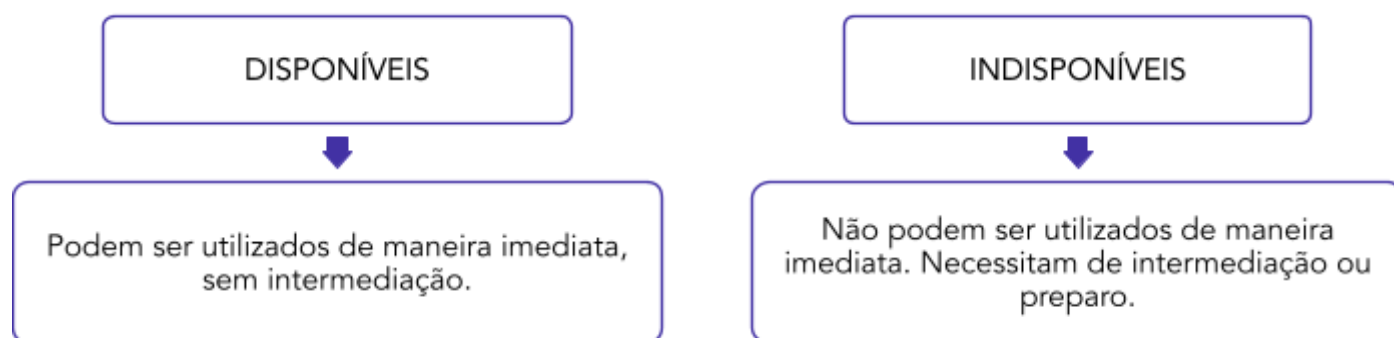
- Material de **Consumo**: utilização geralmente **limitada a 2 anos**. Após isso perde sua identidade física ou tem a utilização limitada.
- Material **Permanente**: durabilidade **maior que 2 anos** e/ou não perde sua identidade física quando incorporado a outro bem.

Em relação as divisões dos bens de consumo, a alternativa está correta. Veja abaixo:

Bens de Consumo duráveis - geralmente duram mais de um exercício fiscal ou um ano (geladeiras, televisores, automóveis, etc.).

Bens de consumo não duráveis - são usualmente consumidos em prazo inferior a um período fiscal.

A **alternativa E** está incorreta. Novamente a alternativa está correta em relação à divisão dos bens (agora os patrimoniais) em disponíveis e indisponíveis porém, erra novamente ao equiparar bens patrimoniais aos bens de consumo.



82. (Pró Município/CRP-11a Região-CE/Técnico de Patrimônio/2019) Sobre tombamento de bens, assinale a opção **INCORRETA**:

- Os bens controlados demandam um controle bastante rigoroso do seu uso e da responsabilidade pela guarda e conservação, estão sujeitos ao tombamento;
- Caso seja identificado um bem com a perda ou deterioração da plaqueta de tombamento, o ocorrido deverá ser comunicado, obrigatoriamente, ao setor de almoxarifado e/ou patrimônio para que aconteça sua reposição;
- O número de tombamento em livros poderá ser feito mediante carimbo;
- Os bens relacionados, mesmo tendo um valor mínimo para a administração, não dispensam tombamento.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. Os bens controlados estão sujeitos ao tombamento e a controle mais rigoroso de uso e responsabilidade por guarda e conservação.

A **alternativa B** está incorreta. No caso de perda ou dano da placa o setor responsável deve ser avisado o mais rápido possível para as devidas providências.



A **alternativa C** está incorreta. Em alguns casos os bens não podem receber a placa por suas características físicas ou por sua própria natureza. Nestes casos, os números de tombamento serão inseridos em separado no sistema, mas também serão incorporados ao sistema de controle. Há também casos em que os códigos podem ser afixados de outra forma nos objetos, como nos livros, que recebem carimbos.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Em relação ao tombamento, há uma classificação que você precisa conhecer para a prova. Os bens móveis podem ser classificados em controlados (que não dispensam o tombamento) e relacionados (que dispensam o tombamento):



- Controlados: sujeitos ao tombamento e a controle mais rigoroso de uso e responsabilidade por guarda e conservação.
- Relacionados: dispensam o tombamento em função do baixo valor, sendo controlado de modo simplificado.

83. (Pró Reitoria GP/CP2/Assistente em Administração/2019) Caberá ao setor de patrimônio as atribuições de:

- a) emplaquetamento, transferência interna, baixa do bem e inventário.
- b) emplaquetamento, transferência interna, baixa do bem e controle de estoque.
- c) inventário, baixa do bem, guarda temporária de bens permanentes e registro.
- d) inventário, guarda temporária de bens permanentes, emplaquetamento e registro.

Comentário:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Todas são atividades do setor de patrimônio.

A **alternativa B** está incorreta. O controle de estoques pertence à área de administração de materiais e não patrimonial.

A **alternativa C** está incorreta. A guarda temporária do bem pertence a gestão de estoques e, portanto, à área de administração de materiais e não patrimonial.

A **alternativa D** está incorreta. Novamente, a guarda temporária do bem pertence a gestão de estoques e, portanto, à área de administração de materiais e não patrimonial.

84. (IADES/CFM/Profissional de Suporte Técnico/2018) Assinale a alternativa que indica um recurso patrimonial móvel.

- a) Guindaste
- b) Terreno



- c) Projeto
- d) Patentes
- e) Jazidas

Comentário:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Os bens móveis podem ser deslocados sem alteração de sua forma física. Exemplos: móveis, utensílios, máquinas e veículos. O guindaste é a única das alternativas que se enquadra nessa classificação.

A **alternativa B** está incorreta. Terrenos são recursos patrimoniais imóveis: não podem ser deslocados ou, ao serem, perdem sua forma física original. Exemplos: prédios, pontes, terrenos e jazidas.

A **alternativa C** está incorreta. Não é um recurso patrimonial móvel.

A **alternativa D** está incorreta. Não é um recurso patrimonial móvel.

A **alternativa E** está incorreta. Mais um exemplo de recurso patrimonial imóvel.

85. (FUNRIO/CM São João do Meriti-RJ/Técnico Administrativo/2018) São exemplos de materiais classificados como permanentes os a seguir listados, EXCETO UM, que deve ser classificado como material de consumo. Assinale-o.

- a) telefones.
- b) medidores de pressão arterial.
- c) circuladores de ar.
- d) livros.
- e) canetas.

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. Telefones não são materiais de consumo.

A **alternativa B** está incorreta. Medidores de pressão arterial também não são materiais de consumo.

A **alternativa C** está incorreta. Circuladores de ar não são materiais de consumo.

A **alternativa D** está incorreta. Livros também não são materiais de consumo.

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. Canetas configuram o único material listado nas alternativas que pode ser considerado um material de consumo.

Relembre as diferenças entre materiais de consumo e permanentes:

- Material de **Consumo**: utilização geralmente **limitada a 2 anos**. Após isso perde sua identidade física ou tem a utilização limitada.
- Material **Permanente**: durabilidade **maior que 2 anos** e/ou não perde sua identidade física quando incorporado a outro bem.



86.(IBADE/CM Cacoal-RO/Agente Administrativo/2018) A incorporação do material permanente ao patrimônio de uma organização é uma medida administrativa conhecida como:

- a) tombamento.
- b) movimentação.
- c) transferência.
- d) desfazimento.
- e) alienação.

Comentário:



A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Mais uma vez estamos falando do tombamento. No tombamento o bem é registrado assim que entra fisicamente na organização. Seus dados são lançados no sistema de controle assim como os respectivos termos de responsabilidade sobre o bem são assinados e arquivados.

A **alternativa B** está incorreta. A movimentação de bens varia de acordo com a necessidade operacional da organização. Pode ocorrer via cessão, transferência, recolhimento ou redistribuição e tem três principais origens causadoras: empréstimo, transferência de carga patrimonial ou necessidade de reparo ou manutenção.

A **alternativa C** está incorreta. Veja a definição de transferência no Decreto 9.373/2018:

Art. 5º A transferência, modalidade de movimentação de caráter permanente, poderá ser:

I - interna - quando realizada entre unidades organizacionais, dentro do mesmo órgão ou entidade; ou

II - externa - quando realizada entre órgãos da União.

Parágrafo único. A transferência externa de bens não considerados inservíveis será admitida, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente.

A **alternativa D** está incorreta. Desfazimento são formas de renunciar ao direito de propriedade de bens. Pode ocorrer por meio de várias modalidades, entre elas a alienação (venda, permuta, doação), inutilização ou abandono.

A **alternativa E** está incorreta. O momento da exclusão de um bem patrimonial da instituição é o que costumamos chamar de baixa. A baixa pode ocorrer por alienação (venda, permuta ou doação) ou por outros motivos como perda, roubo, extravio, etc.



87. (FUNDATEC/CM Triunfo-RS/Oficial Legislativo/2018) Com base em Francischini e Gurgel (2013), em relação à Administração do Patrimônio, analise as assertivas que seguem e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Entende-se como ativo imobilizado todo ativo de natureza relativamente permanente, que é, em geral, mantido na empresa para a utilização na produção de mercadorias ou prestação de serviços.
- () Os veículos fabricados em uma indústria automobilística são considerados ativos imobilizados, pois se destinam à venda.
- () Um prédio de uma fábrica desativada permanece classificado como ativo imobilizado.
- () A provisão para depreciação dos bens do ativo imobilizado deve ser constituída anual e proporcionalmente à vida útil estimada das imobilizações depreciables.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V – F – V – F.
- b) V – V – F – F.
- c) F – F – V – V.
- d) F – V – F – V.
- e) V – F – F – V.

Comentário:

Vamos analisar cada uma das afirmativas antes de buscar a alternativa correta.

- I. Entende-se como ativo imobilizado todo ativo de natureza relativamente permanente, que é, em geral, mantido na empresa para a utilização na produção de mercadorias ou prestação de serviços. - CORRETA. Esse é um bom conceito para ativo imobilizado. Permanente e utilizado na atividade produtiva ou de prestação de serviços.
- II. Os veículos fabricados em uma indústria automobilística são considerados ativos imobilizados, pois se destinam à venda. - ERRADA. Os veículos em uma indústria automobilística são produtos acabados, ou finalizados, que podem ser colocados à venda. O processamento já está encerrado. Não podem ser considerados ativos imobilizados.
- III. Um prédio de uma fábrica desativada permanece classificado como ativo imobilizado. - ERRADA. De acordo com o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) o ativo imobilizado deve ser tangível, destinado para uso de produção ou fornecimento de mercadorias e serviços, para aluguel a outros ou fins administrativo, além de utilizado por mais de um período. Não é este o caso pois estamos falando de um prédio desativado e aparentemente sem uso ou emprego na atividade produtiva.
- IV. A provisão para depreciação dos bens do ativo imobilizado deve ser constituída anual e proporcionalmente à vida útil estimada das imobilizações depreciables. CORRETA. Esse é um procedimento contábil comum. Não se preocupe demasiadamente com isso pois está mais no escopo da contabilidade do que da administração patrimonial.



Dessa forma temos I-V, II-F, III-F, IV-V.

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão.

88. (QUADRIX/CRO-MT/Analista Administrativo/2018) Julgue o item. O tombamento é efetuado na incorporação do bem ao patrimônio, ocasião em que recebe uma identificação, afixando-se lhe uma plaqueta numerada.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está **CORRETA**.



No tombamento o bem é registrado assim que entra fisicamente na organização. Seus dados são lançados no sistema de controle assim como os respectivos termos de responsabilidade sobre o bem são assinados e arquivados.

A atividade característica do tombamento é a chamada codificação. Neste processo é atribuído um código ao bem que, sempre que possível, é fisicamente afixado no bem para sua futura identificação por meio do uso de uma placa.

89. (IBADE/CM Vilhena-RO/Assistente Administrativo/2018) Um bem que não estiver sendo aproveitado, embora esteja em perfeitas condições, é classificado como:

- a) antieconômico
- b) baixado
- c) irrecuperável
- d) recuperável
- e) ocioso

Comentário:

Antes de elegermos a alternativa correta, observe o artigo 3º do Decreto 9.373/2018, que define as classificações dos bens inservíveis:

Art. 3º Para que seja considerado inservível, o bem será classificado como:

I - ocioso - bem móvel que se encontra em perfeitas condições de uso, mas não é aproveitado;

II - recuperável - bem móvel que não se encontra em condições de uso e cujo custo da recuperação seja de até cinquenta por cento do seu valor de mercado ou cuja análise de custo e benefício demonstre ser justificável a sua recuperação;



III - antieconômico - bem móvel cuja manutenção seja onerosa ou cujo rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência; ou

IV - irrecuperável - bem móvel que não pode ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão de ser o seu custo de recuperação mais de cinquenta por cento do seu valor de mercado ou de a análise do seu custo e benefício demonstrar ser injustificável a sua recuperação.

A **alternativa A** está incorreta. Bem móvel cuja manutenção seja onerosa ou cujo rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência.

A **alternativa B** está incorreta. O bem baixado é aquele que já foi excluído do patrimônio da organização. O momento da exclusão de um bem patrimonial da instituição é o que costumamos chamar de baixa. A baixa pode ocorrer por alienação (venda, permuta ou doação) ou por outros motivos como perda, roubo, extravio, etc.

A **alternativa C** está incorreta. Bem móvel que não pode ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão de ser o seu custo de recuperação mais de cinquenta por cento do seu valor de mercado ou de a análise do seu custo e benefício demonstrar ser injustificável a sua recuperação.

A **alternativa D** está incorreta. Bem móvel que não se encontra em condições de uso e cujo custo da recuperação seja de até cinquenta por cento do seu valor de mercado ou cuja análise de custo e benefício demonstre ser justificável a sua recuperação.

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão. Bem móvel que se encontra em perfeitas condições de uso, mas não é aproveitado.

90.(FAURGS/UFRGS/Assistente em Administração/2018) Sobre a movimentação de materiais no âmbito da Administração Pública Federal, numere a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando os tipos de desfazimento de materiais com suas respectivas definições.

- (1) Transferência
- (2) Cessão
- (3) Alienação
- (4) Outra forma de desfazimento

- () Renúncia ao direito de propriedade do material, mediante inutilização ou abandono.
- () Modalidade de movimentação de material do acervo, com transferência gratuita de posse e troca de responsabilidade, entre órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo ou entre estes e outros integrantes de qualquer dos demais Poderes da União.
- () Operação de transferência do direito de propriedade do material, mediante venda, permuta ou doação.
- () Modalidade de movimentação de material, com troca de responsabilidade, de uma unidade organizacional para outra, dentro do mesmo órgão ou entidade.

A sequência numérica correta de preenchimento dos parênteses da segunda coluna, de cima para baixo, é:

- a) 4-2-3-1



- b) 1-3-4-2
- c) 4-1-2-3
- d) 3-2-4-1
- e) 4-3-2-1

Comentário:

Vejamos algumas definições (a parte normativa vem do Decreto 9.373/2018) e depois partimos para as correspondências.

Transferência:

Art. 5º A transferência, modalidade de movimentação de caráter permanente, poderá ser:

I - interna - quando realizada entre unidades organizacionais, dentro do mesmo órgão ou entidade; ou

II - externa - quando realizada entre órgãos da União.

Parágrafo único. A transferência externa de bens não considerados inservíveis será admitida, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente.

Troca de responsabilidade, em caráter permanente. Temos, portanto, (), (), (), (1).

Cessão

Art. 4º A cessão, modalidade de movimentação de bens de caráter precário e por prazo determinado, com transferência de posse, poderá ser realizada nas seguintes hipóteses:

I - entre órgãos da União;

II - entre a União e as autarquias e fundações públicas federais; ou

III - entre a União e as autarquias e fundações públicas federais e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e suas autarquias e fundações públicas.

Parágrafo único. A cessão dos bens não considerados inservíveis será admitida, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente.

Transferência de posse, envolvendo os órgãos listados no artigo 4º. Temos, portanto, (), (2), (), (1).

Alienação

O momento da exclusão de um bem patrimonial da instituição é o que costumamos chamar de baixa. A baixa pode ocorrer por alienação (venda, permuta ou doação) ou por outros motivos como perda, roubo, extravio, etc.

Transferência do direito de propriedade via permuta ou doação. Temos, portanto, (), (2), (3), (1).

Outra forma de desfazimento:



Outras formas de desfazimento incluem a renúncia ao direito de propriedade mediante inutilização ou abandono. Mesmo no abandono o Decreto impõe algumas condições. Veja o parágrafo único do artigo 7º do Decreto 9.373/2018:

Art. 7º. Parágrafo único: Verificada a impossibilidade ou a inconveniência da alienação do bem classificado como irrecuperável, a autoridade competente determinará sua destinação ou disposição final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010.

É o que restou e cita explicitamente tanto a inutilização quanto o abandono. Temos, finalmente, (4), (2), (3), (1).

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão.

91. (Quadrix/CFBio/Agente Administrativo/2018) Cessão de material, no âmbito da Administração Pública Federal, consiste na sua transferência gratuita de órgãos/entidades da Administração para particulares.

- a) Certo
- b) Errado

Comentários:

A afirmativa está **ERRADA**.

A cessão de materiais segue o artigo 4º do Decreto 9.373/2018 e não aborda particulares.

Art. 4º A cessão, modalidade de movimentação de bens de caráter precário e por prazo determinado, com transferência de posse, poderá ser realizada nas seguintes hipóteses:

- I - entre órgãos da União;
- II - entre a União e as autarquias e fundações públicas federais; ou
- III - entre a União e as autarquias e fundações públicas federais e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e suas autarquias e fundações públicas.

Parágrafo único. A cessão dos bens não considerados inservíveis será admitida, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente.

92. (CEPS/UFGA/Assistente em Administração/2018) O processo de aquisição, registro, conservação e controle do acervo de bens permanentes de um órgão público ou que tenha este tipo de controle exigido regimentalmente é denominado:

- a) gestão patrimonial
- b) análise de riscos
- c) codificação
- d) normalização
- e) classificação ABC

Comentário:



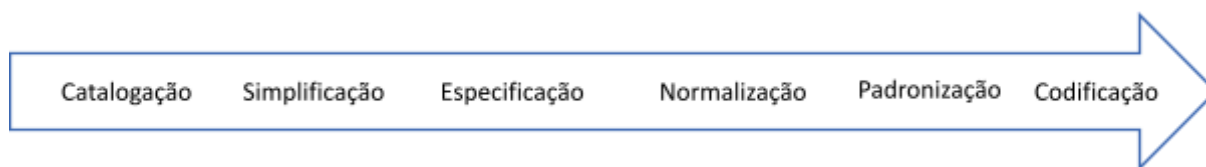
A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Esse, em resumo, é o processo de gestão patrimonial.

A **alternativa B** está incorreta. Análise de riscos não é o processo descrito pelo enunciado da questão.

A **alternativa C** está incorreta. A codificação tem como objetivo registrar, codificar e controlar os bens considerados imobilizados e submetidos à depreciação. Também não é o processo descrito.

A **alternativa D** está incorreta. A normalização também é uma das etapas da cadeia de classificação de materiais. Veja quais são as etapas:

A cadeia começa pela catalogação (lista de itens) e passa pela simplificação (redução da diversidade), especificação (identificação e descrição), normalização (normas de utilização), padronização (uniformização de medidas, peso e formato) e, finalmente, termina com a codificação.



A **alternativa E** está incorreta. A classificação com base no método ABC segmenta os itens que trazem muito ou pouco impacto para a organização em relação ao seu processo produtivo. Permite que o administrador de materiais foque seus esforços em número reduzido de itens que são os mais importantes para a organização.

93.(CEPS/UFGA/Assistente em Administração/2018) A unidade responsável pela gestão patrimonial de uma instituição acaba de receber novos servidores. Sendo assim, é fundamental que o gestor da unidade oriente sobre alguns conceitos básicos. Um desses conceitos é relacionado ao procedimento de identificação de um bem patrimonial, efetuado na incorporação do bem ao patrimônio de uma organização denominado de:

- a) sistema de gestão de materiais
- b) logística sustentável
- c) almoxarifado
- d) protocolo
- e) tombamento

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. Não é este o processo que o examinador está descrevendo, mas sim o tombamento, um dos temas mais incidentes em provas de gestão patrimonial.

A **alternativa B** está incorreta. Não é este o processo que o examinador está descrevendo, mas sim o tombamento, um dos temas mais incidentes em provas de gestão patrimonial. Logística está mais relacionada à gestão de materiais.



A **alternativa C** está incorreta. Não é este o processo que o examinador está descrevendo, mas sim o tombamento, um dos temas mais incidentes em provas de gestão patrimonial. Almoxarifado é outra área / setor relacionado à gestão de materiais.

A **alternativa D** está incorreta. Não é este o processo que o examinador está descrevendo, mas sim o tombamento, um dos temas mais incidentes em provas de gestão patrimonial. Protocolo é processo relacionado à gestão dos arquivos e documentos.

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão.



No tombamento o bem é registrado assim que entra fisicamente na organização. Seus dados são lançados no sistema de controle assim como os respectivos termos de responsabilidade sobre o bem são assinados e arquivados.

A atividade característica do tombamento é a chamada codificação. Neste processo é atribuído um código ao bem que, sempre que possível, é fisicamente afixado no bem para sua futura identificação por meio do uso de uma placa.

94.(IADES/CFM/Serviços Operacionais/2018) Existe um sistema de classificação e codificação de recursos patrimoniais que utiliza uma sequência lógica de números inteiros para representar atributos, como tipo de uso, finalidade, data de aquisição, propriedades e sequência de aquisição. Com base nessas informações, é correto afirmar que o enunciado se refere ao sistema:

- a) complexo
- b) alfa numérico
- c) seis sigma
- d) decimal
- e) QR Code

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. O enunciado não se refere a sistema "complexo", mas sim ao sistema decimal. Veja o comentário da alternativa D.

A **alternativa B** está incorreta. O enunciado também não se refere a sistema alfa numérico, que contempla letras e números. Note que o examinador fala apenas em números. Veja o comentário da alternativa D.

A **alternativa C** está incorreta. O sistema Seis Sigma está totalmente fora de contexto nesta questão.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. O Sistema decimal (ou Dewey) é um sistema numérico que pode ser usado para outros fins como classificação de arquivos, bibliotecas ou de materiais em geral. Nesse sistema as chaves aglutinadoras são apresentadas em números



inteiros que podem representar atributos, como tipo de uso, finalidade, data de aquisição, propriedades e sequência de aquisição.

A **alternativa E** está incorreta. O enunciado refere-se ao sistema decimal e não ao QR Code. Veja o comentário da alternativa D.

95.(IADES/CFM/Serviços Operacionais/2018) No que se refere a patrimônio, assinale a alternativa que indica um bem patrimonial intangível.

- a) jazida
- b) terreno
- c) computadores
- d) patentes
- e) automóvel

Comentário:

A **alternativa A** está incorreta. A jazida em si é um bem tangível, ao contrário de seu registro que, aí sim, poderia ser considerado um bem intangível.

A **alternativa B** está incorreta. Mesmo caso de jazidas vale para terrenos.

A **alternativa C** está incorreta. Computadores são bens tangíveis.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão. Os bens patrimoniais intangíveis não são constituídos de matéria, não possuem corpo ou forma, substância ou massa. Exemplos: direitos de uso de marcas e fórmulas, registros de jazidas, projetos de produtos, patentes, direitos autorais, etc.

A **alternativa E** está incorreta. Automóveis são bens tangíveis.

96.(UECE-CEV/DETRAN-CE/Analista de Trânsito e Transporte/2018) Em se tratando de gestão patrimonial, é correto afirmar que NÃO há razão para emissão de Termo de Responsabilidade quando ocorrer:

- a) o inventário físico dos bens móveis
- b) mudança de localização de bens dentro de uma mesma unidade gestora
- c) mudança de responsável pela guarda dos bens
- d) o tombamento de bens

Comentário:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Na realização de inventários físicos, não há necessidade de emissão de Termos de Responsabilidade.

A **alternativa B** está incorreta. A mudança de localização do bem exige a assinatura de novo termo de responsabilidade.

A **alternativa C** está incorreta. A mudança de responsável pelo bem também exige a assinatura de novo termo de responsabilidade.



A **alternativa D** está incorreta. No tombamento o bem é registrado assim que entra fisicamente na organização. Seus dados são lançados no sistema de controle assim como os respectivos termos de responsabilidade sobre o bem são assinados e arquivados.



GABARITO

GABARITO



- | | | |
|-------------|-------------|-------------|
| 1. B | 34. D | 67. B |
| 2. C | 35. ERRADA | 68. B |
| 3. E | 36. ERRADA | 69. E |
| 4. B | 37. ERRADA | 70. E |
| 5. B | 38. ERRADA | 71. E |
| 6. A | 39. ERRADA | 72. B |
| 7. ERRADA | 40. CORRETA | 73. A |
| 8. ERRADA | 41. ERRADA | 74. C |
| 9. CORRETA | 42. CORRETA | 75. D |
| 10. ERRADA | 43. CORRETA | 76. C |
| 11. CORRETA | 44. CORRETA | 77. A |
| 12. ERRADA | 45. ERRADA | 78. B |
| 13. CORRETA | 46. ERRADA | 79. C |
| 14. ERRADA | 47. CORRETA | 80. D |
| 15. D | 48. CORRETA | 81. A |
| 16. C | 49. CORRETA | 82. D |
| 17. CORRETA | 50. ERRADA | 83. A |
| 18. ERRADA | 51. ERRADA | 84. A |
| 19. ERRADA | 52. CORRETA | 85. E |
| 20. ERRADA | 53. ERRADA | 86. A |
| 21. CORRETA | 54. ERRADA | 87. E |
| 22. CORRETA | 55. CORRETA | 88. CORRETA |
| 23. ERRADA | 56. E | 89. E |
| 24. E | 57. ERRADA | 90. A |
| 25. ERRADA | 58. A | 91. ERRADA |
| 26. ERRADA | 59. E | 92. A |
| 27. CORRETA | 60. D | 93. E |
| 28. CORRETA | 61. A | 94. D |
| 29. E | 62. C | 95. D |
| 30. A | 63. B | 96. A |
| 31. C | 64. E | |
| 32. A | 65. B | |
| 33. B | 66. C | |



RESUMO

❓ **Recursos Patrimoniais:** refere-se a gestão do patrimônio da organização, ou seja, de seu conjunto de bens, valores, direitos e obrigações que possa ser avaliado monetariamente e que seja utilizado na realização de seus objetivos sociais.

- Maior diferença entre as administrações de materiais e patrimonial é que a primeira trata de materiais (caráter não permanente) enquanto a segunda trata de bens (caráter permanente).
- A gestão patrimonial, refere-se às instalações, prédios, terrenos, equipamentos e veículos da organização.

❓ **Patrimônio de empresa:** diferença entre seus ativos e passivos, o que gera o chamado "patrimônio líquido". Para Administração de Patrimônio só importa o ativo, segmentado em ativos imobilizados (edifícios, instalações, equipamentos e veículos), realizáveis a longo e curto prazos (estoques de matéria prima, materiais em transformação e produto acabados) e disponíveis. O foco recai sobre os ativos imobilizados, também chamados de permanentes.

❓ **Natureza do Ativo Imobilizado:** Entende-se como ativo imobilizado todo ativo de natureza relativamente permanente, que é normalmente mantido na empresa para a utilização na produção de mercadorias ou prestação de serviços.

- Natureza relativamente permanente.
- Ser utilizado na operação do negócio.
- Não ser destinado a venda.

❓ **Classificação dos bens:** De modo geral os bens patrimoniais são classificados em Equipamentos ou Prédios / Terrenos / Jazidas. Outras classificações:

- Constituição material: corpóreos e incorpóreos.
- Mobilidade: móveis e imóveis.
- Divisibilidade: divisíveis e indivisíveis.
- Fungibilidade: fungíveis e infungíveis.
- Singularidade: singulares e coletivos.
- Disponibilidade: disponíveis e indisponíveis.
- Outras denominações: numerários (dinheiro), semoventes (animais) dominicais (poder público), de capital ou industriais (geração de produtos. Dividem-se em matérias primas e componentes, equipamentos e instalações e insumos administrativos), de consumo (dividem-se em de conveniência, de comparação e de especialidade), de consumo durável (mais de um exercício), de consumo não durável (menos de um exercício).



□ **Decreto 9.373/2018, artigo 3o:** Outra classificação importante dos bens, amparada em parte pela legislação e frequentemente usada para as diferentes modalidades de movimentações de bens.

- **Novo:** bem comprado e que se encontra com menos de um ano de uso.
- **Bom:** bem que estiver em perfeitas condições e em uso normal.
- **Ociosos:** quando, embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado.
- **Recuperável:** bem que pode ser recuperado, com custo de reparo menor do que cinquenta por cento de seu valor de mercado.
- **Antieconômico:** bem com manutenção onerosa, ou com seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência.
- **Irrecuperável:** quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação.

▣ **Gestão Patrimonial:** A gestão patrimonial de um órgão é constituída das seguintes atividades: registro, tombamento, guarda, movimentação, controle, preservação, baixa, incorporação e inventário. Tais atividades espalham-se ao longo de macro processos como: incorporação e aquisição, transferência e cessão, baixa e alienação e, por último, administração e manutenção de bens patrimoniais.

□ **Incorporação e aquisição de recursos patrimoniais:** Tão logo a organização adquira um bem permanente, ele deve ser registrado em um sistema que controle todo o seu patrimônio.

▣ **Tombamento:** No tombamento o bem é registrado assim que entra fisicamente na organização. Seus dados são lançados no sistema de controle assim como os respectivos termos de responsabilidade sobre o bem são assinados e arquivados. Bens móveis podem ser classificados como:

- **Controlado:** mais rigoroso e sujeito a tombamento.
- **Relacionado:** dispensam o tombamento.

▣ **Codificação:** tem como objetivo registrar, codificar e controlar os bens considerados imobilizados e submetidos à depreciação. O processo se dá por meio da identificação e codificação desses bens (nos bens móveis inclusive, são afixadas chapas com o respectivo código). Neste processo o administrador capta e representa todas as informações necessárias e desejadas por meio do uso de números e/ou letras, com base na classificação obtida do material.

▣ **Cessão:** movimentação temporária entre a União, seus órgãos, autarquias, fundações e os órgãos, autarquias e fundações de Estados, DF e municípios. Note que a cessão só pode ocorrer quando estamos falando de bens inservíveis ou, excepcionalmente, para outros tipos de bens desde que justificado pela respectiva autoridade competente.



❓ **Transferência:** é permanente, ou seja, o bem sai de uma vez por todas de um órgão e passa a pertencer a outro órgão de maneira definitiva. Mais uma vez só pode ocorrer quando estamos falando de bens inservíveis ou, excepcionalmente, para outros tipos de bens desde que justificado pela respectiva autoridade competente.

Enquanto na cessão o bem é enviado para outro órgão dentro da atividade pública, na transferência ele permanece dentro do próprio órgão original.

❑ **Baixa de recursos patrimoniais:** momento da exclusão de um bem patrimonial da instituição é o que costumamos chamar de baixa. A baixa pode ocorrer por alienação (venda, permuta ou doação) ou por outros motivos como perda, roubo, extravio, etc.

❓ **Alienação:** A alienação (venda, permuta ou doação) é regulamentada novamente pelo Decreto 9.373/2018 que remete o procedimento a legislação aplicável as licitações.

Art. 7º Os bens móveis inservíveis cujo reaproveitamento seja considerado inconveniente ou inoportuno serão alienados em conformidade com a legislação aplicável às licitações e aos contratos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, indispensável a avaliação prévia.

- Bens imóveis dependem de autorização legislativa para que possam ser alienados, além da própria avaliação prévia e processo de licitação. As dispensas estão previstas no corpo da Lei.
- Bens móveis necessitam de avaliação prévia e licitação, com dispensas previstas nos casos de doação (desde que para fins e uso de interesse social) e permuta (entre órgãos ou entidades da Administração Pública).

❓ **Doação:** é uma modalidade de alienação. só é permitida após "avaliação da oportunidade e conveniência socioeconômica" e desde que destinada para "fins e uso de interesse social". Ainda assim, sua realização é vinculada a alguns destinatários específicos de acordo com o Decreto.

"Art. 8º Na hipótese de se tratar de bem móvel inservível, a doação prevista na alínea "a" do inciso II do caput do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação, poderá ser feita em favor:

I - da União, de suas autarquias e de suas fundações públicas;

II - das empresas públicas federais ou das sociedades de economia mista federais prestadoras de serviço público, desde que a doação se destine à atividade fim por elas prestada;

III - dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de suas autarquias e fundações públicas;

IV - de organizações da sociedade civil, incluídas as organizações sociais a que se refere a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e as organizações da sociedade civil de interesse público a que se refere a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; ou



V - de associações e de cooperativas que atendam aos requisitos previstos no Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006."

☐ **Controle Patrimonial:** O foco do controle interno está no acompanhamento e registro das adições e das retiradas. Para a execução de um controle apropriado e efetivo, devem existir instruções escritas sobre a política que governa a distribuição dos custos atribuídos às contas do ativo imobilizado e às de manutenção e reparo.

- Classes e unidades de bens
- Custos a serem incluídos
- Importâncias mínimas e serem capitalizadas
- Métodos de depreciação e retirada

☐ **Inventário Físico:** a existência e o uso contínuo dos bens refletidos pelo registro detalhado (controle de bens) devem ser conferidos periodicamente pela implantação de um programa detalhado de inventários físicos.

☐ **Auditoria do Ativo Imobilizado:** tem como principais objetivos checar se as bases de avaliação são as apropriadas, se adições foram corretas e legalmente executadas, se os custos/provisões para depreciação, assim como seus respectivos débitos contábeis e saldos remanescentes foram calculados e realizados corretamente e se as demonstrações financeiras relativas aos ativos imobilizados consideram todos os respectivos ônus contábeis.

☐ **Depreciação:** Alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil.

- Valor residual: é o valor estimado que a entidade obteria com a venda do ativo, caso o ativo já tivesse a idade, a condição esperada e o tempo de uso esperados para o fim de sua vida útil.
- Valor depreciável: custo do ativo menos o seu valor residual, ou seja, será o montante objeto da depreciação.

☐ **Vida econômica de um bem:** período de tempo (geralmente em anos) em que o custo anual equivalente de possuir e de operar o bem é o mínimo.

- Vida útil: período de tempo em que o bem consegue exercer as funções que dele se espera.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.